

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL/MESTRADO**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEUS
IMPACTOS PARA OS AGRICULTORES ASSENTADOS**

Mestrando: Augusto Alves Graeff

Orientadora: Profa. Idília Fernandes

Porto Alegre (RS), junho de 2015.

AUGUSTO ALVES GRAEFF

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEUS
IMPACTOS PARA OS AGRICULTORES ASSENTADOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós - Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientadora: Profa. Dra. Idília Fernandes

Porto Alegre (RS)

2015.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G734p Graeff, Augusto Alves

O programa nacional de alimentação escolar e seus impactos para os agricultores assentados. / Augusto Alves Graeff. – Porto Alegre, 2015.

165 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Área de concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.

Linha de pesquisa: Serviço Social e Políticas Sociais.

Orientação: Profa. Dra. Profa. Idília Fernandes.

1. Serviço Social. 2. Políticas Públicas. 3. Alimentação Escolar. 4. Crianças – Alimentação. 5. Assentamentos de Reforma Agrária. 6. Segurança Alimentar. I. Fernandes, Idília. II. Título.

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

AUGUSTO ALVES GRAEFF

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEUS
IMPACTOS PARA OS AGRICULTORES ASSENTADOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós - Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Idília Fernandes (Orientadora – PUCRS)

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto (PUCRS)

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (UFRGS)

Porto Alegre (RS)

2015.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este nunca é realizado por apenas uma pessoa ou somente por um pesquisador. Desta forma, é necessário, e muito justo, agradecer a um conjunto grande de pessoas que colaboraram com a elaboração do mesmo.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Aldaíza, pelo eterno apoio e torcida;

A minha irmã Betina, colega de mestrado, pelas ideias, apoio e companheirismo durante o Programa;

A todos os colegas e professores do Mestrado. Podem estar certos de que saio deste Programa diferente do que quando entrei;

A minha orientadora, Profa. Dra. Idília Fernandes, pela orientação, conversas informais e incentivo;

À o Cnpq, por propiciar as condições necessárias para a realização desta pesquisa;

A professora Dra. Berenice Couto pelas sugestões;

A o Prof. Dr. Ivaldo Gehlen pelas sugestões, conversas e pelos materiais de apoio. Tudo foi de grande valia;

Às queridas Juliana e Andréia, por terem me ajudado sempre;

Em especial aos assentados do assentamento *Filhos de Sepé* e do assentamento *Integração Gaúcha*, pela aceitação em participar da pesquisa, pela colaboração e pelo grande volume de dados transmitidos. Considero o trabalho rico em dados, porque vocês colaboraram! Aos dirigentes do MST que colaboraram com muitas informações, análises conjunturais, etc. Vocês também foram vitais para a viabilização deste trabalho.

A equipe de assistência técnica por dedicar um tempo para participar da pesquisa. Sei muitíssimo bem como é realizar este tipo de trabalho que vocês realizam, portanto sei que é difícil reunir todos para colaborar. Grato pela atenção, pela solidariedade e pelos dados fornecidos;

A todos, MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O presente trabalho visou analisar como vem se dando, concretamente, a adesão dos assentados de reforma agrária ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dentro desta análise considerou-se um conjunto de objetivos, que são: captar as dificuldades encontradas, pelos assentados que aderiram ao Programa, registrar as potencialidades para os assentados aderentes, evidenciar os possíveis impactos provocados na produção de alimentos e na renda dos assentados, conhecer as relações sociais que se estabeleceram entre os assentados aderentes e a relação entre estes e as demais organizações que têm se envolvido com o Programa. Para responder a estes objetivos utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, numa perspectiva conceitual dialética-crítica, considerando a historicidade, a totalidade e a contradição. Apesar da pesquisa apresentar enfoque misto (qualitativo e quantitativo) há a predominância de dados qualitativos. A técnica utilizada para analisar os dados coletados foi a análise de conteúdo. O universo de amostra ficou restrito aos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre (RS), devido a diversos fatores, como: prazos institucionais, desenvolvimento dos assentamentos, entre outros. Os resultados evidenciaram que existe aumento na produção dos assentamentos em função do PNAE, assim como existe reflexo positivo na renda das famílias assentadas e estes resultados estão ajudando a fixar os assentados nos seus respectivos assentamentos. Foi percebido que existem inúmeros entraves que obstaculizam o desenvolvimento do Programa nos assentamentos e os mesmos vão desde a desinformação sobre o PNAE, deficiência de estrutura e logística, descontinuidade das gestões municipais, preconceito contra os assentados a falta de diálogo entre as partes envolvidas com o Programa, entre outros. Destaca-se que foi possível perceber a ocorrência, entre os assentados, de um processo de desalienação em relação ao processo de trabalho (o oposto a alienação no sentido Marxiano). Conclui-se, portanto, que o PNAE apresenta impactos positivos na vida dos assentados e que a adesão dos mesmos, ao Programa, não pode ser considerada insignificante nos locais estudados. Além disso, detectou-se que existe potencial para o aumento da adesão dos assentados ao Programa agudizando os impactos positivos citados.

Palavras – chave: Alimentação escolar, assentamentos de reforma agrária e segurança alimentar.

ABSTRACT

This study aims to analyze how we are giving, namely the accession of agrarian reform settlers the National School Feeding Programme (PNAE). Within this analysis we considered a set of objectives, which are: capture the difficulties encountered by the settlers who joined the program, registering the potential for acceding settlers, highlight the possible impacts on food production and income of the settlers know social relationships established between members settlers and the relationship between them and the other organizations that have been involved with the program. To meet these objectives, we used a qualitative and quantitative approach to research, a dialectical-critical conceptual perspective, considering the historicity, and all the contradiction. Although research present mixed approach (qualitative and quantitative) there is a predominance of qualitative data. The technique used to analyze the collected data was content analysis. The sample universe was restricted to the settlements in the metropolitan area of Porto Alegre (RS) due to various factors, such as institutional terms, development of settlements, among others. The results showed that there is an increase in the production of settlements due to the PNAE, just as there is a positive impact on the income of settlers and these results are helping to set the settlers in their respective settlements. It was realized that there are numerous barriers that hinder the development of the program in the settlements and they range from misinformation about the PNAE, disability structure and logistics, discontinuity of municipal administrations, seated prejudice against the lack of dialogue between the parties involved with the program, among others. It is noteworthy that we saw the occurrence, between the settlers, an alienation process in relation to the work process (the opposite of alienation in the Marxian sense). It follows, therefore, that the PNAE has positive impacts on the lives of the settlers and the membership thereof, the program can not be considered negligible in the locations studied. In addition, it was found that there is potential for increased adherence of the settlers to sharpening program the positive impacts cited.

Key - words: School feeding, agrarian reform settlements and food security.

Lista de siglas

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária;

ADM - Archer Daniels Midland Co.;

APAFES - Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Eldorado do Sul;

CAE – Conselho de Alimentação Escolar;

COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da região de Porto Alegre;

COPAC - Cooperativa dos agricultores assentados de Charqueadas;

COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita;

COOPAT - Cooperativa dos agricultores assentados de Tapes;

COOPTRASC - Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva;

COPERAV – Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão;

COPEEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.;

CONAB – (Companhia Nacional de Abastecimento);

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf;

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;

EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural;

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;

FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação;

GF – Grupo Focal.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas;

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

OMC – Organização Mundial do Comércio;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Pnud - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária;

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. POLÍTICA PÚBLICA NO SISTEMA CAPITALISTA	21
2.1. SEGURANÇA ALIMENTAR	28
2.2. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	36
2.2.1. Histórico do PNAE	37
2.2.2. Entraves e Potencialidades	40
3. O COOPERATIVISMO	43
3.1. O COOPERATIVISMO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA	45
3.2. CRISE DO MODELO COOPERATIVISTA	50
3.3. TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	52
3.4. OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E O NOVO ENFOQUE PRODUTIVO	54
4. BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA	58
4.1. UNIVERSO E AMOSTRA	59
4.2. COLETA DE DADOS	60
4.3. ANÁLISE DOS DADOS	62
4.4. O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	63
4.4.1. O município de Viamão	63
4.4.2. O assentamento Filhos de Sepé	66
4.4.3. A Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão	67
4.4.4. O município de Eldorado do Sul	68
4.4.5. O assentamento Integração Gaúcha	70
4.4.6. A Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Eldorado do Sul	72
4.4.7. A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da região de Porto Alegre.....	73
5. A VISÃO DOS ASSENTADOS E DOS TÉCNICOS SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DO PNAE NOS ASSENTAMENTOS	75
5.1. A ALIENAÇÃO E A DESALIENAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO	76

5.2. A AVALIAÇÃO DOS ASSENTADOS E DOS TÉCNICOS SOBRE O PNAE	87
5.3. O PRECONCEITO CONTRA OS ASSENTADOS	116
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
APÊNDICE A - Quadro: Preparação, unitarização e codificação das informações coletadas junto aos assentados (Viamão – RS e Eldorado do Sul – RS)	139
APÊNDICE B - Quadro: Preparação, unitarização e codificação das informações coletadas junto as equipes de assistência técnica (Viamão – RS).	143
APÊNDICE C - Roteiro utilizado para os Grupos Focais	145
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	147
ANEXO 1 – A Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.	149
ANEXO 2 – Aprovação do comitê científico da PUCRS	162
ANEXO 3 – Aprovação do comitê de ética da PUCRS	163

1. INTRODUÇÃO

Segundo Santos (2007), foi criado em 1955, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que atende atualmente cerca de 47 milhões de crianças, jovens e adultos, e é destinado a todos os alunos das redes públicas e filantrópicas de ensino no Brasil, desde a Educação Infantil até a de Adultos. O PNAE atende aproximadamente 25% da população brasileira. Apresenta-se como uma política estruturante da Segurança Alimentar e Nutricional no país que não se limita a uma ação assistencialista de distribuição de alimentos, mas atua na consolidação da produção interna de alimentos, diversificados, com identidade local/regional, ao mesmo tempo criando mercado institucional para a agricultura familiar brasileira.

Do início até a contemporaneidade (1955 – 2009) as modificações foram acontecendo neste Programa e uma delas é a Lei nº 11.947 / 2009, que determina que, no mínimo, 30% do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os Assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. (FNDE, BRASIL, Lei 11.947 / 2009).

Historicamente no meio rural a pequena propriedade apresentou dificuldade em termos de sustentabilidade econômica e alguns dos desdobramentos disso são a reprodução da pobreza no campo e o êxodo rural. Soma-se a isso o real processo de envelhecimento e masculinização no campo (processo decorrente da maior migração de mulheres do meio rural para o urbano) como elementos preocupantes para a sociedade.

Ao longo da história do Brasil, a agricultura de grande escala, patronal, recebeu apoio consideravelmente maior do que o destinado para a agricultura familiar. Ocorre que os patronais sempre tiveram mais força na política agrícola brasileira. Para melhor visualizar isto, basta ver a conformação da bancada ruralista e a quem ela representa. O livro, Partido da terra, do jornalista Alceu Luís Castilho (2012) ajuda a perceber como alguns políticos ocupam o território brasileiro. Estes mesmos políticos acabam fazendo parte do conjunto de latifundiários existentes no País. Conforme Castilho (2012), entre os políticos eleitos nos últimos pleitos (2006 – 2010) destacam-se os senadores como os principais proprietários de terras no País.

Proporcionalmente, eles têm mais bens rurais do que seus suplentes [...]; mais também que governadores, deputados, prefeitos e vice-prefeitos. A média de hectares por senador impressiona: são quase mil hectares para cada um (973 ha). Trinta e oito senadores eleitos em 2006 e 2010 declararam ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nada menos que 78.573 hectares. [...] entre governadores e vices a média baixa para 341 ha por político (CASTILHO, 2012). O quadro 1 apresenta uma síntese destas declarações.

Quadro 1: Área das propriedades declaradas junto ao TSE

TOTAL POR POLÍTICOS		
-	Área (hectares – ha)*	Valor (R\$)
Governadores/vices	18.398,08	12.825.351,27
Suplentes (Senado)	78.573,25	63.370.036,33
Senadores	78.786,93	30.629.393,92
Deputados federais	157.074,91	128.152.856,72
Deputados estaduais	215.407,85	163.998.941,33
Vice - prefeitos	322.823,82	603.850.340,67
Prefeitos	1.160.422,88	1.156.181.690,71
Total geral	2,03 milhões	2,16 bilhões

Fonte: Partido da Terra. CASTILHO (2012) *Apenas o que foi declarado pelos políticos

As pesquisas voltadas para a produção, as tecnologias, a formação dos técnicos, dos professores, mais o crédito oferecido pelas instituições financeiras, foram adequadas para que modelo de produção e para que tipo de produtor?

Para qualquer governo este breve panorama serviria como motivo de preocupação, pois ele se relaciona com diversas questões, como: produção interna de alimentos, nível de dependência em relação a outros países, custo de vida da população, qualidade dos alimentos, saúde, etc. Ocorre que a agricultura familiar sempre foi responsável pela maior produção de alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro. Sendo assim, é de se esperar que todas essas questões sejam consideradas no desenvolvimento da política agrícola do País. Apesar desta realidade, nota-se que os últimos governos (governo Lula em diante) têm buscado equilibrar mais essas questões. A formação dos técnicos já não é mais tão tendenciosa como antigamente, os programas para incentivar o setor estão aparecendo e se aperfeiçoando, os investimentos em assistência técnica adequada para este setor estão crescendo, a melhor adaptação das linhas de crédito para esta

realidade, etc. têm demonstrado uma iniciativa no sentido de equilibrar melhor esta balança que sempre pendeu para o lado dos produtores patronais.

O governo de centro-esquerda, iniciado em 2003, percebendo o preocupante quadro, resolveu investir mais na agricultura familiar que foi e continua sendo a grande responsável pela produção de alimentos que vão para a mesa do brasileiro. Esta que se caracteriza pela mão de obra essencialmente familiar, pela diversificação da produção e pela menor extensão de terra por propriedade. Porém, os entraves que são encontrados ainda são fortes, pois se mexe no sistema econômico, ou seja, nas prioridades do sistema vigente e na distribuição de recursos públicos.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 - 2003) teve como marca registrada o grande número de famílias assentadas. Vale registrar que a conjuntura o ajudou nesse sentido, pois muitos latifundiários tiveram interesse na venda de suas terras para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No entanto, apoio, estrutura, crédito e assistência técnica eram incipientes. Pode-se dizer que houve distribuição de terras ou assentamento de famílias, mas não houve de fato a execução de um projeto de reforma agrária para o País. Vale lembrar que os assentados são considerados integrantes da agricultura familiar, por que se enquadram no conceito estabelecido para definir quem faz parte deste amplo e diversificado segmento (BRASIL, Lei nº 11.326 / 2006).

Já no governo Lula houve um arrefecimento no que se refere ao número de famílias assentadas, porém verificou-se um investimento na formação de técnicos para atuar com este público. Com o tempo foram aparecendo os avanços gradativos no programa de assistência técnica para os assentamentos. O crédito também se desenvolveu adaptando-se melhor a este setor e os investimentos em estrutura também apareceram. Em suma, o governo Lula acabou agindo de forma complementar em relação ao seu antecessor agindo de forma mais intensa nas áreas em que o governo FHC realizou menos.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as informações sobre os PA's (Projetos de Assentamentos) e o número de famílias assentadas de forma agregada e separadamente em quatro distintos períodos. Até o ano de 2010, foram criados 8.641 projetos, sendo 48% deles criados durante o governo FHC (1995-2002), 42% durante o governo Lula (2003-2010), 9% durante os governos Sarney, Collor e Itamar (1985-1994), e o restante anteriormente a 1985.

Tabela 1: Projetos de Assentamentos (PA's) no Brasil

Regiões/ País	Até 1984		1985 a 1994		1995 a 2002		2003 a 2010		Total	
	PA	famílias	PA	famílias	PA	famílias	PA	famílias	PA	famílias
Centro-Oeste	12	6.655	77	14.648	604	92.246	497	97.406	1.190	210.955
Norte	24	10.163	195	23.089	794	187.510	967	293.986	1.980	514.748
Nordeste	12	2.235	304	19.355	1.923	177.425	1.730	204.805	3.969	403.820
Sudeste	6	328	79	3.096	317	25.211	298	25.820	700	54.455
Sul	7	323	151	7.448	506	27.910	138	18.843	802	54.524
Total	61	19.704	806	67.636	4.144	510.302	3.630	640.860	8.641	1.238.502

Fonte: Sipra/Incra.

A Lei nº 11.947 / 2009 evidentemente provocou diversas discussões dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - o MST - pois se entendeu que a mesma representava uma boa oportunidade, não apenas para estimular a produção de alimentos, mas para gerar trabalho, renda e distribuição da mesma dentro dos assentamentos e organizações associativas (Cooperativas). A assistência técnica foi envolvida nestes debates e recebeu a incumbência de ajudar no processo de inclusão dos assentados nesta política pública, ou seja, ela teria que fazer o elo. Entendia-se que este espaço criado precisava ser ocupado pelos assentados e suas organizações, pois se isso não acontecesse, o mesmo seria ocupado por outros. Antes do surgimento desta recente Lei (11.947/2009), já existiam experiências concretas de produção de alimentos (inclusive orgânicos) em assentamentos de reforma agrária, principalmente nos localizados na região metropolitana de POA e em municípios vizinhos. Desta forma, a perspectiva de inserção a política era boa e a agitação provocada pela mesma fazia sentido.

A presente dissertação tem como tema: A adesão dos assentamentos de reforma agrária ao PNAE, pós Lei 11.947 / 2009, localizados na região metropolitana de Porto Alegre (RS). O objetivo geral da mesma é analisar como vem se dando, no concreto, a adesão dos assentados ao PNAE. Procurou-se captar a percepção de sujeitos que vivenciaram a realidade do Programa nos assentamentos. Também se teve como meta evidenciar entraves, pontos positivos, negativos e potencialidades, além de possíveis impactos em função do programa. Os objetivos específicos são:

- (1) Captar as dificuldades encontradas, pelos assentados que aderiram ao Programa;
- (2) Registrar as potencialidades para os assentados que aderiram ao PNAE;
- (3) Evidenciar os possíveis impactos provocados na produção de alimentos e na renda dos assentados;

(4) Conhecer as relações sociais que se estabeleceram entre os assentados aderentes e a relação entre estes e as demais organizações que se envolvem com o PNAE.

Foram formuladas questões norteadoras com o intuito de definir um rumo ou caminho pelo qual deveria seguir o pesquisador. Essas questões serviram de apoio durante a fase de coleta de dados a campo. As perguntas ou questões são:

(a) Quais as dificuldades e as potencialidades encontradas (pelos assentados) por terem aderido ao Programa?

(b) Como se deram as relações entre os assentados e as diferentes organizações locais envolvidas com o PNAE?

(c) A produção e a renda das famílias aderentes estão sendo alteradas em função do Programa?

(d) Como vem se dando as relações sociais entre os assentados de reforma agrária?

Um dos temas que se relaciona com o presente estudo, e que ajuda a justificá-lo, é a definição de Estado, pois esta, por sua vez, está ligada ao conceito de soberania nacional, porque se considera que não existe Estado se não houver soberania (MIRANDA, 2004.). Nesse sentido, um País soberano precisaria evitar a dependência externa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Artigo 4º, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: *I - independência nacional, II - prevalência dos direitos humanos, III - autodeterminação dos povos, entre outros* (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A segurança alimentar e nutricional tem importância dentro desta definição (soberania), pois esta tem a ver com a saúde, independência e com as necessidades básicas de qualquer população. Desta forma, este conceito de Estado tem ligação com este trabalho e pode ser visto como mais uma justificativa, pois esta Política Pública (PNAE) visa fortalecer a produção interna de alimentos.

Outra justificativa seria a oligopolização no setor da alimentação humana em nível mundial. Nesse sentido, segundo Souza (2010), a produção de alimentos está cada vez mais nas mãos de pouquíssimas empresas que exercem um verdadeiro domínio sobre as cadeias produtivas do chamado *agribusiness*, ou seja, empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos. Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow controlam a produção de sementes no mundo. Já Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus,

juntas perfazem aproximadamente 80% do comércio global de cereais (SILVA, 2008, p. 65). Este modelo de produção atua a partir do controle da produção de sementes (sobretudo transgênicas), de fertilizantes e agrotóxicos, da produção agrícola propriamente dita e da distribuição da mesma, ou seja, é um modelo verticalizado, por meio da formação de oligopólios. Dessa forma, o modelo de agricultura familiar voltado para a sustentabilidade, emprego da mão-de-obra familiar, produção de alimentos diversificados com vistas a perseguir a soberania alimentar, confronta-se com as determinações impostas por estas empresas, restando ao camponês familiar o desaparecimento ou a integração com as mesmas.

“Nas últimas décadas o Banco Mundial e o Fundo Internacional (FMI), junto com a Organização Mundial do Comércio (OMC) exerceram pressões sobre os países para que eles diminuíssem as inversões na produção de alimentos e o apoio aos camponeses e pequenos agricultores, que são as chaves para a produção de alimentos. As regras do jogo mudaram dramaticamente em 1995, quando o acordo da OMC sobre a agricultura entrou em vigor. As políticas neoliberais “golpearam” as produções nacionais de alimentos e obrigaram os camponeses a produzir cultivos comerciais para as empresas multinacionais e a comprar seus alimentos das multinacionais que atuam no mercado mundial de distribuição. O resultado foi que o Egito, um antigo produtor de trigo desde a época do Império Romano, se tornou um importador deste produto; a Indonésia, um dos maiores produtores de arroz, hoje importa arroz transgênico; o México, um dos maiores produtores de milho, importa milho transgênico do EUA. EUA, União Europeia, Canadá e Austrália são os maiores exportadores” (DIERCHXSENS, 2008, p 3).

Este domínio requer uma análise, porque o capital não tem pátria e as empresas capitalistas não possuem interesse em corrigir as graves expressões da questão social. Estas empresas preocupam-se com a sua lucratividade, com seus acionistas, com o seu crescimento, com a monopolização, etc. Em geral a regra do sistema capitalista é atingir as metas estabelecidas e eliminar a concorrência na medida do possível. Nesta lógica, as dificuldades ou mazelas da sociedade são vistas como questões que o Estado deve resolver.

No Brasil a argumentação de Dierchxsens (2008) encontra reciprocidade, pois é possível visualizar vários exemplos que corroboram com as suas considerações. No início da década de 90 (entre 1990 e 1992), o governo Collor extinguiu a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), que possuía, no seu quadro, profissionais qualificados e que trabalhava com extensão para a agricultura familiar. Era um órgão onde se formavam projetos nacionais para este setor produtivo. Porém, o contexto neoliberal preconizava uma série de ajustes, como: privatizações, diminuição dos gastos públicos, controle da inflação, controle em relação à balança comercial, abertura econômica, etc. Sabe-se que o governo Collor seguiu essa “receita” preconizada e, “interpretou” a EMBRATER como um “gasto” que precisava ser eliminado. Este governo preferiu investir na Agricultura de

grande escala, majoritariamente exportadora, produtora de *commodities*, por entender que ela responderia mais rapidamente aos seus anseios.

Buscavam-se números, resultados e efeitos na balança comercial fragilizando a agricultura familiar (por diversas razões) brasileira. Outro fato que pode ser mencionado, dentro desta mesma linha de raciocínio, é o menor número de assentamentos criados neste mesmo período nas regiões Sul e Sudeste do País. Comparando com os governos FHC e Lula, o governo Collor criou um número bem inferior de Assentamentos nestas regiões (SIPRA / INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – atualizado em 2012).

No 6º Seminário Anual de Serviço Social (2013), realizado na cidade de São Paulo (SP), o Economista João Pedro Stédile, em sua participação, relata um acontecimento que nos ajuda a entender a dificuldade dos governos no que se refere ao controle dos alimentos produzidos internamente. No Brasil, em 2013, por causa da grave seca na região nordeste, que provocou a morte de diversos animais de criação (caprinos, bovinos e ovinos), o Governo Dilma tomou providências emergenciais para minorar os impactos provocados pelo clima. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) publicou três editais para adquirir milho e não obteve sucesso - apesar do País ser considerado o segundo maior produtor mundial de milho - porque o produto já havia sido vendido pela Cargill e pela Bunge para os Estados Unidos. Portanto, infere-se que quem controla a produção e a comercialização deste produto é a iniciativa privada e o Estado Brasileiro simplesmente não consegue ter controle algum.

“O setor de alimentos é o mais concentrado e cartelizado da economia mundial, mais até do que o petróleo. Há 10 grupos multinacionais que controlam 85% dos alimentos comercializados no mundo. Isso significa que eles têm o controle do transporte, dos silos, dos depósitos. Têm também a definição do preço, porque dominam o mercado. Esses dez têm um poder sobre a humanidade que ninguém no passado teve. Nenhum rei, imperador ou Papa; e escapam a todo o controle social. Eles decidem a cada dia, com a definição dos preços, quem vai comer e viver e quem vai ter fome e morrer. Os Estados não podem fazer nada, as Nações Unidas e organizações interestatais são impotentes. É um problema estrutural do neoliberalismo. O neoliberalismo puxa a liberalização total de todos os circuitos de mercados, capitais, serviços, patentes, a privatização de todos os setores públicos, o desmantelamento do poder normativo do Estado. As multinacionais têm nas mãos um enorme poder político e financeiro e escapam a todo controle social. Do outro lado, há uma maioria que sofre fome, epidemias, ausência de direitos fundamentais (ZIEGLER, 2013)”.

Segundo o sistema SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) / INCRA (atualizado até o início de 2012), no Rio Grande do Sul existem 334 Assentamentos de Reforma Agrária. Alguns destes apresentam uma produção de alimentos abaixo da esperada. Outros apresentam uma produção significativa e até

diferenciada em termos de qualidade (produção orgânica). As razões para explicar este cenário são inúmeras, pois os assentamentos diferem muito entre si. No entanto, é preciso explicitar à sociedade que estes assentamentos apresentam uma adequada resposta frente às questões preocupantes relacionadas à segurança alimentar.

Considerando os Estados da região sul do país (RS, SC e PR) temos ao todo, até o ano de 2012, 811 assentamentos de reforma agrária, com aproximadamente 36.175 famílias assentadas (SIPRA / INCRA, 2012). Dados estes muito inferiores, tanto em número de assentamentos, como em número de famílias assentadas se compararmos com as regiões Norte e Nordeste do País. Desta forma é imperativo verificar como vem se dando a adesão dos assentamentos a esta política, que possui caráter transversal.

Porém, as contradições que permeiam a implementação do PNAE são muitas. Mexe-se numa zona de conforto explicitada num *modus operandi* viciado dentro das escolas. Além disso, existem os preconceitos, discriminações, concepções conservadoras e elitistas que envolvem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tudo isto somado dificulta a implementação da Lei e a penetração dos assentados neste programa que, por uma série de razões, deve envolvê-los.

O interesse pelo estudo acerca do PNAE decorre de atividades realizadas desde o período de formação acadêmica – graduação - e da pós-graduação, que consistiu na participação em duas edições do Programa de Residência Agrária. Estes Programas sempre contavam com a parceria entre Universidades Federais, INCRA, MST e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Estas atividades (tanto na graduação como na pós-graduação) estiveram sempre conectadas aos Assentamentos de reforma agrária e proporcionaram conhecimento sobre a realidade dos assentamentos no RS e SC. Além disso, trouxeram uma noção sobre o trabalho de assistência técnica específico nos assentamentos de acordo com os pressupostos do Programa de Assessoria Técnica Ambiental e Social. Porém, esse interesse decorre principalmente da experiência profissional – que veio logo após estas experiências iniciais - adquirida junto às diferentes equipes de assistência técnica, atuantes – de acordo com o Programa supracitado - junto aos assentamentos na consolidação dos direitos e garantias de cidadania das famílias. Essa experiência de trabalho (em torno de três anos) trouxe o interesse e os questionamentos acerca desta política (PNAE), pois desempenhando o papel de extensionista rural foi possível perceber a movimentação de assentados, técnicos e dirigentes do MST, causada pela Lei 11.947 / 2009, que é um marco na alimentação escolar nacional.

Estas experiências trouxeram subsídios que instigaram o interesse pela discussão do PNAE no que se refere à garantia dos direitos preconizados pelo programa. Portanto, justifica-se a opção de realizar a pesquisa junto aos assentamentos cujos direitos historicamente foram prejudicados devido aos interesses mercantis de grandes produtores rurais e de grandes empresas ligadas ao setor agrícola. Além disso, a interlocução que os técnicos realizam ao lerem, avaliarem e retornarem aos assentados as propostas dos programas e das políticas envolvendo os pequenos produtores rurais (hoje, muitos integrados aos assentamentos do MST), é fundamental para que se consiga melhorar as condições de vida das famílias assentadas.

Percebe-se que junto ao Serviço Social será possível vislumbrar mais alternativas para o enfrentamento das dificuldades que envolvem os assentamentos, já que o INCRA também percebe ser de suma importância à formação de equipes multidisciplinares para a execução deste trabalho de assistência técnica. A adição desse estudo qualificaria ainda mais o trabalho desta assistência, que é atualmente regido pelo Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (programa de ATES¹, criado em 2004). Inclusive este é mais um campo de trabalho para o Assistente Social, pois estas equipes não são constituídas, apenas, por profissionais ligados as ciências agrárias, pois elas devem incluir também profissionais de outras áreas, incluindo a social.

A presente dissertação contém, além da parte introdutória, os seguintes capítulos: Política pública no sistema capitalista, o cooperativismo, base metodológica, a visão dos assentados e técnicos sobre a concretização do PNAE nos assentamentos, considerações finais, bibliografia e demais fontes consultadas. Logo a seguir aparecem anexos e apêndices, que são: A Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, os quadros de preparação, unitarização e codificação dos dados coletados, roteiro de coleta de dados, termo de consentimento livre e esclarecido, aprovação do comitê científico e do comitê de ética da PUCRS.

¹ [...] a proposta de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, através da norma de execução nº 39 / 2004, a cargo do INCRA e em consonância com o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. [...] a ATES tem como objetivo geral “Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável”. Ainda são objetivos dessa política: contribuir para a sua viabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado e promover a adoção de metodologias participativas e de paradigmas baseados nos princípios da agricultura familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e economia popular solidária, valendo-se de equipes multidisciplinares (SILVA E ARAÚJO, 2008, p. 116 – 117).

2. POLÍTICA PÚBLICA NO SISTEMA CAPITALISTA

Segundo Pereira (2009), política social é um processo contraditório no interior do capitalismo que, ao mesmo tempo em que é capturado pelo capital para atender seus objetivos de comércio e lucro, pode ser uma estratégia de fortalecimento dos trabalhadores contra os apetites do capital. Esse processo que foi percebido por Marx quando da conquista da legislação fabril pela classe operária inglesa, no século XIX, confirma o que este pensador entendeu como a vitória de um princípio, qual seja: de que dadas às endêmicas e intrínsecas contradições capitalistas, é possível ao operariado impor barreiras e limites à exploração do capital, desde que organizado e imbuído de consciência de classe.

[...] a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas). Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ele tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite a classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor (PEREIRA, 2008, p. 166).

Trabalhar com uma política que se propõe a garantir o direito à compra de merenda escolar produzida dentro de assentamentos de reforma agrária abarca aspectos peculiares que tangenciam a compra e venda dessa mercadoria. Além disso, dentro do sistema capitalista há uma inerente incapacidade de se incluir a todos as pessoas dentro do mercado de trabalho.

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho, as classes trabalhadoras e suas lutas, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

Segundo COUTO (2006) é importante relacionar o Estado neoliberal com a constituição dos direitos enquanto conquistas relevantes para a sociedade. A importância vem do fato de que o Brasil adotou a política neoliberal nos últimos anos e os reflexos disso são sentidos até os dias atuais. Os governos Collor, Itamar e FHC seguiram as orientações desta “corrente” política. Isto fica evidenciado ao examinarmos ações como: Abertura econômica tornando o mercado mais livre, aumentando a competitividade, diminuição do tamanho do Estado com as privatizações, combate à inflação com estabilidade monetária, geração de poupança, continuidade no pagamento da dívida externa, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infraestrutura básica, forte fiscalização nos gastos

públicos, fim das obras de grande porte, ajuste fiscal, etc. Ocorre que o balanço das consequências da implementação do neoliberalismo tem apontado para fragilidades do projeto, como: agravamento da crise social, com altas taxas de desemprego, desregulamentação do trabalho ou flexibilização, retirada parcial do Estado da intervenção na área social, refilantropização, ou retorno das atividades filantrópicas com o caráter de benevolência. A refilantropização é uma forma de “desonerar” o Estado das suas responsabilidades no enfrentamento da questão social e a lógica da benevolência, da concessão, da dádiva, se contrapõe a ideia do direito adquirido.

Estas considerações são importantes porque a sociedade brasileira ficou imersa nesta realidade por muito tempo e em determinados momentos ela reproduz a lógica neoliberal, sobretudo nos programas institucionalizados com Leis específicas. No dia-a-dia ou na prática é comum as pessoas não conseguirem compreender certos programas e Leis constituídas como direito adquirido.

A orientação teórica de recorte neoliberal vem sendo questionada como desregulamentadora de direitos. Esse fato tem uma incidência importante na sociedade atual, mas com consequências bastante diversas para os países que construíram um sistema forte de proteção social, baseado numa trajetória de construção de pactos e leis fundamentados nas lutas sociais e com tradição de participação social e democrática. (COUTO, 2006, p.72 e 73).

Segundo Yazbek (1993), é necessário identificar o papel do Estado nas políticas sociais públicas, sobretudo a política de assistência social. Desta forma, situa o papel contraditório das políticas sociais, enquanto intervenção estatal, visto que esta relação denota uma correlação de forças e que a predominância do enfoque de atendimento aos “assistidos” é de políticas residuais, compensatórias, fragmentadas, mais caracterizadas pelo aspecto clientelista/paternalista. Nesse sentido, as políticas sociais acabam reforçando a condição de subalternidade, pois há o medo do desemprego e os dispositivos de precarização que resultam em generalizar a insegurança, por competitividade entre os trabalhadores, por processos de segmentação. Assim, essas políticas ficam caracterizadas mais pela manutenção e garantia do controle social do que uma busca efetiva e plena do desenvolvimento social.

De acordo com POCHMANN (2011), o fato de o governo Lula (2003 – 2010) não ter se distanciado do tripé da política macroeconômica introduzido na crise cambial de 1999, por meio do sistema de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e da manutenção de superávits primários nas contas públicas, não implicou na reprodução do pensamento neoliberal difundidos durante o governo Cardoso (1995 – 2002). Mesmo que não se deva negar a persistência de sinais inequívocos do arcabouço macroeconômico do final da década de 1990, voltado ao combate da inflação, cabe muito mais ressaltar a essência do movimento de reorganização

econômica recente em torno da retomada do projeto nacional de desenvolvimento sob quatro novos pressupostos.

Inicialmente, o pressuposto crítico à perspectiva do desenvolvimento imaginado espontâneo e naturalmente oriundo das livres forças do mercado pelos governos neoliberais dos anos 1990. Bastaria o estabelecimento da estabilidade monetária e do ciclo de abertura produtiva, comercial, tecnológica, bancária e trabalhista para que a expansão econômica e os avanços sociais ocorressem automaticamente. Assim como durante o regime militar, que tinha como meta central crescer o bolo da economia para só depois reparti-lo, os governos neoliberais da década de 1990 focaram a estabilidade monetária como um fim em si mesma. Privatizar sem critério, “murchar” o Estado nos seus pontos vitais, abrir ainda mais o setor produtivo ao capital forâneo (capital estrangeiro) e apropriar-se de mais renda dos pobres por meio do brutal aumento da carga tributária fazia parte do ataque antiinflacionário que deveria automaticamente resultar no crescimento econômico (POCHMANN, 2011, p. 16).

Ao invés do desenvolvimento, assistiu-se à regressão social, econômica e ambiental do Brasil, com a queda do 8º posto econômico mundial, em 1980, para o 14º em 2000, e a subida no *ranking* do desemprego global (do 13º posto, em 1980, para o 3º, em 2000). Ao mesmo tempo houve um dos maiores processos de concentração de renda e riqueza, decorrido da geração do expressivo endividamento do setor público (de 1/3, em 1993, para 55% do PIB em 2002), do aumento de 10 pontos percentuais da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto, e da transferência do patrimônio público para grandes grupos privados nacionais e estrangeiros equivalente a 14% do PIB, com demissão de mais de meio milhão de trabalhadores. O resultado disso foi a queda na participação do rendimento do trabalho de 50% do PIB para menos de 40% com crescente exclusão social (POCHMANN, 2011, p. 17).

A recuperação do papel do Estado a partir do governo Lula se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento, cujos resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 (com a conseqüente volta ao posto do 8º PIB mundial), combinado com a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010). Para isso, foi necessário recompor as empresas e bancos estatais, ampliar o universo de funcionários públicos por substituição dos terceirizados na execução das políticas de Estado e inovar as ações públicas, como nos casos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

para infraestrutura, do Programa Nacional de Habitação Popular (Minha Casa - Minha Vida), da exploração do petróleo no pré-sal, do alargamento da saúde, da educação, eletrificação, entre tantos outros exemplos. O Brasil emergiu com vontade própria e a capacidade de se reorganizar em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional foi liderada por importante convergência política conduzida pelo governo Lula (POCHMANN, 2011, p. 17).

O segundo pressuposto emerge da opção de forte ênfase nas políticas sociais. Nos anos de 1990 ganhou predomínio a versão de que o Brasil não poderia elevar o poder aquisitivo do salário mínimo, uma vez que geraria mais informalidade e desemprego no mercado de trabalho, assim como o avanço nos programas sociais provocariam a quebra da Previdência Social e a desorganização das finanças públicas. Somente a desregulamentação das leis sociais e trabalhistas permitiria fazer com que as empresas contratassem mais trabalhadores. Esses e outros componentes do receituário neoliberal viraram mitos nos últimos anos, uma vez que o salário mínimo registrou aumento de quase 54% em termos reais, com queda sensível no desemprego e na informalidade da mão de obra ocupada. Apesar da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar ao leito da forte ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais e de renda e ocupação (POCHMANN, 2011, p. 18).

Ainda segundo POCHMANN (2011), atualmente, a dinâmica da economia nacional encontra-se associada ao comportamento do gasto social, pois responde pelo fortalecimento do setor privado na produção de bens e serviços adequados à crescente demanda decorrente do processo de inclusão de enormes segmentos tradicionalmente excluídos. Assim, o gasto social, ao mesmo tempo em que representa uma ferramenta fundamental na promoção da coesão da sociedade brasileira, torna-se cada vez mais o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo. Distribuir para ampliar os horizontes da economia e fazer crescer mais rapidamente a renda para redistribuí-la menos desigualmente configuram a singular experiência de liderança mundial, sobretudo após a crise internacional de 2008, que tem no Brasil, Índia e China os propulsores do novo desenvolvimentismo internacional.

O terceiro pressuposto assenta-se na busca de maior autonomia na governança interna da política econômica nacional. Durante a crise da dívida externa (1981 – 1983), o lema governamental adotado – exportar é o que importa – dizia respeito à condição de País atolado em compromissos com o pagamento internacional. Na época, a redução do consumo interno para gerar excedentes exportadores transferiu para o exterior uma parcela importante das fontes de dinamismo interno, assim como a ênfase exagerada na inundação de oferta interna dos bens e serviços por meio da redução tarifária, altos juros reais internos e câmbio valorizado, conduzidos pelo Plano Real (pós 1994), promoveu o processo antecipado da desindustrialização do setor produtivo nacional. Mesmo com os espasmos de crescimento da economia nacional na segunda metade da década de 1990, não houve expansão do emprego formal, enquanto a renda interna vazou para o exterior, com o conseqüente aumento da presença de importados e decréscimo das exportações geradoras dos elevados déficits comerciais (POCHMANN, 2011, p. 19)

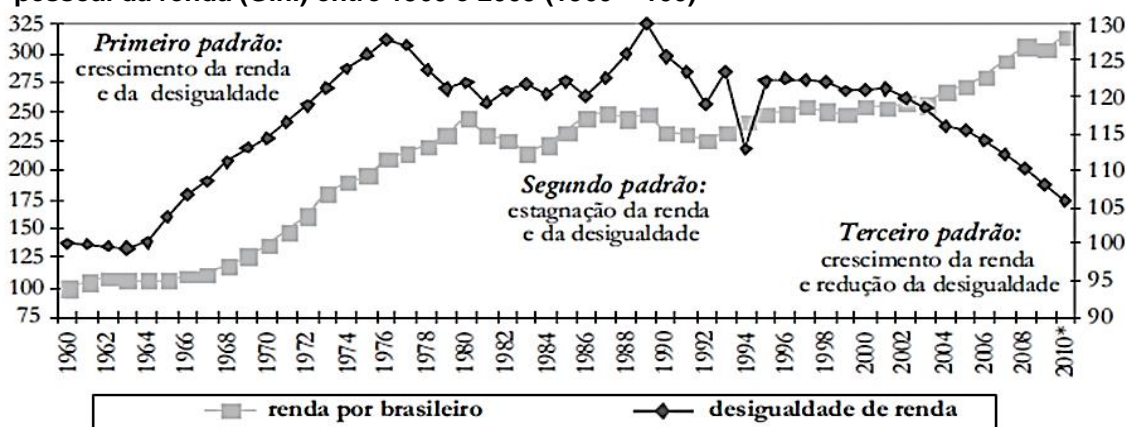
Nesse sentido, o governo Lula procurou romper com o passado, pois substituiu o déficit pelo superávit comercial ao mesmo tempo em que fez do mercado interno a principal fonte do presente dinamismo da economia nacional. Para isso, fortaleceu gradualmente a gestão operacional e técnica do Estado, paralisando a privatização e reativando o planejamento reorganizador do investimento público e da coordenação das expectativas do setor privado. O resultado direto foi a transição da macroeconomia da financeirização da riqueza para o produtivismo das obras de infraestrutura e de alargamento da produção nacional em consonância com a elevação do consumo, sobretudo dos segmentos de menor renda, sem efeitos inflacionários. Na crise internacional do final de 2008, o Brasil foi um dos últimos a ser contaminado e um dos primeiros a superá-la, pois tinha manejo e ousadia para fazer políticas contracíclicas (redução dos tributos e juros, com aumento do crédito público e das políticas de garantia de renda) que evitaram o pior, especialmente o deslocamento do ônus para os mais pobres, conforme verificado até então. Nas crises internacionais anteriores (1981 – 1983; 1990 – 1992 e 1998 – 1999), o Brasil adotou políticas pró-crise (aumento dos tributos e juros, com a contração do gasto e crédito público) que aprofundaram o sofrimento humano e tornaram a economia nacional mais dependente do exterior (POCHMANN, 2011, p. 19 – 20).

Por fim, o quarto pressuposto associado à nova inserção mundial. A antiga trajetória do Brasil devedor externo foi afastada, após mais de duas décadas sucessivas a crise da dívida de 1981 – 1983. Destaca-se a fase de diversos acordos e cartas de intenções firmadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), inclusive em 1999 e 2002, que terminaram por colocar o País numa situação rebaixada em termos internacionais. Ademais, da dependência dos organismos financeiros multilaterais, o País não registrou condições de acumular reservas externas, o que o tornou uma presa fácil dos crescentes movimentos especulativos da economia global. Tanto assim, que na moratória russa, em 1998/99, o Brasil que detinha menos de US\$ 25 bilhões de reservas externas teve que recorrer a um vexaminoso acordo com diversos organismos internacionais (POCHMANN, 2011, p. 20).

[...] o Brasil procurou equacionar alguns dos principais problemas de vulnerabilidade externa. De devedor, passou à posição de credor internacional [...]. Com isso passou ileso a qualquer movimento especulativo gerado na crise internacional de 2008 e se reposicionou positivamente em termos de inserção internacional. Não apenas favoreceu a integração sul-americana e do Mercosul, com o abandono do projeto dominador estadunidense da Alca, como ampliou decisivamente a quantidade de parceiros comerciais na África, Ásia e Oriente Médio, que o tornou menos dependente das vendas externas aos países ricos (vide o exemplo mexicano). Nos organismos internacionais vem exercendo cada vez mais uma posição de liderança até então desconhecida, o que faz da economia externa brasileira referência galvanizadora do protagonismo soberano e integrador de cooperação técnica crescente com outras nações (POCHMANN, 2011, p. 20 – 21).

O gráfico número 1 traz, lado-a-lado, a renda nacional por pessoa e a desigualdade da renda, medida pelo índice de Gini, reforçando os argumentos apresentados por Pochmann.

Gráfico 01 – Brasil: índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal da renda (Gini) entre 1960 e 2009 (1960 = 100)



Fonte: IBGE (elaboração própria).

*estimativa (2010)

Conforme ALVES (2014), a eleição de Lula significou a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento capitalista, não mais orientado pelos parâmetros neoliberais. Incapaz de romper com o “núcleo duro” da economia neoliberal, o primeiro governo Lula (2003 – 2006) manteve os pilares da macroeconomia neoliberal visando, deste modo, “acalmar” os mercados financeiros e sinalizar que o novo governo neodesenvolvimentista não tinha veleidades anticapitalistas, mas pelo contrário, mantinha-se alinhado com o bloco histórico neoliberal hegemônico no mercado mundial. No auge da campanha de 2002, quando eram grandes as desconfianças de como poderia ser um governo Lula – PT, com o dólar subindo, o risco Brasil crescendo, o PT providenciou a edição da “Carta aos Brasileiros”, na qual o novo governo se comprometia a respeitar os contratos e honrar o “sagrado” compromisso de pagamento dos credores da dívida pública, ninho do capital financeiro, que suga – atualmente – cerca de 50% do orçamento público da União. O objetivo era reorganizar o capitalismo no Brasil e não o abolir. Enfim, promover um “choque” de capitalismo nos moldes pós-neoliberais. O projeto político

do *Lulismo* alternativo à ortodoxia neoliberal, ou seja, o *neodesenvolvimentismo*, afirmação periférica do reformismo social-democrata, que atribuía à parceria do Estado com o mercado, o papel de indutor da economia capitalista no Brasil.

[...] o *neodesenvolvimentismo* constitui-se efetivamente incorporando as bases reestruturadas do capitalismo Brasileiro, aproveitando a conjuntura favorável do comércio mundial (2003 – 2007), baseado na valorização das *commodities* e na *virtú* do lulismo, que soube dar uma nova direção política à dinâmica de acumulação do capital no País por meio do aumento significativo do gasto público visando reduzir a desigualdade de renda no País (ALVES, 2014, p. 134).

O Estado capitalista assumiria com o projeto neodesenvolvimentista, uma função crucial, seja como Estado investidor (não se tratava de Estado empresário que caracterizou os projetos nacionais-desenvolvimentistas do passado). O Estado neodesenvolvimentista era o Estado regulador capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com capacidade competitiva no mercado mundial (nesse caso, fundos públicos – BNDES e fundos de pensões estatais – cumpriram um papel fundamental na reorganização do capitalismo Brasileiro); e era também o Estado investidor que colocou em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atender as demandas exigidas pelo grande capital. A vertente do Estado investidor se manifestou no PAC. Ao mesmo tempo, a disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do País. (ALVES, 2014, p. 131).

Tem-se nesse quadro explicitado, a tela que faz o pano de fundo onde a política de alimentação escolar está incorporada. A política do PNAE, junto à lei 11.947, pretende, além de oportunizar geração de renda aos agricultores (incluindo também os assentados), ofertar alimentação de boa qualidade para crianças, jovens e adultos inseridos nas escolas públicas. Porém, na relação entre escola e assentados de reforma agrária, mexe-se em concepções preconceituosas e em ideologias incorporadas acriticamente pela grande parte da população brasileira.

O “Manual de aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar” publicado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) traz outros objetivos do Programa, assim como relaciona o mesmo com a segurança alimentar.

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional. Para o

agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo (Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, FNDE, 2014, p. 04).

O FNDE está vinculado ao Ministério da Educação – MEC (FNDE, 2015). Dessa forma, pode-se dizer que o governo acaba explicitando a sua visão sobre o Programa através de publicações deste tipo disponibilizadas em sites oficiais de órgãos do governo.

2.1. SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo Belik (2003), o conceito de Segurança Alimentar surgiu na 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945) com a maior parte do continente Europeu devastado e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos: a quantidade, a qualidade e a regularidade no acesso aos alimentos. É possível perceber que está se utilizando a ideia de acesso, o que é bem diferente de disponibilidade de alimentos. Os alimentos podem estar disponíveis, conforme pode ser registrado pelas recentes estatísticas que a FAO levanta para o mundo, mas as populações pobres podem não ter acesso, seja por problemas de renda ou devido a outros fatores como conflitos internos, ação de monopólios, oligopólios ou até mesmo em função de desvios. Outro aspecto diz respeito à qualidade dos alimentos, pois a alimentação para o consumo da população não pode estar submetida a riscos por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade, etc. Evidentemente, a qualidade também está ligada à possibilidade de consumi-los de forma digna o que significa permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo, seguindo normas adequadas de higiene. O último elemento referente a esta definição diz respeito à regularidade. Isso quer dizer que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação.

A segurança alimentar, como conceitua Mazzei (2007), é um termo que se pode aplicar em escala local, nacional ou mundial, mas que politicamente se refere a uma estratégia nacional para assegurar alimentação à população em modo permanente. Porém, Mazzei (2007) evidencia que a importação não garante a segurança alimentar, já que existe o problema do impacto que a abertura comercial traz para os produtores e comerciantes de pequena escala, para as populações rurais e os consumidores dentro e entre os países.

Rosset (2003), na sua caracterização sobre segurança alimentar, já traz uma crítica ligada a esse conceito que não considera o local ou a origem da produção assim como ignora a forma como são produzidos os alimentos:

Segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido. Logo, Washington pode alegar que importar comida barata dos EUA é uma maneira melhor de países pobres alcançarem a segurança alimentar do que produzindo comida eles próprios. Importações volumosas de alimento barato e subsidiado, no entanto, arruinam agricultores locais, expulsando-os da terra. Incham as fileiras dos famintos, e sua segurança alimentar é colocada nas mãos da economia monetária, na medida em que migram para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com salários para garantir a vida. Para atingir a segurança alimentar genuína, as pessoas em áreas rurais precisam ter acesso à terra produtiva e obter preços justos para suas colheitas, garantindo uma vida digna (ROSSET, 2003, p. 320).

De acordo com Belik (2003), mais recentemente, atendendo um pedido dos Estados membros participantes da Cúpula Mundial de Alimentação (1996), o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas emitiu no seu “Comentário Geral 12 – O Direito à Alimentação Adequada”. Esse documento transformou-se em um marco para as organizações de direitos humanos e um norte para a comunidade internacional. O comentário 12 coloca que os Estados precisam, obrigatoriamente, respeitar, proteger e realizar este direito. O documento coloca expressamente em seu parágrafo 15 “[...] sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir do direito à alimentação adequada com recursos à sua disposição, os Estados têm a obrigação de realizar (prover) o direito diretamente”. Portanto, o direito de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser produto da benemerência ou resultado de ações de caridade, mas sim de uma obrigação que deve ser exercida pelo Estado que, em última análise, é a representação da nossa sociedade. Vale lembrar também que o conceito de segurança alimentar continua em aberto nos dias de hoje provocando inúmeros debates, pois esse conceito vem sendo enriquecido com novos termos como soberania e sustentabilidade alimentar.

Ainda segundo Belik (2003), o emprego da noção de soberania alimentar começa a surgir com força no debate do tema da segurança alimentar, no próprio ano de 1996. Durante a Cúpula Mundial da Alimentação, no foro paralelo da sociedade civil, a reivindicação da soberania alimentar aparece com destaque. Esse conceito procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego interna e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional.

Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído do significado real (ROSSET, 2003, p. 319).

A soberania alimentar atribui também importância à preservação da cultura e dos hábitos alimentares dos povos. Essa posição em torno da soberania alimentar tem encontrado defensores entre os representantes de povos indígenas, pequenos produtores europeus e movimentos sociais como a Via Campesina. A sustentabilidade, por sua vez, incorpora conceitos ligados à preservação do meio ambiente, não utilização de agrotóxicos e da produção extensiva em monoculturas. Os defensores da sustentabilidade, por exemplo, colocam-se frontalmente contra o uso de alimentos transgênicos. Essa posição também tem encontrado diversos defensores como as ONG's, as cooperativas de produtores e os movimentos sociais (como o MST, por exemplo).

Oliveira (2003) ressalta a vulnerabilidade alimentar à qual somos constantemente submetidos frente ao comércio de *commodities*², no qual pouco interessa quem produz, para quem e como, mas apenas as necessidades mercadológicas. Desta forma as áreas agriculturáveis vão sendo ocupadas por estes produtos, que têm a sua produção dominada por um pequeno grupo de empresas transnacionais (conforme dito anteriormente). A produção diversificada de alimentos que atendia ao mercado interno, realizada pelos agricultores camponeses, foi perdendo espaço ao longo do tempo. O resultado disso tudo é a diminuição da biodiversidade com o aumento das monoculturas de exportação em detrimento das culturas para o consumo interno, que acarreta enfraquecimento de solos, perdas da soberania e da segurança alimentar dos povos. Um processo com rebatimentos claros nos países produtores de *commodities* determinando alterações nos preços de terras, incorporação dos territórios camponeses aos sistemas agroindustriais exportadores, aprofundando os processos hegemônicos do capital monopolista no campo e ampliando os processos de homogeneização da paisagem e dos sistemas de produção.

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* garantem saldo na balança comercial o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo (OLIVEIRA, 2003, p.7).

Um dos acontecimentos recentes, que aceleraram o processo da chamada crise alimentaria em diversos países do mundo, foi à crise financeira imobiliária dos

² *Commodities* é toda mercadoria em estado bruto ou com grau pequeno de industrialização, negociada através de transações comerciais internacionais. Inclui bens agrícolas como a soja e a cana; minerais como o aço; e florestais como o eucalipto. São bens que também podem ser estocados, sem perda significativa de qualidade durante determinado período. Não são apenas produtos agropecuários, pois podem ser também minerais e até mesmo financeiros (BRANCO, 2008, p.12).

EUA, a partir do segundo semestre de 2007. Em razão deste fato, vultosos fundos de inversão especulativa foram aplicados em transações para controlar o mercado internacional de *commodities*. Calcula-se que, atualmente, estes fundos controlam 60% do trigo e altas porcentagens de outros produtos agrícolas. A maior parte da colheita de soja está sendo comprada como “futuro”. Portanto, os alimentos estão cada vez mais se convertendo em meio de especulação nas bolsas de valores do que para atender às necessidades das populações. Segundo dados da FAO, entre março de 2007 e março de 2008, o preço dos cereais, sobretudo do trigo, aumentou em 130%, da soja em 87%, do arroz em 74% e do milho em 53% (Dierckxsens, 2008).

No 6º Seminário Anual de Serviço Social (2013), realizado na cidade de São Paulo (SP), o sociólogo Suíço Jean Ziegler, ex-relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas (ONU), traz informações alarmantes sobre o fenômeno da fome no planeta. Ele afirma, de acordo com os dados levantados pela FAO (2012), que atualmente existem condições objetivas para alimentarmos todos no planeta com uma dieta de 2.200 calorias. A produção atual daria conta disto e é a primeira vez que isso acontece na história da humanidade.

Assim sendo, o problema não seria a produção de alimentos e sim a sua distribuição. Durante este seminário, Ziegler faz diversas afirmações chocantes sobre esta problemática:

O direito à alimentação é o direito fundamental mais brutalmente violado. A fome é o que mais mata no planeta. A cada ano, 70 milhões de pessoas morrem. Destas, 18 milhões morrem de fome. A cada 5 segundos uma criança no mundo, com 10 anos ou menos, morre por causa da fome. Na década de 1950, 60 milhões de pessoas passavam fome. Atualmente, mais de um bilhão. O planeta nas condições atuais poderia alimentar 12 bilhões de pessoas, de acordo com estudo da FAO. Não há escassez de alimentos. O problema da fome é o acesso à alimentação. Portanto, quando uma criança morre de fome ela é assassinada! Depois do fim da Guerra Fria, [...] em 1991, a produção capitalista aumentou muito, chegando a dobrar em 2002. Ao mesmo tempo, essa produção seguiu um processo de monopolização das riquezas. Hoje, 52,8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial está nas mãos de empresas multinacionais. A concentração da riqueza nas mãos de algumas empresas faz com que os capitalistas tenham uma grande força política. “O poder político dessas empresas foge ao controle social. 85% dos alimentos de base negociados no mundo são controlados por 10 empresas. Elas decidem cada dia quem vai morrer de fome e quem vai comer”. O sociólogo relatou que essas empresas seguem blindadas pela tese neoliberal de que o mercado não deve ser regulado pelo Estado. (ZIEGLER, 2013)

Neste mesmo seminário, o sociólogo Suíço destaca a importância de Josué de Castro (Brasil, Recife, 05/09/1908 – França, Paris, 24/09/1973. Médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, etc.) para a temática da fome no mundo. Josué, segundo Ziegler, foi a figura mais proeminente a desenvolver estudos sobre o tema. O ano de 1946 foi marcado pela publicação de *Geografia da fome (1946)*, considerada a primeira obra a tratar da problemática da fome no Brasil. O livro buscou

tirar da obscuridade o quadro trágico da fome no País. Enfatizou as origens socioeconômicas da tragédia e criticou as explicações deterministas que naturalizavam este mesmo quadro.

Em *Geopolítica da fome*, livro publicado em 1951, concebido como uma extensão da obra, *Geografia da fome*, tornou-se um marco histórico e político nas questões ligadas a alimentação e as populações no mundo. Os princípios ecológicos e geográficos da fome foram, desta vez, utilizados em escala global. Posicionou-se contra as interpretações demográficas que consideravam a fome como consequência de excesso populacional e que prescreviam como medida o controle de natalidade de massa. “Desnaturalizou” a fome mais uma vez e demonstrou os vários fatores biológicos, geográficos, culturais, políticos e econômicos pelos quais a fome é que seria a causadora da superpopulação e não o contrário.

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro através da sondagem das condições de alimentação do povo brasileiro, da análise dos fatores que interferem na realidade percebida pelo pesquisador e das consequências que decorrem desta realidade; chega a conclusões e aponta possíveis saídas para as mazelas verificadas naquele período histórico. O interessante nesta obra, concebida na década de 40, é que vários apontamentos realizados pelo autor ainda são válidos nos dias atuais.

O Brasil [...] ainda não conseguiu se libertar da fome e da subnutrição, que durante séculos marcaram duramente a sua evolução social, entravando o seu progresso e o bem-estar social do seu povo (DE CASTRO, 1946, p. 302).

Das cinco regiões do país, o Nordeste foi a que apresentou a maior taxa de domicílios em situação de insegurança alimentar. De acordo com a pesquisa feita pelo IBGE, 38,1% das moradias nordestinas entrevistadas apresentaram algum tipo de restrição alimentar. Norte vem em seguida, com 36,1%. Centro-Oeste registrou 18,2%, Sul, 14,9% e o Sudeste a menor taxa, 14,5%. Segundo o instituto, 14,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais idade moravam em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave. Desse total, 54,7% trabalhavam, sendo que 31,5% atuavam em atividades agrícolas (Pnad - Pesquisa nacional por amostra de domicílios, IBGE, 2013).

A alimentação do brasileiro se mostra assim imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se, em regra, insuficiente, incompleta e desarmônica, arrastando o País a um regime habitual de fome – seja de fome epidêmica, como na área do sertão, exposta a secas periódicas, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul (DE CASTRO, 1946, p. 304).

Josué de Castro também menciona, nesta obra, a reforma agrária como um: “[...] *imperativo nacional para modificar a estrutura agrária arcaica, marcada por relações sociais de trabalho atrasadas com manifesta tendência à monocultura latifundiária [...]*” (DE CASTRO, 1946, p. 301 – 302). Para o autor, esta estrutura ultrapassada é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro. Uma das alternativas apontadas pelo autor não seria simplesmente a extinção das grandes áreas de

monocultivos, pois isto seria impossível e suas propostas evidentemente precisavam ser realistas, mas o incentivo a formação de áreas com culturas de sustentação. Essas áreas de policultura de alimentos conviveriam com as áreas ocupadas pelos monocultivos. Trata-se da monocultura junto com a correspondente área de abastecimento para os grupos humanos que trabalham nestes monocultivos. Percebe-se que o uso do termo agricultura de sustentação poderia ser tratado como equivalente ao termo agricultura de subsistência³, que é utilizado frequentemente na atualidade. Ocorre que este termo (agricultura de subsistência) deriva da palavra subsídio, sendo assim, de forma literal, seria subsidiar a existência dos trabalhadores da terra com este tipo de produção agrícola.

Precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária – assunto proibido, escabroso, perigoso – com a mesma coragem que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo tabu, mostrando através de uma larga campanha esclarecedora, que a reforma agrária não é nenhum bicho-papão ou dragão maléfico que vai engolir toda a riqueza dos proprietários de terra, como pensam os mal avisados, mas que, ao contrário, será extremamente benéfica para todos os que participam socialmente da exploração agrícola. Porque só através desta reforma será possível inocular na economia rural os germes de progresso e desenvolvimento representados pelos instrumentos técnicos de produção, pelos recursos financeiros e pela garantia de justo rendimento das atividades agrárias de forma a liberar a nossa agricultura dos freios do colonialismo agonizante e liberar, indiretamente, o nosso desenvolvimento econômico do principal fator de estrangulamento do seu crescimento, que é o marasmo da agricultura brasileira (DE CASTRO, 1946, p. 302).

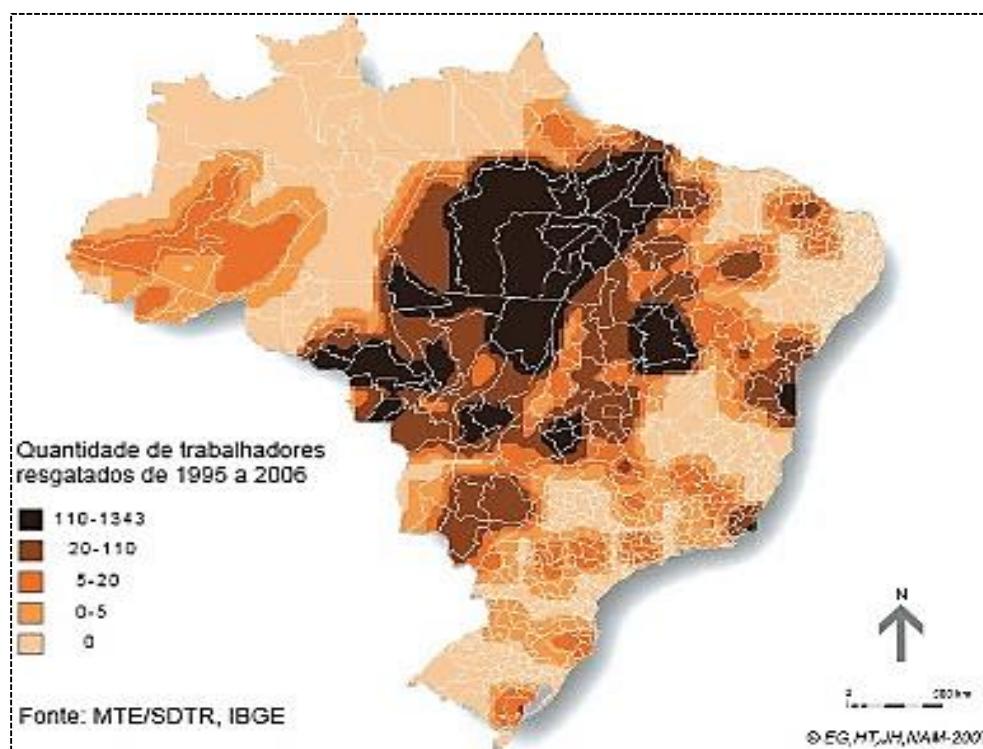
O autor também defende expressivo apoio governamental para o crescimento da produção de alimentos o que seria fundamental para a melhoria da alimentação do povo brasileiro. Quando cita (em *Geografia da Fome*) financiamento, fixação de preço mínimo, remuneração justa, modificação de Leis – inclusive da Constituição Federal da época - está demonstrando que considera a atitude política do governo como fundamental para as mudanças. Posiciona-se claramente no sentido de compreender o combate a fome e a subnutrição como sendo elementos integrantes e indispensáveis para um projeto de desenvolvimento para o País.

É interessante analisar, dispendo lado-a-lado, a realidade contemporânea referente a escravidão nas áreas de expansão agrícola e o que Josué de Castro traz em *Geografia da fome (1946)* sobre as relações sociais de produção no meio rural brasileiro. O autor menciona a necessidade de superar relações de produção que o mesmo considera arcaicas existentes e persistentes no meio rural nacional da época. Isto fica evidenciado quando cita: “[...] *liberar a nossa agricultura dos freios do colonialismo agonizante e liberar, indiretamente, o nosso desenvolvimento econômico do principal fator*

³ Agricultura de subsistência é uma modalidade que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido, ou seja, ela visa suprir as necessidades alimentares das famílias rurais. É um termo que deriva da palavra subsídio. (CERQUEIRA e FRANCISCO, 2011.)

de estrangulamento do seu crescimento, que é o marasmo da agricultura brasileira” (DE CASTRO, 1946, p. 302). O mapa 1 abaixo mostra a realidade do trabalho escravo no País no período de 1995 a 2006 e isto ajuda a perceber que aquilo que o autor trazia na década de quarenta, mesmo com bastante tempo transcorrido (60 anos), ainda não foi superado.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT - argumenta que têm ocorrido avanços no combate ao trabalho escravo no Brasil, mas ninguém cumpre pena de prisão (REPORTER BRASIL, 2006, p.2-3). Em pleno século XXI ainda presenciamos tal crueldade em nome do poder. Os principais estados fornecedores de mão-de-obra escrava no país são Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e, a região com maior concentração está no Sul-Sudeste do Pará. A maioria dos trabalhadores é analfabeta, como não têm qualificação representam mão-de-obra barata. [...] dividem espaço com os animais nos currais, não têm água potável, a alimentação é escassa (apenas arroz e feijão), quando se ferem no trabalho recebem apenas uma pequena quantia ou não recebem nada, às vezes apenas os medicamentos e são mandados embora. [...] muitos ficam endividados com o fazendeiro (pelo transporte, instrumento de trabalho, alojamento e comida); a dívida cresce a cada dia e eles não podem deixar a fazenda porque sofrem ameaças e violência física (VENTURA, 2008).



Mapa 1: Número de trabalhadores escravizados resgatados no Brasil de 1995 a 2006.

[...] Não por coincidência, as manchas mais escuras no mapa indicam um maior número de trabalhadores escravizados resgatados nas zonas de expansão da fronteira agrícola do País, atingindo, em maior parte, trechos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nessas zonas, onde o processo de desmatamento ainda está em curso, não há a adoção de técnicas agrícolas avançadas, além de apresentarem condições geográficas que dificultam a fiscalização, como a floresta densa, isso sem falar nas relações políticas de poder local. O Brasil, segundo um *ranking* elaborado pela Organização Não Governamental *Walk Free Foundation*, ocupa a 94ª posição no mundo entre os países que, proporcionalmente à sua população, mais possuem trabalhadores em regime de escravidão. Apesar de as ações brasileiras serem consideradas exemplares internacionalmente, o país ainda encontra dificuldades em avançar nessa questão, pois esbarra em vários interesses, principalmente de latifundiários (BRASIL ESCOLA, 2015).

Vale a pena também comparar a visão de Josué de Castro com a exposição de Rosset (2003, p. 320). Rosset ao realizar a crítica traz a importância de considerar o local aonde são produzidos os alimentos e de como os mesmos são produzidos. Traz ainda a questão do acesso a terra e remuneração justa pela colheita para os agricultores locais. Percebe-se, pois, a sintonia em termos de visão de desenvolvimento destes dois autores, mesmo que ambas as manifestações estejam separadas por considerável período de tempo.

Sobre outras ações que visam combater a insegurança alimentar nas diferentes localidades do País, o “Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar”, disponibilizado pelo FNDE, em seu site próprio, cita: “[...] o PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade local, redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, incentiva a (re)organização de comunidades, à organização e associação das famílias agricultoras e fortalece o tecido social. Também dinamiza as economias locais ampliando a oferta de alimentos de qualidade e valoriza a produção da agricultura familiar” (Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, FNDE, 2014).

A FAO estimou, em 2014, que mais de 805 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar no mundo. O Brasil, no entanto, caminha na contramão dessa estatística graças aos seus programas e estratégias que levaram o País ao posto de referência no combate à fome. “O Brasil é um grande exemplo nesse aspecto porque estabeleceu essa causa como uma prioridade nacional. Ele provou que um País grande pode reduzir a insegurança alimentar e ainda influenciar toda uma região e o mundo”, disse a representante adjunta da FAO para América Latina e Caribe, Eve Crowley, destacando que a América Latina e o Caribe tiveram, juntos, o melhor desempenho no combate à insegurança alimentar dos últimos anos.

Peça central no estudo realizado pela FAO, o Brasil aparece como modelo para promoção de experiências exitosas como transferência de renda, compras diretas para aquisição de alimentos e capacitação técnica de pequenos produtores. Com isso, o Brasil conseguiu diminuir em 50% o número de pessoas que passam fome (ONU, 2014).

Dessa forma, é possível notar a relevância de analisar a efetividade de um Programa como o PNAE, considerando o ponto de vista dos produtores aderentes, mesmo que a análise fique restrita há um microcenário (comparado com a extensão do território nacional e com a abrangência do Programa). Este projeto poderá instigar outros trabalhos sobre o tema e poderá dar maior visibilidade a questões importantes

para a sociedade, pois, como já foi mencionado, o Governo brasileiro está mostrando a sua intencionalidade no sentido de fomentar a produção interna de alimentos ligada a agricultura familiar.

2.2. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Segundo Santos (2007), a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208, reconheceu a alimentação dos alunos da rede pública como um direito, garantindo o atendimento universal aos escolares por meio de um programa de alimentação, sem qualquer discriminação. A intervenção pública brasileira neste campo, todavia, tem uma história longa: o Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo do País ligado à segurança alimentar. Durante os seus 59 anos de existência e após várias mudanças de nome, de vinculação institucional e de estratégias, o PNAE manteve seu foco na suplementação alimentar aos escolares de escolas públicas ou filantrópicas conveniadas. O programa justifica-se pela oportunidade de garantir aos estudantes acesso a uma boa alimentação, de forma permanente e, assim, contribuir para o melhor desempenho escolar e para a redução da evasão.

De acordo com SANTOS (2007), o PNAE atende aproximadamente 25% da população brasileira. Apresenta-se como uma política estruturante da segurança alimentar e nutricional no País, que não se limita a uma ação assistencialista de distribuição de alimentos, pois atua também na consolidação da produção interna de alimentos, diversificados, com identidade local / regional, ao mesmo tempo criando mercado institucional para a agricultura familiar brasileira.

São atendidos pelo Programa, atualmente, os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2014).

[...] Art. 16º Competem à União, por meio do FNDE, autarquia responsável pela coordenação do PNAE, as seguintes atribuições:

I - estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do PNAE;

II - realizar a transferência de recursos financeiros visando a execução do PNAE nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais;

III - promover a articulação interinstitucional entre as entidades federais envolvidas direta ou indiretamente na execução do PNAE;

IV - promover a adoção de diretrizes e metas estabelecidas nos pactos e acordos internacionais, com vistas na melhoria da qualidade de vida dos alunos da rede pública da educação básica;

V - prestar orientações técnicas gerais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o bom desempenho do PNAE;

VI - cooperar no processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

VII - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas objetivando a avaliação das ações do PNAE, podendo ser feitos em regime de cooperação com entes públicos e privados. (BRASIL, LEI 11.947/2009)

2.2.1. Histórico da alimentação Escolar no País

O marco inicial do PNAE ocorreu em 1955, instituindo a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação. Até 1960 os alimentos distribuídos eram obtidos por doação de instituições internacionais como o Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (UNICEF) e Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, por meio do programa alimentos para a paz. A característica marcante do programa, nas suas fases iniciais, foi à utilização de alimentos formulados, primeiramente doados, e, a partir dos anos 70, alimentos formulados produzidos no Brasil. O controle financeiro e gestão centralizada do programa, aliados ao forte *lobby* das indústrias de alimentos, contribuíram para essa situação (SANTOS, 2007).

A partir de 1983 a operação do programa passou à responsabilidade da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), que foi extinta em 1997. O PNAE então passa a ser coordenado pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). A partir da década de 80 o Programa incorporou a descentralização como um elemento norteador de sua implementação, cabendo destacar a municipalização e a participação comunitária. Contudo, a integração com o capital industrial de alimentos foi conservada e a participação dos alimentos formulados permaneceu.

A municipalização do programa foi instituída inicialmente de modo experimental, via celebração de convênios com o Ministério da Educação. Destaca-se que o PNAE alcançou bons resultados entre os programas nacionais submetidos ao processo descentralizador (SANTOS, 2007).

Com importante estrutura de incentivos, a municipalização do programa passou de um cenário de 300 municípios respondendo por sua operação em 1993, para 1.500 já em 1994. Ao final de 1995, 3.380 municípios haviam assumido a gestão do programa. No ano de 2005, segundo dados oficiais, o PNAE envolveu recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão e alcançou 37 milhões de escolares (SANTOS, 2007)! Com a municipalização houve uma importante mudança a partir deste período. Ocorre que as Prefeituras Municipais tinham certa liberdade para dar continuidade à efetivação do programa, podendo escolher a fonte fornecedora de alimentos. Assim sendo, a agricultura familiar começou a penetrar na política de forma gradual, porém, não existia ainda nenhuma diretriz ou lei que obrigasse a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar.

A municipalização da merenda escolar ocorrida em 1994 já recomendava a preferência por produtos *in natura* e a produção local para reduzir custos. Em 1996, uma nova portaria passou a definir critérios na aquisição de alimentos para a merenda escolar. Esta portaria acentuou a importância da comercialização de alimentos produzidos na região para incentivar a produção local, além de recomendar a aquisição de produtos que estivessem em período de safra na região. O objetivo também era evitar a compra de alimentos de empresas de alimentação. Informações obtidas nas quatro edições do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, organizado pela organização não governamental (ONG) Ação Fome Zero, mostram que nos municípios que promoveram a compra de alimentos da agricultura e da agroindústria familiar, ocorreram vantagens em termos de renda e emprego, além de propiciar uma alimentação saudável com manutenção dos hábitos alimentares regionais. Porém, a opção por privilegiar os fornecedores locais sempre implicou grande esforço, seja no que se refere aos trâmites administrativos, ou mesmo no que diz respeito à reorientação das decisões de cunho político (BELIK e SOUZA, 2009).

Entretanto, mesmo com as portarias interministeriais descrevendo incentivos às compras da produção local, os mecanismos institucionais de operacionalização eram pouco desenvolvidos, faltando definir o arcabouço de normas, ou seja, quais as obrigatoriedades que os municípios teriam que adotar no uso de recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar. Assim, a Lei Nº 11.947 / 2009 é que determinou o percentual mínimo que cada Município deveria comprar da agricultura familiar.

Triches e Schneider (2010) citam que com a descentralização da merenda escolar ocorrida em 1994, os municípios tiveram que criar a partir de 1995 o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que é uma exigência legal para receber recursos do Programa. Triches e Schneider (2010) mencionam o exemplo do município de Dois Irmãos, na Grande Porto Alegre (RS), onde foi criado o CAE em 1995, mas em diversas reuniões e por meio de pesquisas em escolas, percebia os problemas causados por uma alimentação caracterizada pelo consumo de alimentos com alta densidade energética e industrializados em detrimento dos básicos e naturais. Isso fez com que o município buscasse atender suas necessidades associando a produção local familiar, pois, conforme organizações como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (EMATER-RS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), havia também o interesse de procurar alternativas de mercado para a agricultura familiar.

O interesse dos agricultores pela alimentação escolar não foi somente pela segurança e solidez que esse mercado providenciava, mas também por ser um vetor de comércio local. Dessa forma, em 2004 já se efetivou a prática de compra para a merenda escolar, sendo que em 2009 utilizou-se praticamente 60% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar no município de Dois Irmãos (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Vários outros municípios estão tendo um bom encaminhamento para a aplicação da lei, mas esse sucesso não pode ser generalizado. Levantamentos realizados pelo governo federal demonstram que em 2009, ano de divulgação da lei, muito poucos municípios iniciaram as compras junto à agricultura familiar (Controle Social do FNDE, 2011). No ano seguinte esse número teve um pequeno aumento e atualmente estima-se que exista algo em torno de dois mil municípios realizando alguma compra junto à agricultura familiar. De acordo com o CONSEA (2012), mais de 60% dos municípios brasileiros estão comprando alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. A cifra pode ser considerada reduzida tendo em vista que se trata de uma lei que deve ser cumprida; as compras da agricultura familiar deveriam estar presentes em todos os municípios brasileiros e na proporção de 30% pelo menos. O que justifica a modéstia desses resultados são fatores que incidem no processo de compra das próprias prefeituras como também nas dificuldades encontradas na própria agricultura familiar.

Em termos de evolução da cobertura, o PNAE atendia um total de 137 municípios em 1955, fornecendo refeições para 85 mil crianças, no ano de sua criação. Passados 50 anos, o Programa cobre, praticamente, todos os municípios do País e atendeu em 2005, como já ressaltado, 36,4 milhões de crianças e adolescentes da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública de ensino. Em 2009, o PNAE passou a atender também, obrigatoriamente, o ensino médio configurando-se como um dos maiores programas de atendimento universal na área de educação no cenário mundial (BELIK e CHAIM, 2009).

Estas modificações no programa, ao longo destas cinco décadas, nos auxiliam a visualizar diferentes posições assumidas pelo Estado no sentido de o mesmo apoiar distintos setores em momentos diferentes (indústria de alimentos inicialmente e depois agricultura familiar com suas peculiares organizações). Até porque incentivar a indústria nacional de alimentos não é o mesmo que fomentar a agricultura familiar, pois pode não existir relação direta entre ambos. Assim sendo, é necessário atentar para a não neutralidade do Estado na história Brasileira.

Assim, na história do capitalismo, a atuação estatal desmembra-se em setores onde o Estado se afirma e em setores onde ele se nega, ocupando maiores ou menores espaços. Aí o Estado se encontra diante da necessidade de criar

condições para o aumento da taxa média de lucro, alimentando a acumulação de capital, ou então diante das pressões de uma sociedade mais ou menos organizada, capaz de possuir classes sociais com recursos para encaminhar e para impor seus reclamos ao poder público. (VIEIRA, 2004, p.196).

2.2.2. Entraves e potencialidades do PNAE

Há relatos por parte de integrantes das equipes de assistência técnica, atuantes nos assentamentos de reforma agrária, que afirmam que a modificação no programa, produzida pela Lei 11.947 / 2009, deu um impulso na produção agrícola dentro dos assentamentos. Dirigentes do MST afirmam que existe uma relação direta entre os assentados incluídos no programa e Prefeituras mais as Escolas Municipais. Quando este tipo de relação se estabelece, o que ocorre é a venda direta de produtos de alta perecibilidade, como: hortaliças, frutas, pães, bolachas, etc. Neste caso, as cooperativas ligadas ao MST não se envolvem nesta relação; entretanto, quando são produzidos nos assentamentos produtos de menor perecibilidade (exemplo: arroz, milho) estes são comprados por estas cooperativas ligadas ao movimento e estas, por sua vez, é que acabam negociando com Escolas e Prefeituras. Dessa forma, percebe-se que existe uma intermediação e quem faz este papel são estas cooperativas do movimento, mas ela é feita apenas com uma parcela da produção gerada nos assentamentos. Isto é algo que está acontecendo atualmente ou no presente.

É difícil ainda quantificar e avaliar bem os impactos provocados por esta nova Lei, já que a mesma é recente. Além disso, alguns itens da mesma já foram alterados e são detalhes importantes que acabam modificando a dinâmica estabelecida. Em 2009, por exemplo, o teto estabelecido por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que nada mais é do que uma espécie de CPF do produtor rural era de R\$ 9.000,00 / ano por DAP. Este teto anual de remuneração era considerado muito baixo pelos agricultores mais estruturados, o que fez com que as Cooperativas buscassem os agricultores mais pobres. Ocorre que em julho de 2012 o teto mudou para R\$ 20.000,00 / ano por DAP, ou seja, uma mudança significativa (FNDE – Manual da Agricultura Familiar, 2013).

Em geral as políticas sociais públicas no País costumam distribuir ínfimos recursos para um público selecionado e bastante pobre. É este o padrão verificado por diversos estudiosos da área social; a distribuição de poucos recursos para os mais pobres entre aqueles que já são pobres. Pode-se dizer que o PNAE não está seguindo esta linha e este seria um ponto de divergência. Outra consideração para este tipo de análise é o fato de a política procurar consolidar um trabalho, uma

atividade produtiva que pode colaborar com a autonomia ou com a independência dos sujeitos incluídos e em outras políticas públicas esse aspecto não aparece.

Vale mencionar que qualquer agricultor familiar incluso no programa não é obrigado a comercializar exclusivamente para o PNAE a totalidade da sua produção, pois ele possui liberdade para buscar outros mercados se assim desejar e conseguir (Manual para a Agricultura Familiar, FNDE, 2014). Outro ponto que chama a atenção é a longevidade do programa, pois o mesmo existe a 59 anos, considerando toda a sua história, desenvolvimento e modificações.

Em alguns assentamentos localizados na região metropolitana de Porto Alegre (RS) constatou-se um crescimento na produção de hortaliças. Ocorre que esta linha de produção não requer grandes investimentos em termos de estrutura, diferentemente do que aquilo que é requerido na produção/manipulação de produtos de origem animal, como leite, carne, mel, etc. Sabe-se que para estes produtos a legislação específica cobra do produtor a utilização de certas estruturas com o intuito de resistir a qualquer tipo de fiscalização por parte da vigilância sanitária; o que é condição obrigatória para que ele possa continuar a vender o produto. Na maior parte dos casos estas estruturas ou instalações requeridas apresentam um custo elevado demais para os pequenos agricultores; a não ser em casos de financiamento específico para a execução de projetos que acabem beneficiando diversas famílias de uma só vez (exemplos: Casa do mel, abatedouros, etc.).

É possível que esta política possa fomentar um crescimento consistente no que se refere à produção interna de alimentos nos assentamentos de reforma agrária, colaborando para que se conquiste a almejada segurança alimentar. O programa poderá gerar, trabalho, renda, viabilização financeira de cooperativas e de grupos informais de pequenos produtores. É possível que consiga também apresentar desdobramentos positivos na área da educação e da saúde, beneficiando a população de uma maneira ampla.

Outro ponto que deve ser considerado é o fato de que os preços que estão sendo fixados para os alimentos, com vistas a pagar os produtores que aderiram ao programa, são normalmente maiores do que o preço pago ao produtor quando ele acessa outros tipos de mercado (CEASA – Central de Abastecimento do RS, mercados regionais, etc.). Em alguns municípios utilizaram-se planilhas referenciais de preços elaboradas pelas próprias escolas e estas eram construídas com base nos preços de organizações de varejo da região.

Entretanto, é necessário considerar que a Lei 11.947 / 2009 que modificou o PNAE é recente e sabe-se que num estágio inicial é normal que haja um distanciamento entre os objetivos (já descritos) a realidade concreta. Alguns dados revelam que existe ainda muito espaço para avançar. Verifica-se junto às equipes de assistência técnica, atuantes nos assentamentos, junto a dirigentes do MST e junto aos assentados envolvidos no programa a existência de diversos entraves.

É de conhecimento geral que é difícil romper com um circuito que se mantém há vários anos e que envolve licitações, propinas e procedimentos burocráticos incrustados na máquina administrativa municipal. Do lado dos produtores há também uma série de dificuldades que passam pelos problemas sanitários, de documentação, de padronização do produto, transporte e embalagens. Enfim, as dificuldades em termos de fiscalização, infraestrutura e controle de aplicação de recursos surgem como pontos convergentes em relação ao perfil geral das políticas sociais no País, que historicamente apresentam esta problemática.

As políticas como as de aquisição de alimentos da agricultura familiar, seja para doações (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos) ou para alimentação escolar (PNAE), buscam ligar a produção ao consumo, oferecendo incentivos como a melhoria do nível de vida dos produtores rurais através da inserção nos mercados, reduzindo a pobreza rural, bem como a oferta de alimentos aos que estão em situação de insegurança alimentar.

As aquisições de alimentos para a merenda escolar podem ter a função de dinamizar a agricultura familiar de muitas regiões, porém, há necessidade de articulação entre o poder público e os atores sociais para que de fato a política seja implementada e não fique apenas no nível de formulação, ou seja, que os municípios possam cumprir a lei de comprar os 30% da agricultura familiar – pelo menos - e que essa compra possa também provocar mudança na produção agrícola, sendo fonte de renda para os agricultores. Algumas ações semelhantes de compras da agricultura familiar já eram propostas e mesmo operacionalizadas antes mesmo da institucionalização da recente Lei como o exemplo de Dois Irmãos, Rio Grande do Sul (TRICHES e SCHNEIDER, 2010), entre outros, mas com a obrigatoriedade, espera-se que haja uma maior articulação de forma que muitas outras regiões possam ter êxito na adoção das compras da agricultura familiar, seja por um plano de desenvolvimento da agricultura local ou para seguir as exigências da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009.

Enfim, o PNAE enquanto política social pública se afasta do perfil geral das políticas públicas adotadas no País, em alguns aspectos, ou seja, pode-se dizer que ele possui peculiaridades, mas converge com este perfil “traçado”, pelos estudiosos da área social, em outros pontos, pois apresenta entraves semelhantes no que tange a sua efetivação ou concretização.

3. O COOPERATIVISMO

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo (SINGER, 2002, p. 1).

O movimento cooperativista tem como marco inicial o ano de 1844, no qual foi fundada a *Rochdale Society of Equitable Pionner*, considerada a mãe das cooperativas. O empreendimento surgiu em Rochdale (Inglaterra), o qual consistia em uma cooperativa de consumo de operários da indústria têxtil que se expandiu consideravelmente ao longo dos anos (DE PAULA e BARRETO, 2009; LIMA, 2004; SINGER, 2002).

De forma sintética o cooperativismo é um fenômeno caracterizado por iniciativas de grupos civis autônomos, que visam a desempenhar atividades econômicas de maneira diferente daquela praticada pelo sistema capitalista. A sua proposta consiste na busca por objetivos econômicos através da manutenção de laços pessoais e da disseminação de princípios como a solidariedade e a democracia legítima (DE PAULA e BARRETO, p. 201). Desta forma pode-se inferir que: para que o cooperativismo se concretize é necessário que os sócios cooperados detenham o controle consciente da integralidade do processo de trabalho. Este controle seria uma consequência das relações que os homens estabeleceriam entre si, na produção econômica, onde as forças individuais teriam que ser postas em comum e permaneceriam sempre sob o controle comum.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos seus investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está

concentrado (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados (SINGER, 2002, p. 1).

O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (SINGER, 2002, p. 1)

A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. A cooperativa pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos). O excedente anual - chamado de sobras nas cooperativas - tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo indivisível, que não pertence aos sócios individualmente mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos sociais (de cultura, saúde, etc.) e eventualmente à repartição entre os sócios, por critérios aprovados pelos mesmos. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há lucro pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital (SINGER, 2002, p. 1 – 2).

Durante os últimos dois séculos, cooperativas surgiram em quase todos os países, assumindo diversas formas: *cooperativas de consumo* – empresas de propriedade de seus clientes, que lhes vendem bens ou serviços a preços mínimos, pois não visam lucro. [...] as *cooperativas de saúde, escolas cooperativas, cooperativas de crédito, de seguros, habitacionais, cooperativas de comercialização* – empresas formadas por pequenos ou médios produtores agrícolas, artesanais, coletores de refugos recicláveis, que vendem a produção dos sócios e compram para eles equipamentos, matérias primas, etc. Cooperativas agrícolas frequentemente

criam indústrias de processamento de produtos agropecuários, agregando valor aos mesmos; *cooperativas de produção* – empresas de produção coletiva agropecuária, industrial ou de serviços. [...] “*cooperativas de trabalhadores*” ou de “*serviços*”, são exemplos cooperativas de manutenção de redes de energia elétrica e de telefonia, de manutenção e limpeza de edifícios [...]. Embora haja grandes diferenças entre os vários tipos de cooperativas, todas se regem pelos mesmos princípios, que são os herdados dos Pioneiros de Rochdale, adaptados e enriquecidos por sucessivos congressos da Aliança Cooperativa Internacional. (SINGER, 1999, p.2)

Todas as cooperativas deveriam ser democráticas e igualitárias, seus dirigentes deveriam ser eleitos pelos sócios, as diretrizes deveriam ser discutidas e aprovadas em assembleias, nas de produção e ganho líquido deveria ser repartido conforme critérios aprovados pela maioria. São estes princípios que permitem distinguir falsas cooperativas das verdadeiras.

3.1. O COOPERATIVISMO NO MST

As mobilizações em diversas regiões do País fizeram com que os governos incluíssem o tema reforma agrária nas suas pautas (FERNANDES, 1999; FERNANDES, 2000; MORISSAWA, 2001). Para o MST, o desenvolvimento dos assentamentos, via incentivo governamental, ocorreria se houvesse uma organização que viabilizasse economicamente os assentados – as cooperativas. O cooperativismo adotado foi consolidado pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), consideradas formas mais adequadas de organização do trabalho, assim como meio necessário para a coletivização e transição socialista. Essa diretriz foi construída pelo Movimento e preconizada para os assentamentos ligados ao MST. A CPA foi a forma que o MST encontrou para materializar a sua concepção de trabalho coletivo e organização da produção (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB⁴, 1999).

Antes de 1985, a organização nos assentamentos era constituída, num primeiro momento, por pequenos grupos coletivos e grupos de ajuda mútua, que tinham o objetivo de se organizarem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo. Foram práticas isoladas e articuladas no contexto local de forma espontânea (BORGES, 2009, p.4).

⁴ A CONCRAB é uma instância do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que abarca cooperativas de assentados em nove estados brasileiros e núcleos de cooperação nos demais estados. A principal função da CONCRAB é orientar a organização dos assentamentos de reforma agrária e promover a cooperação, garantindo a unidade política e desenvolvendo programas específicos, tais como: experimentação de novas propostas de assentamentos, acompanhamento econômico e organizativo das cooperativas de produção, crédito ou comercialização, capacitação técnica de lideranças e jovens agricultores e estudos de mercado, entre outros (SCOPINHO, R.A. & MARTINS, A.F.G., 2003 p. 126).

Após essa fase (depois de 1985), a organização coletiva nos assentamentos foi estruturada por associações de trabalhadores, buscando melhorar principalmente a infraestrutura dos assentamentos. Para o MST, nesse período: “[...] *A associação é o melhor caminho*” (Jornal dos Sem Terra – JST⁵, 1987, p. 15). As associações tinham o objetivo de viabilizar melhores condições no que tange à compra de máquinas, insumos, instalação de estruturas e acesso ao crédito.

A organização coletiva por meio de associações foi a principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até a crise ocorrida na constituinte e na sucessão presidencial em 1989 (governo Collor). Exatamente neste cenário político, o Movimento voltou-se para a consolidação de um novo paradigma de organização da produção nos assentamentos rurais: o cooperativismo (BORGES, 2009, p.4).

Na base do cooperativismo estava presente a proposta de organização baseada na produção mecanizada e na inserção no mercado. Isso possibilitaria maior competitividade e produtividade, através da incorporação de técnicas modernas e acesso a recursos financeiros. O horizonte almejado por essa organização estava alicerçado na produção em larga escala.

[...] o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra. Há a necessidade de encontrar meios que lhe possibilita ter acesso a recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização; acesso a técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização. Recursos esses hoje, somente ao alcance dos grandes proprietários. É para proporcionar essas condições que estamos implantando a organização de cooperativas em nossos assentamentos. (JST, 1991, p. 02).

O cooperativismo adotado pelo MST estava associado a construção de uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurariam a redução da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho. Relações essas consideradas superiores àquelas tradicionalmente constituídas pelos camponeses. Para alcançar esse patamar, o Movimento organizou, a partir de seu setor de produção, o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas.

O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente a política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos (CONCRAB, 1997, p. 09).

⁵ O Jornal dos Sem Terra, desde sua origem como boletim, possuía o papel de contribuir para a formação política dos seus militantes, uma vez que parte do conteúdo resultava de assembleias em que se discutia a situação dos acampados, aparece também material de estudo sobre a realidade agrária brasileira, bem como dados sobre concentração fundiária e latifúndios improdutivos. Segundo as Normas e Orientações do Jornal Sem Terra (MST, 1988, p.3): “O jornal deve ser um veículo formador da classe trabalhadora. Onde se veiculam as ideias, as propostas de luta, onde a base, os militantes possam realmente aprender, discutir, debater e avançar politicamente”. (RODRIGUES, 2014, p. 1792).

O cooperativismo do MST buscou em “[...] vários países da América Latina, como: Nicarágua, Peru, Honduras, Cuba, Chile e México [...]”, subsídios para implantar um modelo de cooperação nos assentamentos brasileiros (MORISSAWA, 2001, p. 207).

A proposta de cooperação agrícola indicava um modelo uniformizado para os assentamentos rurais, centrado numa proposta organizacional com ênfase econômica. Para o MST, “[...] cooperação é igual a cooperativa ou dá-se através dela” (CONCRAB, 1999, p. 32). Essa redefinição da organização coletiva centrada na homogeneização da Cooperação Agrícola (CA), por meio da institucionalização das cooperativas, permitiu ao MST implantar um projeto para os assentamentos rurais em todas as regiões do país.

A CA adquire caráter decisivo para as estratégias do MST, a partir de 1989, com a criação de um sistema cooperativista a nível nacional, que objetiva integrar as diversas formas de cooperação em assentamentos, bem como produtores individuais assentados ou não. As cooperativas de produção agropecuárias (CPA's) passam a ser, a nível dos assentamentos, o carro chefe deste sistema cooperativo (KLEBA, 1994, p. 133 - 134).

As CPA's se diferenciavam das outras formas de cooperação agrícola adotadas anteriormente pelo Movimento. Sua principal característica era personalidade jurídica, a qual permitia a inserção no circuito mercantil, pois, ao ser registrada, passava a ser uma empresa cooperativista (possuíam singularidade em relação a outras modalidades de cooperativismo existentes). Sua proposta extrapolava os limites econômicos da organização da produção, atribuindo a seu *modus operandi* a busca pela formação mais abrangente de seus membros, num processo de construção de uma sociedade regida por princípios socialistas. Nelas, a terra e todos os investimentos nela aplicados ficariam sob o controle do coletivo. Para isso, foi formada uma estrutura organizacional interna, devido à complexidade da gestão coletiva da produção.

Como órgão máximo de poder dentro de uma CPA está a Assembleia Geral da Cooperativa. [...] A CPA normalmente é gerenciada por um Conselho de Administração ou Deliberativo ou Coordenação. [...] Cada CPA define a sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Desta instância é escolhido um Conselho Diretor ou uma Diretoria Executiva. [...] Esse Conselho deve cumprir as determinações da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo. O Conselho Fiscal é composto por três titulares e três suplentes. É responsável pela fiscalização dos atos e da gestão da direção da cooperativa. [...] O trabalho organiza-se internamente através dos setores. Os setores de trabalho congregam todos os associados da cooperativa. É a instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza os setores conforme as atividades que desenvolve, como os setores de grãos, animal, de máquinas e o setor administrativo. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros do setor (EID; BUENO, 1999, p. 04-05).

Todas as estratégias e decisões passavam por essa estrutura, que viabilizava, principalmente, as ações relacionadas à produção. O principal elemento das CPA's

era, evidentemente, a eficiência econômica dos assentamentos através da especialização de tarefas, tecnificação da produção e a agroindustrialização. A busca pelo desenvolvimento econômico dos assentamentos necessitava, via de regra, de planejamento que articulasse a obtenção de recursos financeiros e as técnicas modernas de produção (utilização de mecanização e insumos industrializados), procurando viabilizar a proposta de cooperação através do acesso ao mercado competitivo.

O plano da produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. A divisão social do trabalho se dá através de especializações (CONCRAB, 1996, p. 06).

A partir de 1989, ocorreu um grande aumento do número de CPA's em todas as regiões do País. Nesse momento, o MST procurou articular seu modelo de cooperação agrícola em torno de uma estrutura de representação (englobando as dimensões de planejamento e gestão nos assentamentos rurais). Com a implantação das CPA's em várias localidades, foram organizadas a nível estadual as Centrais Cooperativas dos Assentamentos (CCA's), que articulavam, num mesmo território, as diversas experiências, sendo responsáveis pela: comercialização da produção, compra de insumos e máquinas, logística da produção, obtenção de crédito para as CPA's, implantação dos projetos agroindustriais, busca de melhorias na infraestrutura dos assentamentos, consolidação da matriz tecnológica, entre outras atribuições. As CCA's foram importantes para a construção de uma instância representativa que tivesse sob seu controle as diversas experiências cooperativas do MST no território nacional.

Após a criação de três centrais estaduais, a legislação permite a criação de uma Confederação Nacional de Cooperativas. Esse processo se firmou em maio de 1992, com a criação de uma Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB). Em nível nacional, podem filiar-se à CONCRAB apenas as Centrais Estaduais. Mas em nível de Estado, podem filiar-se à Central as cooperativas de produção agropecuária (CPA's) [...] (CONCRAB, 1996, p. 03).

Para formalizar uma organização cooperativa consolidada nacionalmente, o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – em 1992. Era uma organização alternativa ao sistema tradicional, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, que mantinha o controle sobre as cooperativas constituídas no país.

O cooperativismo e a doutrina cooperativista não são propriedades de ninguém. Todos os cidadãos do País que quiserem organizar qualquer tipo de cooperativa seja na produção, seja na comercialização, no consumo, no setor serviços devem ter esse direito sem tutela, nem do estado, nem de nenhum organismo (JST, 1991a, p. 09).

Através da criação da CONCRAB foram estruturadas as instâncias locais e estaduais dinamizando dentro do SCA, o projeto de cooperação agrícola do Movimento.

Em 1991 o MST passa a implementar uma nova ideia, aperfeiçoando as atividades coletivas, através do “Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA)”, compostos pelos seguintes níveis: CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária, a nível de assentamentos, Central Cooperativa de Reforma Agrária, que reúne CPA’s a nível estadual; e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. – CONCRAB, que reúne as Centrais de Cooperativas de nível estadual e que foi fundada em maio de 1992 (CARDOSO, 1994, p. 140).

A institucionalização da cooperação agrícola foi a base de sustentação das diretrizes política e produtiva concretizadas pela territorialização de cooperativas em todo o País. A centralização administrativa realizada pelo MST permitiu a adoção de medidas articuladas com as Centrais Estaduais, para melhor atendimento das necessidades dos assentamentos rurais. No âmago da cooperação agrícola adotada pelo MST estava os fundamentos da “teoria da organização no campo”. Essa teoria permeou todas as ações relativas ao cooperativismo estruturado pelo movimento (realizado pelas CPA’s) e esteve presente nas práticas pedagógicas dimensionadas para capacitação e formação de novos “sujeitos” agentes no espaço cooperativo.

A “teoria da organização do campo” foi elaborada por Clodomir de Moraes, um dos mais importantes intelectuais do MST, responsável pela orientação teórica do cooperativismo, dos cursos de formação e laboratórios organizacionais. Sua contribuição possibilitou a construção da proposta cooperativista, baseada na mecanização, divisão do trabalho e produção em escala. Essa condição seria a base de formação do operariado agrícola, sujeito da transformação social. A abordagem teórico-conceitual de MORAIS (1986), no *Caderno de Formação n° 11*, possui como principal referência o pensamento de Karl Kautsky⁶ (BORGES, 2009, p. 8).

A cooperação agrícola vai além dos limites econômicos do trabalho coletivo, inserindo elementos políticos da mudança social. *“Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental”* (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 101).

Há na perspectiva do MST uma aproximação à noção Kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário, e que os trabalhadores rurais deveriam organizar a produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, ainda que em padrões cooperativos de participação social (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 134).

A estrutura organizacional e a crítica à agricultura camponesa são processos que se articulam de forma conjunta. O modelo de cooperativismo do Movimento foi

⁶ Karl Kautsky (1854-1938), nascido em Praga (atual República Tcheca) e educado em Viena (Áustria), foi o legatário de Karl Marx e de Friedrich Engels, com os quais estabeleceu relações de amizade [...]. Coube a ele depois compilar e editar os manuscritos de Marx sobre *Theorien uber den Mehrwert* (Teorias sobre a mais-valia), que constituíram o quarto volume de *Das Kapital*. Kautsky tornou-se membro do Partido Social-Democrata da Áustria e, posteriormente, do Partido Social-Democrata da Alemanha, para onde se mudou, e fundou a revista teórica *Die Neue Zeit* (O Novo Tempo). Tornou-se então o principal intérprete da doutrina de Marx, dentro da Internacional Socialista [...]. (BANDEIRA, 2010, p. 90)

[...] O nome de Karl Kautsky é relembado por suas duas contribuições às teorias socialistas: a primeira, com a edição das notas manuscritas do que seria o 4º volume de "O Capital", de Karl Marx, publicadas sob o título de "Teoria da mais-valia"; a segunda, com a edição de seu livro "A questão agrária". (<http://educacao.uol.com.br/biografias/karl-kautsky.jhtm>)

construído sobre alicerces da desconstrução dos “vícios” da cultura camponesa. *“Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses”* (KAUTSKY, 1980, p. 137). A teoria da organização no campo tinha o objetivo de potencializar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, rompendo um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico: as características camponesas dos assentados. Para o Movimento, a organização tradicional da produção não permitiria a formação de uma consciência coletiva, pois o processo de trabalho era simplificado e individualista.

O comportamento ideológico do indivíduo consiste em um complexo de valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo. [...] A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação sindical (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais (MORAIS, 1986, p. 12-13).

Segundo Moraes (1986), para manter a unidade e a disciplina seria necessário combater os “vícios” das formas artesanais de trabalho do camponês. Estes “vícios” poderiam destruir qualquer organização cooperativa e, dessa forma, seriam prejudiciais aos assentamentos rurais. Para evitar a desagregação do cooperativismo desenvolvido nos assentamentos, deveriam ser utilizados, a todo o momento, mecanismos para combater os tais vícios das formas artesanais de trabalho.

3.2. A CRISE DO MODELO COOPERATIVISTA

A matriz tecnológica moderna adotada nas cooperativas necessitava construir novas relações de trabalho no campo, como: racionalização de métodos, especialização de tarefas, utilização de máquinas e insumos químicos, agroindustrialização e integração ao mercado. A cooperação agrícola pressupunha o avanço na adoção de técnicas de produção e utilização de máquinas e insumos modernos. Se o trabalho coletivo era inspirado na organização fabril, logo a produção teria que acompanhar essa lógica. A busca por alta produtividade e acesso à competição no mercado levou as CPA's a direcionarem a produção para culturas de larga escala, principalmente milho, algodão e soja. As cooperativas deveriam utilizar recursos modernos para alcançarem tal objetivo e adentrarem no circuito mercantil.

[...] as primeiras experiências da forma construtiva coletivista começavam a apresentar resultados econômicos negativos, o que induzia alguns analistas a refletirem sobre inadequação desse modelo de agricultura empresarial - orientado para a intensificação do capital e a redução da mão-de-obra, que era a base da referida produção coletiva, às condições objetivas dos assentamentos, de baixa capacidade de investimento e grande disponibilidade de mão-de-obra (D'INCAO; ROY, 1995, p. 36).

Além dos problemas gerados em relação à mão-de-obra, esse tipo de produção era altamente dependente de fatores externos, principalmente dos implementos agrícolas e insumos da indústria (vários deles com preço atrelado ao petróleo) e do preço de venda dos produtos gerados (*commodities*), pois o mesmo era regido internacionalmente. As cooperativas ficavam reféns da volatilidade do mercado para o escoamento da produção. A matriz tecnológica moderna oferecia riscos econômicos para os assentamentos, além de ser altamente dependente de recursos externos, a rentabilidade para o montante de associados era baixa. Conforme Norder (2004), o rendimento por área de produção era pequeno, sendo este sistema de produção inadequado para a pequena propriedade (característica dos assentamentos rurais).

Essa situação gerou um quadro de crise nas CPA's, iniciado desde o início dos anos 90, como resultado da conjugação entre a organização do trabalho coletivo e as diretrizes de produção modernizantes. Esses fatores internos conduziram o cooperativismo a uma fase de esgotamento nos assentamentos. O esgotamento desse modelo cooperativista teve influência direta das políticas governamentais que, num primeiro momento, incentivaram a agricultura moderna nos assentamentos (muitas vezes inadequada aos arranjos locais), causando a desarticulação no processo de produção e o endividamento junto a instituições financiadoras. Num segundo momento, o governo agiu na contramão do que vinha sendo implementado, pois extinguiu o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) e inseriu os assentados no universo abrangente da produção familiar. Através do PRONAF, o financiamento para os assentados perdia seu caráter especial, ficando moroso e difícil seu acesso. Outra ação, que enfraqueceu as atividades do MST, foi o processo de criminalização da luta pela terra.

As contradições geradas pela cooperação agrícola foram percebidas pelo MST durante a trajetória de organização do trabalho e da produção – fatores internos *“Temos muitas experiências onde foram tomadas decisões teoricamente bonitas e avançadas, mas na prática, não funcionaram e acabaram quebrando o coletivo”* (CONCRAB, 1996, p. 73). A partir dessas experiências, o Movimento reconheceu a necessidade de repensar a organização da produção em novas bases.

Aprenderam também que as formas de cooperação agrícola deveriam ser mais flexíveis. [...] que a forma de recuperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: “você vão implantar uma cooperativa”. Vai ser um fracasso. Eles é que tem que discutir que tipo forma pode ser assimilada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 101-102).

Conforme NAVARRO (2002), o cooperativismo, enquanto modelo de desenvolvimento da produção agropecuária e potencializador de um novo sujeito

coletivo, vinha perdendo força dentro do MST. Dessa maneira, o MST passou a admitir outras possibilidades organizativas, diferentes das “cooperativas coletivizadas”, modelo original de sua proposta de cooperação.

O processo de (re)organização produtiva desencadeado pelo MST perpassa, essencialmente, por mudanças na proposta de cooperação agrícola. Isso significa que o Movimento redefiniu sua matriz tecnológica, com a incorporação de novos princípios orientados fundamentalmente pela agroecologia. A agroecologia adentrou a agenda do MST, inserindo novas discussões sobre métodos e tecnologias alternativas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos rurais. O processo de transição aponta para a transformação das bases produtivas e a inserção dos assentamentos num novo paradigma de desenvolvimento econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura moderna.

3.3. A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A crise do paradigma de produção do MST provocou uma mudança estratégica e a adoção de novas práticas ligadas às características locais. O esgotamento do modelo cooperativista fez com que o Movimento reconhecesse as dificuldades e mesmo os equívocos na organização da produção nos assentamentos rurais. As deficiências e/ou fragilidades da matriz tecnológica moderna (insustentabilidade produtiva, contaminação ambiental e de seres vivos em geral, baixo poder de resiliência⁷ dos sistemas agrícolas, entre outras) acabaram prejudicando economicamente os assentados. Estes assentados também estavam vulneráveis à instabilidade do mercado (variação do preço de venda dos produtos, do custo de produção dos mesmos e da reduzida margem de lucro) ao endividamento junto a fontes financiadoras, entre outros fatores. A partir destas questões, novos conceitos e princípios foram construídos em outras bases, como orientações para os assentamentos rurais. Essa preocupação aproximou o MST da noção de sustentabilidade⁸ e agroecologia.

⁷ Resiliência é a capacidade intrínseca de um sistema em manter sua integridade no decorrer do tempo, sobretudo em relação a pressões externas impostas pelo meio ambiente (HOLLING, 1996 *apud* MARZALL, 2007, p. 234). A principal característica de um sistema resiliente é sua flexibilidade e capacidade de perceber – ou eventualmente criar – opções para enfrentar situações imprevistas e pressões externas (BROOKFIELD, 2001 *apud* MARZALL, 2007, p. 234). Os ecossistemas degradados geralmente tiveram diminuição da sua diversidade e sofreram sucessivas perturbações que levaram à redução da resiliência e perda de estabilidade. A resiliência indica a capacidade do ecossistema de se regenerar após alguma alteração natural ou antrópica, estando relacionada com a saúde do ecossistema (ARONSON et al., 1993 *apud* AMADOR, 2003, p. 02).

⁸ “A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento holístico” (ATSA, *apud* EHLERS, 1996, p. 117).

O termo agroecologia vem sendo usado desde os anos 70, porém sua prática pode ser resgatada desde as origens da agricultura. O manejo agrícola de indígenas e camponeses, através da relação direta com elementos objetivos e subjetivos, regulava a produção de acordo com os conhecimentos acumulados e as necessidades imediatas de consumo. A agricultura era pautada por uma lógica interna de funcionamento, reproduzida e transmitida pelos saberes locais (HECHT, 1991). O processo histórico de acumulação capitalista desarticulou esses conhecimentos, gerando uma padronização construída externamente. Os saberes tradicionais foram marginalizados pelo produtivismo e pela rentabilidade econômica, condição da agricultura moderna.

La agroecología há surgido como un enfoque nuevo al desarrollo agrícola más sensible a las complejidades de las agriculturas locales, al ampliar los objetivos y criterios de agrícolas para abarcar prioridades de sustentabilidad, seguridad alimentaria, estabilidad biológica, conservación de los recursos u equidade junto con el objetivo de una mayor producción (ALTIERI; YURJEVIC, 1991, p. 33).

A agroecologia é pautada por conceitos, princípios e metodologias, que buscam a autonomia dos trabalhadores rurais marginalizados pela exploração da agricultura moderna, reunindo “[...] *ideas sobre un enfoque de la agricultura más ligado al medio ambiente y más sensible socialmente; centrada no solo en la producción sino también en la sostenibilidad ecológica del sistema de producción*” (HECHT, 1991, p. 04).

Para associar as questões ambientais e sociais, a agroecologia incorpora outras dimensões da prática agrícola, buscando no saber tradicional (camponês e/ou indígena) as bases para a construção de novos conhecimentos, aliados ao avanço científico. Guivant (1997) afirma que a análise sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável não deve reproduzir a mesma dicotomia da agricultura moderna, estabelecendo uma conceituação sobre conhecimento local, participativo e holístico, que se opõe ao conhecimento científico da agricultura moderna (difusionista e parcial). Seguindo esse princípio, seriam redefinidas as relações entre conhecimento científico e conhecimento local no desenvolvimento de uma agricultura sustentável. A agroecologia não busca um retorno ao passado, mas sim estabelecer elos com o processo produtivo tradicional, isento de recursos externos da agricultura moderna.

Estratégias importantes para essa relação são a contextualização e a apreensão da diversidade. Para isso, deve-se buscar o enfoque local, considerando a grande heterogeneidade ecológica e socioeconômica existente (ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2000).

Segundo COSTABEBER (2006), a transição agroecológica é um processo lento e gradual imbuído pela mudança de valores e inserção das famílias e das comunidades na construção de alternativas viáveis para a localidade. A conversão da base produtiva deve ter um caráter participativo nas decisões sobre a melhoria das condições sócio econômicas e ambientais. Isso é possível devido ao reconhecimento da diversidade social, cultural e ecológica das localidades.

Para que a transição agroecológica seja bem-sucedida, é preciso integrar esforços que visem ao avanço tecnológico e à ampliação das esferas participativas locais. *“Quando as respostas são adequadas à localidade (comunidade) e a suas condições concretas e específicas, se produz a geração de um potencial endógeno, evidenciando as próprias possibilidades e limitações”* (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 41).

3.4. OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E O NOVO ENFOQUE PRODUTIVO

A aproximação do MST ao desenvolvimento sustentável e a agroecologia está vinculada, essencialmente, à desconstrução do modelo produtivista. As dificuldades para modificar uma estrutura conformada em mais de uma década vem sendo o grande desafio para a organização coletiva no MST. No entanto, a preocupação com o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais foi introduzida na pauta do Movimento após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. *“De 1995 em diante, o discurso político do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade [...]”* (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 209).

O principal marco da mudança do paradigma de produção, adotado pelo MST desde a sua criação, foi a realização do “4º Congresso Nacional do MST⁹”, em agosto de 2000, na cidade de Brasília (DF). Nesse evento foram construídas as novas bases de luta política e das práticas produtivas, voltadas essencialmente para a agroecologia, a qual passou a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica.

O saber camponês (tradicional), considerado até então como um entrave para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, passou a ser resgatado e valorizado.

⁹ O 1º Congresso Nacional do MST foi realizado em Curitiba, em janeiro de 1985. A realização do 2º Congresso Nacional foi na cidade de Brasília, em maio de 1990. O 3º Congresso Nacional, em julho de 1995, realizado, também, em Brasília. No 4º Congresso Nacional do MST, o tema escolhido foi *“Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndios”* (JST, 2000).

A partir dele vem sendo construídas estratégias de acordo com as especificidades locais, considerando a grande diversidade de cenários em diferentes regiões do país. A abordagem da sustentabilidade econômica, social e ambiental, está embasada na “[...] importância do desenvolvimento local ou endógeno, destacando a necessidade de construção e reconstrução do conhecimento local, como estratégia básica para processos de transição agroecológica” (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 35).

Nesse sentido, o assentado é responsável pelo seu tempo e pelas ações que direcionam a vida cotidiana e a produção agrícola. A construção a partir da cultura local remete a maior adequação das práticas às necessidades básicas de trabalho, desde fenômenos naturais, técnicas de plantio e manejo do solo até organização coletiva do trabalho e segurança alimentar da família. “As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência” (LEFF, 2002, p. 36). O conhecimento tradicional aliado a tecnologias e processos modernos de base ecológica são os principais elementos constitutivos da agroecologia. Seu enfoque científico possibilita uma articulação das formas de sustentabilidade construídas localmente com estratégias modernas de produção, para que haja viabilidade econômica, equidade social e preservação ambiental no meio rural.

O MST, através da agroecologia como matriz tecnológica de produção, vem redefinindo suas estratégias de organização voltadas para a localidade, e iniciando o processo de transição do padrão moderno à agricultura sustentável. Uma das estratégias foram os cursos voltados para a agroecologia e desenvolvimento sustentável, como uma forma inserir um novo modelo de produção através de conceitos e práticas pedagógicas.

De 6 de março a 5 de maio, 42 agricultores dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso do Sul participaram de Curso Prolongado em Agroecologia e Gestão Sócio ambiental na escola José Gomes da Silva, localizada no Assentamento Antônio Tavares na cidade de São Miguel do Iguçu, sudoeste do Paraná. [...] Este curso teve como objetivo ser uma experiência piloto para montar o curso em Nível Médio e Pós-Médio em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, em parceria com universidades do Estado. [...] O curso contou ainda com visitas técnicas a diversas cooperativas da região para conhecer as experiências de produção, e comercialização de produtos agroecológicos (JST, 2001).

Iniciativas em parceria com o Estado, relacionadas ao processo educativo, evidenciam esforços nesse sentido, como os cursos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário), Programas de Residência Agrária (Especialização e pesquisa em rede na Agricultura Familiar Camponesa e Especialização em Agroecologia – Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA e Universidades Federais), Curso de Agronomia

para Movimentos Sociais no Campo (Universidade do Estado de Mato Grosso), Curso de Especialização em Agroecologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia / PR), entre outros. Nos últimos anos o MST incentivou várias experiências em assentamentos rurais por todo o país, que se apresentam como alternativas à atual conjuntura econômica.

Atualmente existem várias iniciativas em todo o país que mostram a eficiência deste sistema da produção. No Paraná, as 20 famílias do assentamento Santa Maria consolidaram a produção de cana-de-açúcar, onde produzem de 12 a 15 toneladas de açúcar mascavo por mês. A produção atende, além do comércio local, estados como RJ, MS e SP. [...] No Piauí, no assentamento Marrecas, região do semiárido, um grupo de 30 famílias trabalham coletivamente, as culturas de uva, banana e goiaba. A primeira colheita, resultou em mais de 2 mil quilos de uva. São destes exemplos concretos que vêm a força do debate político sobre a produção agroecológica, que respeita a diversidade cultural e biológica das diferentes regiões do Brasil. Esta é a proposta do MST para o campo brasileiro (JST, 2006a).

[...] Em uma década a área envolvida na produção de arroz ecológico passou de 7 hectares, em 2 assentamentos, para mais de 3.000 hectares em 11 assentamentos e o número de famílias envolvidas aumentou de uma dezena para quase 400. Porém, em que pese essa significativa expansão, a cadeia produtiva ainda pode crescer mais, uma vez que abrange apenas 1/3 das famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre (RS) e entorno e todos os assentamentos da região possuem áreas propícias à produção de arroz. [...] Os municípios da região metropolitana com assentamentos são Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. Os primeiros assentamentos da região foram realizados na segunda metade da década de 1980 e atualmente já somam 17 assentamentos, onde vivem 1.322 famílias organizadas pelo Movimento Sem Terra. E em todos os assentamentos desta região existem áreas com cultivo arroz (MEDEIROS; CAMPOS, 2011, p. 2 – 4).

A partir da mobilização de recursos locais, a agroecologia proporciona novas formas de cooperação, baseadas na diversificação da produção e ocupação da força de trabalho familiar. A mobilização em torno da agroecologia extrapola os limites econômicos e produtivos, a fim de buscar o caminho da sustentabilidade e da autonomia para o trabalhador rural. Esse novo rumo prevê um acirramento da oposição ao desenvolvimento rural dominante, expresso pelas grandes monoculturas. *“O movimento criou um discurso coerente com as proposições agroecológicas, colocando as multinacionais de insumos industrializados como as principais responsáveis pelo sistema de dominação a que estes agricultores estão submetidos [...]”* (VERAS, 2005, p. 73).

A agricultura brasileira vive um processo de disputa de projetos sobre seu futuro. De um lado, o chamado agronegócio, casamento da típica agricultura capitalista, baseada em investidores que moram na cidade e que contratam assalariados para cultivarem a terra de forma mecanizada, através do uso intensivo de agroquímicos, organizando a produção na forma de monocultura. A maior parte dos seus cultivos, como soja, cana, café, laranja e pecuária se destinam à exportação. [...] De outro lado, a proposta de um modelo de agricultura camponesa. Ela é baseada no trabalho familiar e cooperativo, que direciona sua produção para alimentos saudáveis praticando a policultura, não usando agrotóxicos ou transgênicos e produzindo para o mercado interno. [...] (JST, 2004).

Novas relações sociais estão sendo construídas em conjunto com práticas agrícolas que visam à sustentabilidade no meio rural. *“A luta por Reforma Agrária deve caminhar junto com a luta em defesa da natureza, da água, da biodiversidade e da produção de alimentos baratos e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população”* (JST, 2006).

As contradições do modelo produtivista adotado pelo MST foram sentidas nas dificuldades de implementação do cooperativismo nos assentamentos. Essa situação provocou uma mudança nas estratégias do Movimento, que passou a reconhecer os limites do modelo de produção implementado. Apesar dos esforços, o modelo cooperativista entrou em crise, provocada: criminalização da luta pela terra, pela contradição contida nas próprias práticas agrícolas, dependentes de recursos externos (agroquímicos e maquinário), pela coletivização compulsória (imposta) nos assentamentos rurais. Esses limites foram importantes para o esgotamento do cooperativismo do MST.

Algumas experiências pontuais de práticas alternativas – a partir da metade da década de 90 – passaram a adquirir relevância dentro do movimento. Essas iniciativas tornaram-se protagonistas de uma mudança significativa: a aproximação com a noção de sustentabilidade. A agricultura, antes mais voltada para a esfera econômica, incorporou outras dimensões: social e ambiental. Adequando-se aos debates sobre desenvolvimento rural e preservação dos recursos naturais, o MST, articulado com a Via Campesina¹⁰, adotou a agroecologia como um novo paradigma de produção e de luta política. A partir do 4º Congresso Nacional, o Movimento organiza sua agenda para potencializar e aprofundar as discussões sobre agroecologia nos assentamentos rurais.

Em relação à produção, o MST altera a sua orientação. A produção cooperativa em larga escala, voltada para a agroindustrialização, perde espaço para o incentivo à produção agroecológica, baseada na diversificação dos produtos e utilização de recursos internos e valorização do conhecimento tradicional do agricultor.

Diante do exposto, não é difícil compreender por que surgiram tantas cooperativas que, de alguma forma, se conectam ao MST e porque o desafio de desenvolver a produção ecológica ou orgânica. Muitos exemplos de cooperativas podem ser citados, principalmente os de cooperativas de produção e assistência

¹⁰ A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, agricultores de pequeno e médio porte, integrantes do MST, mulheres agricultoras, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Ele defende a agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e dignidade para as pessoas. A Via Campesina se opõe fortemente a agricultura dirigida pelas corporações e empresas transnacionais. A Via Campesina reúne cerca de 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e Américas. Ao todo, representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural independente de qualquer tipo de política econômica, etc. (VIA CAMPESINA, 2015).

técnica (que podem ser vistas também como cooperativas de prestação de serviços). Nesse sentido, temos, atualmente: COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.) no Rio Grande do Sul, COOPTRASC (Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva), em Santa Catarina. Além destas, que são de prestação de serviços, existem as de produção, no Rio Grande do Sul, como: COOPAN (Cooperativa dos agricultores assentados de Nova Santa Rita), COOPAT (Cooperativa dos agricultores assentados de Tapes), COPERAV (Cooperativa de Produtores Orgânicos da reforma Agrária de Viamão), COPAC (Cooperativa dos agricultores assentados de Charqueadas). As de produção citadas fazem parte do GGAE (Grupo Gestor do Arroz Ecológico). Há também a COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre), que compra produção dos assentamentos, agrega valor aos produtos e vende os mesmos para diversas escolas do Estado do Rio Grande do Sul, e também para escolas fora do Estado como as localizadas em São Paulo (GGAE, 2011).

No capítulo seguinte, abaixo, aparece a explanação sobre a metodologia utilizada para a realização da investigação ou pesquisa.

4. BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este capítulo traz a natureza desta pesquisa explicitando as categorias do método utilizado. Revela, também, os procedimentos operacionais escolhidos e como se deram os processos de contato, coleta e análise dos dados coletados para o embasamento deste trabalho. Há também a caracterização do *locus* da pesquisa o que possibilita maior compreensão sobre a realidade.

A metodologia é o caminho adotado para obter as informações desejadas, compreendê-las e fazer sua análise. A experiência adquirida em função dos programas de Residência Agrária, mais a experiência profissional no trabalho de Assistência Técnica (ligado ao programa de ATES) junto às famílias assentadas, tornaram mais fáceis à obtenção e compreensão das informações. Deu-se visibilidade aos sujeitos envolvidos diretamente no programa, para a captura das suas impressões sobre as questões evidenciadas nos objetivos deste trabalho. Além dos assentados, os integrantes das equipes de assistência técnica (envolvidos no programa de ATES) foram também considerados como fonte de dados para o alcance dos objetivos propostos, pois estes sujeitos, além de possuírem vivência junto aos assentados, também acabam se envolvendo com o programa. Para tanto, foi utilizado

o método de pesquisa com enfoque misto (qualitativo e quantitativo), que possibilita o conhecimento da realidade dos sujeitos.

Dessa forma, com um método de pesquisa que valoriza a experiência social dos sujeitos procurou-se responder a questão central: Como vem se efetivando a adesão dos assentamentos de reforma agrária da região metropolitana ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, depois da Lei 11.947 do ano de 2009?

Para responder utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, numa perspectiva conceitual dialética-crítica. A dialética, segundo Demo (1995) privilegia o aspecto da mudança histórica, da transição temporal, dos processos sociais, como expediente característico de organizar suas teorias. Dessa forma, a historicidade, a totalidade e a contradição que abarcam o método são fundamentais, pois se pretendeu apreender o sujeito como um ser social e histórico, que mesmo determinado por contextos econômicos, políticos e culturais é participante da realidade social e transformador de um determinado contexto. Além disso, a referida base conceitual, possibilitou uma visão da história, permitindo uma compreensão dos processos sociais, bem como, uma visão dinâmica, inacabada em processo permanente de construção.

A meta da pesquisa mista não é substituir a pesquisa quantitativa nem a qualitativa, mas utilizar os pontos fortes de ambos os tipos os combinando e tentando minimizar seus potenciais pontos fracos (SAMPIERI, 2013).

4.1. UNIVERSO E AMOSTRA

O universo são os assentamentos de reforma agrária da região metropolitana, pois nestes existia uma perspectiva positiva de adesão a política. A formação de cinturões - verdes no entrono das metrópoles é um fenômeno já conhecido, comum e previsível por diversos fatores. Entretanto, em função do grande número de assentamentos nessa região e em função do curto período de tempo para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, optou-se pela adição de mais critérios que acabaram restringindo esse universo, diminuindo sensivelmente o tamanho da amostra.

A formação de grupos focais prevê a participação de pessoas que possuem vivência concreta junto ao tema. Além disso, a definição ou seleção dos assentamentos, que foram envolvidos diretamente na pesquisa, considerou a indicação por parte de dirigentes do MST (alguns destes estão envolvidos diretamente no PNAE). Sobre este último critério, vale mencionar que estes dirigentes possuem significativa vivência dentro dos assentamentos, além disso, os mesmos

têm um conhecimento que lhes permite realizar uma análise global e conjuntural sobre o PNAE na região. Sendo assim, chegou-se ao número final de dois assentamentos de reforma agrária (assentamento Filhos de Sepé e assentamento Integração Gaúcha), com a formação de dois grupos focais em cada um. O quadro 1 abaixo mostra os critérios adotados para a definição da amostra e o quadro 2 mostra o que foi projetado em termos de: assentamentos, sujeitos de pesquisa e número de indivíduos participantes.

Quadro 1: Critérios para a definição da amostra

Amostra	Critérios para a definição da amostra
- 2 Assentamentos de Reforma Agrária da região metropolitana de Porto Alegre – RS. 1 (um) – Eldorado do Sul. 1 (um) Viamão.	Público: Assentados de Reforma Agrária; Região: Metropolitana; Indivíduos participantes: com vivência junto ao programa; Tempo: prazos institucionais do mestrado PUCRS/PPGSS; Seleção de assentamentos: indicação de dirigentes do MST que possuem vivência junto ao programa.

Fonte: Sistematização do autor.

Quadro 2: Assentamentos considerados, municípios e indivíduos participantes (projetado)

Nome do Assentamento	Município	Grupos Focais	Sujeitos de pesquisa	Número de indivíduos participantes
Filhos de Sepé	Viamão (RS)	2 (1 assentados, 1 assistência técnica)	2 (1 assentados, 1 membros das equipes de assist. técnica)	12
Integração Gaúcha	Eldorado do Sul (RS)	2 (1 assentados, 1 assistência técnica)	2 (1 assentados, 1 membros das equipes de assist. técnica)	12
Total: 2	2	4	-	24

Fonte: Sistematização do autor.

4.2. COLETA DE DADOS

Para coletar as informações desejadas, se delimitou como sujeitos de pesquisa os assentados de reforma agrária envolvidos no programa e membros integrantes das equipes de assistência técnica de ATES. Para concretização desta etapa metodológica, foram formados dois grupos focais distintos: um com os assentados e outro com os integrantes das equipes de ATES. Dessa forma, em cada assentamento considerado foram 2 Grupos Focais ao todo.

Segundo Gomes e Barbosa (1999), os grupos focais constituem-se como modalidades de entrevista em que os atores refletem e discutem acerca de “tópicos-guia”, que poderão ser um conjunto de títulos ou parágrafos. Para realização do grupo focal, será utilizado um gravador e serão feitas anotações nos diários de campo.

Grupo Focal (GF) é um grupo de discussão informal, de tamanho reduzido e com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica de baixo custo para avaliação e obtenção de dados qualitativos, fornecendo aos gerentes das pesquisas uma grande riqueza de informações sobre o desempenho de atividades desenvolvidas, prestação de serviços, novos produtos ou outras questões.

O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. As pessoas são convidadas para participarem da discussão sobre determinado assunto. Normalmente, os participantes possuem alguma característica em comum. Por exemplo: compartilham das mesmas características demográficas tais como nível de escolaridade, condição social ou pertencem ao mesmo grupo, etc. (GOMES e BARBOSA, 1999).

O grupo focal é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros. (BAUER & GASKELL, 2002, p.76).

- Primeiro momento: Formação de grupos focais com os assentados de reforma agrária (com experiência junto ao PNAE), nos assentamentos de reforma agrária selecionados. Número total de indivíduos participantes em cada grupo focal: 05 indivíduos (Viamão – RS), 04 indivíduos (Eldorado do Sul – RS).

- Segundo Momento: Formação de grupos focais com os integrantes das equipes multidisciplinares de ATES, atuantes nos assentamentos selecionados. Número de indivíduos participantes nestes Grupos Focais: 06 indivíduos (Viamão – RS) e não houve constituição de grupo com a equipe técnica de Eldorado (RS).

Desta forma, em Viamão foram 11 indivíduos – ao todo – participando e em Eldorado do Sul, foram 04. Para estes Grupos Focais, foram utilizados - como materiais de apoio - gravador e diários de campo. O moderador nestes grupos foi o próprio pesquisador (mestrando).

Para calcular o percentual de famílias envolvidas no programa, em cada assentamento pesquisado, as equipes de assistência técnica (ATES) foram consultadas, assim como os próprios assentados e dirigentes do MST. Os dados recentes do sistema SIPRA / INCRA também foram consultados para concluir esta tarefa.

O quadro número 3 mostra o que foi possível concretizar em termos de participação considerando: assentamentos, grupos focais, sujeitos de pesquisa e número de indivíduos participantes.

Quadro 3: Assentamentos considerados, municípios e indivíduos participantes (executado)

Nome do Assentamento	Município	Grupos Focais	Sujeitos de pesquisa	Número de indivíduos participantes
Filhos de Sepé	Viamão (RS)	2 (1 assentados, 1 assistência técnica)	2 (1 assentados, 1 membros das equipes de assist. técnica)	11
Integração Gaúcha	Eldorado do Sul (RS)	1 (1 assentados)	1 (1 assentados)	4
Total: 2	2	3	-	15

Fonte: Sistematização do autor.

Em Viamão foi possível atingir a meta de trabalhar com dois grupos focais distintos, um composto de assentados e outro de técnicos da assistência técnica em assentamentos (vinculados ao Programa de ATES). Porém, em Eldorado a meta foi parcialmente atingida, pois foi possível realizar o trabalho apenas junto a um grupo focal de assentados, ou seja, a assistência técnica, responsável por este assentamento, vinculada ao Programa de ATES também, não participou da pesquisa. Em suma, os fatores que auxiliam no entendimento desta não participação, são: prazos institucionais, dificuldades da própria equipe de assistência técnica para reunir todos os integrantes e nível de envolvimento desta junto ao Programa. Explicações mais detalhadas sobre este ponto aparecem no item 5.2. da análise dos dados, denominado de: A avaliação dos assentados e dos técnicos sobre o PNAE (p. 97 e 108).

4.3. ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Moraes (1999) “A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. O método de interpretação de análise vai se construindo conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas e ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir um entendimento de seus significados num nível além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma investigação teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais, pois, ultrapassa uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com predicados e possibilidades próprias. Para Moraes:

Na sua evolução, a análise de conteúdo tem oscilado entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Entretanto, ao longo do tempo, têm sido cada vez mais valorizadas as abordagens qualitativas, utilizando especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar. (MORAES, 1999, p. 2).

Em ambas as abordagens a referida análise fornece informações complementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja ele quem for (historiador,

sociólogo, educador, etc.). Na etapa de análise e interpretação dos dados, foi utilizado o método de análise de conteúdo, justificado por favorecer o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências que envolvem o estudo. Recorreu-se nesta pesquisa a operacionalização desenvolvida de acordo com Moraes (1999), a qual contempla os seguintes critérios para análise dos materiais coletados: (1) Preparação, (2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, (3) Categorização ou classificação das unidades em categorias, (4) Descrição, (5) Interpretação.

Sobre a interpretação: Nessa etapa será relacionado o texto com o contexto. Nas abordagens qualitativas, refere-se ao movimento de procura de compreensão; pode se relacionar a uma fundamentação teórica feita anteriormente; ou, num outro viés, a teoria pode ser construída embasada pelos dados e pelas categorias de análises. Torna-se etapa imprescindível da análise de conteúdo. Depois de concluída a fase de coleta dos dados, as categorias empíricas que emergiram dos dados sistematizados foram: Alienação (no sentido Marxiano) e a desalienação, a avaliação e o preconceito.

Para conduzir este processo investigativo, optou-se por ultrapassar o conteúdo manifestado, mostrando à subjetividade, já articulou-se o texto analisado com o contexto social e cultural dos sujeitos pesquisados. Captou-se o que apareceu nas entrelinhas de tudo aquilo que foi dito; dessa forma, a abordagem indutiva construtiva edificou uma compreensão dos fenômenos investigados e, na proporção que o processo investigativo avançou, criou-se a necessidade da aproximação mais intensa do pesquisador com as questões epistemológicas (ou teoria do conhecimento).

A seguir serão apresentadas as características dos locais por onde passou o pesquisador e também informações sobre as organizações associativistas que relacionaram-se com a análise dos dados da pesquisa.

4.4. O *LOCUS* DA PESQUISA

4.4.1. O Município de Viamão - RS

É o maior município em extensão territorial da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e da microrregião de Porto Alegre e o 7º mais populoso do estado, com 251.033 habitantes (IBGE, 2014). Sua emancipação, como município, ocorreu em 1880, pois separou-se de Porto Alegre (Prefeitura Municipal de Viamão, 2015). Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH), respectivamente em 1991, 2000 e 2010: 0,511; 0,620; 0,717 (Pnud, 2013, Atlas Brasil).

No século XVIII o território do atual Rio Grande do Sul já deixara de ser apenas uma zona de passagem entre Laguna e Colônia do Sacramento. A riqueza de seus campos já fizera com que colonizadores aqui se fixassem. E entre esses, inclusive um dos integrantes da frota de João de Magalhães, Cosme da Silveira, que já em 1725 se teria localizado em terras do atual município de Viamão.

Em 1741, Francisco Carvalho da Cunha estabelece-se nos campos de Viamão, no sítio chamado Estância Grande, onde ergueu a capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Com a vinda de elementos açorianos, a quem foram doadas várias sesmarias, o povoamento recebeu grande impulso.

Elevada à categoria de freguesia em 1747, por ocasião da invasão castelhana (1766) se instalava nela a sede do governo da capitania. E em 1880 desmembra-se de Porto Alegre para tornar-se vila e sede do município. A importância histórica e social de Viamão iniciou quando foi sede das primeiras estâncias de criação de gado. Os grandes rebanhos de gado e cavalos, que existiam na campanha do Rio do Prata, transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (SC).

A partir de 1732, O Rio Grande de São Pedro – como era conhecido o Rio Grande do Sul – passou a atrair colonizadores que se radicaram na região de Viamão. O município, portanto, foi um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado (formado por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses). Só a partir de 1752 chegaram os primeiros casais de imigrantes açorianos, que desembarcaram na região de Itapuã. Esses açorianos são os mesmos que colonizaram a região do Porto dos Casais, atual capital do Estado. Além de Porto Alegre, a população de Viamão originou cidades como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e as cidades do litoral norte. Os habitantes primitivos foram os índios Mbyá-guaranis e Kaingang.

Em 1763, a cidade recebeu o governo do RS, que tinha a sede na Vila do Rio Grande, e que transferiu devido à invasão do estado pelos espanhóis. Viamão se conservou sede do governo até 1773. Nesta época, a sede foi transferida para Porto dos Casais (atual Porto Alegre). Viamão também foi palco de operações militares na época farroupilha. Até hoje, restos de embarcações farrapas repousam no fundo das águas do Guaíba, em Itapuã, no canal a Ilha do Junco e o Morro da Fortaleza.

A origem do nome Viamão é muito controversa. Uma das versões é a de que, a certa altura do Rio Guaíba, pode-se avistar cinco afluentes (rios Jacuí, Caí, Gravataí, Taquari e dos Sinos), que formam uma mão espalmada. Daí a frase: “Vi a mão”.

Conforme alguns seria originário do nome “ibiamon”, que significa “Terras de Ibiás” (pássaros). Outros afirmam que seria uma passagem entre montes, o que chamavam de via-monte. E existe ainda o relato de que teria como origem o antigo nome da província de Guimarães, em Portugal: Viamara. (Prefeitura Municipal de Viamão, 2015).

O Município de Viamão acabou se beneficiando do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e da possibilidade que esta forma de financiamento proporcionava. Ocorre que sua rede de ensino fundamental foi expandida e reformulada através de obras de infraestrutura e de outros mecanismos que só foram possíveis graças a esse aporte de recursos oriundos do fundo e esse processo foi iniciado em 1998. Entretanto, o crescimento do ensino infantil (de 0 a 6 anos) não acompanhou o do ensino fundamental (de 7 a 14 anos) e esta é uma demanda que o Município precisa enfrentar (MOREAU, 2006, p. 124). Dessa forma, talvez haja mais espaço para crescimento da demanda por produtos voltados para a merenda escolar, já que o PNAE engloba também o ensino infantil.

“[...] § 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em: I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial; II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. [...]” (BRASIL, Lei 11.947 / 2009).

Tabela – 2 – Escolas no Município de Viamão (RS)

Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2012	10
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012	30
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012	56
Escolas – Ensino fundamental – 2012 – total:	96
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2012	4
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2012	18
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal – 2012	0
Escolas – Ensino médio – 2012 – total:	22
Escolas – Ensino pré-escolar – escola privada – 2012	15

Escolas – Ensino pré-escolar – escola pública estadual – 2012	2
Escolas – Ensino pré-escolar – escola pública federal – 2012	0
Escolas – Ensino pré-escolar – escola pública municipal – 2012	30
Escolas – Ensino pré – escolar – 2012 – total:	47

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

4.4.2. O Assentamento Filhos de Sepé

O município de Viamão possui um único assentamento, com 376 famílias no total (registradas junto a RB – Registro de Beneficiários do INCRA), criado em 1998 a partir da compra da fazenda Santa Fé, ligada a empresa Incobrasa Agrícola, de 9.480 ha de área total, que estava endividada (MACHADO *et all*, 2013).

A área da antiga fazenda apresentava nítido potencial para a produção de arroz, pois, na sua maioria, era composta de zona de baixada ou várzea e, além deste fator, havia a existência de duas barragens que pertenciam a fazenda. Entretanto, a área total não era composta apenas por várzea, pois existia a parte área alta na qual estavam localizadas residências e benfeitorias pertencentes a antiga fazenda (MACHADO *et all*, 2013).

O assentamento está localizado no Distrito de Águas Claras, Município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre – RS. Esta 11 km a leste da sede do município de Viamão e a 30 km de Porto Alegre. (DIEL, 2011).

Esta denominação (assentamento - *Filhos de Sepé*) foi dada pelas famílias assentadas. Entretanto, a denominação oficial reconhecida pelo INCRA/RS é Projeto de Assentamento – PA Viamão. O assentamento está organizado em quatro setores. Setor A composto por 112 famílias, setor B composto por 30 famílias, setor C composto por 115 famílias e setor D composto por 108 famílias, totalizando 376 famílias (DIEL, 2011).

As famílias assentadas são oriundas de 115 municípios do estado, sendo a maioria da região do Alto Uruguai. A história destas famílias mostra uma grande diversidade de experiências anteriores: agricultores familiares, proprietários, meeiros e arrendatários, com experiências nas culturas de fumo, hortaliças e arroz irrigado além da pecuária leiteira e desempregados em diversas atividades - vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, empregadas domésticas, pedreiros e serventes de obras (INFINDHA, 2004).

4.4.3. A Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV)

A COPERAV foi fundada em agosto de 2009, com objetivo de organizar a produção orgânica de alimentos e a sua comercialização. A organização das famílias agricultoras que formaram a COPERAV é de longa data, desde o ano 2002, quando inicialmente criaram uma associação para fomentar a produção orgânica do arroz no assentamento *Filhos de Sepé* em Viamão – RS. Com o avanço da produção e o aumento das demandas foi necessário criar a cooperativa.

Atualmente a COPERAV conta com 131 associados em seu quadro social. No campo da produção destaca-se o arroz orgânico, onde o trabalho da cooperativa contribui para que o assentamento seja o maior produtor de arroz livre de agrotóxicos do País. Para secar este arroz a COPERAV mantém uma estrutura de secagem exclusiva para arroz orgânico na comunidade da Estiva, única da região.

Além do arroz destaca-se também a produção do caqui orgânico, além das hortas e produção para a subsistência das famílias. Recentemente foi inaugurada a nova sede e padaria da cooperativa. Em um prédio de 150 metros quadrados trabalham 12 mulheres na produção de produtos diversos como: pães,ucas e biscoitos coloniais.

O principal mercado atingido atualmente é o da alimentação escolar. São mais de 100 escolas estaduais atendidas com os alimentos produzidos e comercializados pela cooperativa na região metropolitana mais a litorânea. A grande missão da cooperativa é de fornecer a comunidade alimentos de ótima qualidade e livres de agrotóxicos. Somos o País campeão mundial no uso de agrotóxicos na produção de alimentos e o quarto em área cultivada. Assim temos o dever de combater e propor alternativas para a alimentação principalmente para as nossas crianças e a juventude (*web site* da COPERAV, 2014).

O assentado em Viamão que deseja fazer parte da COPERAV deve assinar a ficha de sócio, conhecer o estatuto para, posteriormente, ter a sua associação efetivada em assembleia da COPERAV. Este mesmo assentado deve produzir um produto que interesse a cooperativa em função dos mercados que a mesma constituiu. De forma geral a cooperativa tem estrutura para agregar valor aos produtos (matéria prima), como arroz orgânico e mandioca. No caso dos derivados de farinha de trigo a COPERAV tem estrutura para produzir em grande escala e com isso consegue oferecer trabalho e renda constante para assentados. Com a agregação de valor a cooperativa tenta quitar os seus custos com transporte, impostos, manutenção

das estruturas, entre outros. O que os assentados recebem pela matéria prima produzida é acordado nas reuniões da cooperativa e essa relação não segue o mesmo nível de formalidade existente em empresas privadas que estabelecem contratos com seus produtores.

4.4.4. O Município de Eldorado do Sul – RS

No município de Eldorado do Sul (RS) está o assentamento *Integração Gaúcha* ou “*O Assentamento da Estrada da Arrozeira*” (nomenclatura utilizada na região). Este foi o outro *locus* da pesquisa.

O território onde está situado o Município de Eldorado do Sul foi inicialmente ocupado por estancieiros açorianos pertencentes ao grupo pioneiro de Jerônimo de Ornellas, na metade do século XVIII. A partir de 1930, a região à margem direita do Rio Guaíba passou a servir de balneário turístico à população de Porto Alegre e de Porto para os Barcos que iam para a Capital, como meio de transporte. Por volta de 1960, a área passou a ser habitada por colonizadores de origem alemã, que deram à localidade o nome de Balneário *Sans Souci*.

A região era composta de propriedades particulares que se dedicavam integralmente à pecuária e à cultura do arroz até a década de 1960. Nesse período as áreas passaram a ser fracionadas em chácaras e lotes menores e vendidas para fins de moradia. Devido à proximidade da Capital e ao seu fácil acesso através da BR 116, que há pouco tempo havia sido construída, na década de 70 houve um incremento na procura por terrenos para residência nesta localidade, dando origem à “Vila Medianeira”.

O crescimento populacional nestas regiões foi intenso na década de 70 e início da década de 80. Após anos de reivindicações em 1985 iniciaram os trabalhos oficiais de emancipação da cidade, que buscavam a melhoria das condições e o desenvolvimento urbano para os bairros Medianeira, Itaí, Bom Retiro, Sans Souci, Picada e Guaíba Contry Club. Após anos de mobilização, o trabalho de conquista da emancipação foi recompensado com o desmembramento destas áreas do Município de Guaíba. Em 08 de junho de 1988 é criado o Município de Eldorado do Sul.

O nome escolhido para a região emancipada, “Eldorado”, é de origem espanhola e significa “Terra do Ouro”, País imaginário que se dizia existir na América Meridional, lugar pródigo em delícias e riquezas (Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, 2015). População do Município: 37.366 pessoas. Área territorial (Km²): 509,726. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1991=0,480; 2000=0,620 e 2010=0,717 (Pnud, 2013, Atlas Brasil).

A Prefeitura de Eldorado criou um departamento para tratar especificamente da alimentação escolar nas escolas do município. É o “*Departamento de Alimentação Escolar*”, que visa: “*atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência nos espaços escolares, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.*” (Prefeitura de Eldorado do Sul – RS, 2015).

No município são realizados encontros periódicos de merendeiras e serventes com o intuito de disseminar as informações sobre a merenda escolar. Além disso, houve investimentos por parte da Prefeitura para equipar melhor as escolas municipais para que as mesmas pudessem operar com a merenda escolar (Prefeitura de Eldorado do Sul – RS, 2015). Segundo informações disponíveis no website da Prefeitura (2015):

“No ano de 2010, a SMEC (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo) equipou as cozinhas das escolas municipais com novos liquidificadores e batedeiras industriais, multiprocessadores de alimentos e aparelhos de microondas, além de utensílios como garfos, facas, canecas, pratos e panelas”.

Tabela – 3 – Escolas no Município de Eldorado do Sul – RS

Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2012	2
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2012	5
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal – 2012	0
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2012	11
Escolas - Ensino fundamental – 2012 – total:	18
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2012	0
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2012	3
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal - 2012	0
Escolas - Ensino médio – 2012 – total:	3
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada - 2012	2
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2012	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2012	0
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2012	12
Escolas - Ensino pré-escolar – 2012 – total:	14

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP - Censo Educacional 2012.

Analisando estes números é possível perceber que existe uma distância entre o número de escolas de ensino fundamental (de 7 a 14 anos) e o número de escolas de ensino pré-escolar (0 a 6 anos) em Viamão, mesmo considerando apenas a rede pública (escolas Estaduais e Municipais). Ocorre que neste Município existem, ao todo, 86 escolas de ensino fundamental, públicas. Entretanto, Viamão apresenta só 32 escolas de ensino pré-escolar, ou seja, uma proporção menor do que 50%. Com os dados obtidos é difícil afirmar que existe forte demanda ou necessidade por maior oferta de ensino pré-escolar público, porque não se sabe como é que esta demanda é formada. Porém, chama a atenção essa disparidade em Viamão, verificada no ano de 2012, pelo censo educacional. Moreau (2006), em sua pesquisa, afirma que o crescimento no ensino infantil (0 a 6 anos) em Viamão não acompanhou o do ensino fundamental e que essa desproporção deveria ser enfrentada pela gestão Municipal. Sendo assim, neste período, esta autora considerou que essa desproporção se constituía num problema que deveria ser superado.

A disparidade citada anteriormente, em Viamão, não ocorre no Município de Eldorado do Sul, pois neste existem 12 escolas públicas de ensino pré-escolar e 16 escolas públicas (Estaduais e Municipais) de ensino fundamental. Dessa forma, percebe-se que a relação é bem distinta nos dois Municípios, pois em Eldorado existe quase que uma igualdade ou paridade entre escolas públicas de ensino pré-escolar (creches) e escolas públicas de ensino fundamental.

4.4.5. O Assentamento Integração Gaúcha

De acordo com o levantamento de dados da COPTec (2009), o Grupo Integração Gaúcha se constituiu durante o acampamento de Bagé, em 18 de setembro de 1989, após muitas discussões, percebendo a necessidade de se organizar em grupos de trabalho coletivos, para o futuro assentamento. No dia 06 de dezembro de 1991, o primeiro grupo chegou ao local para ocupar a área que estava destinada a Reforma Agrária.

A COPTec Ltda. é uma sociedade Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de reforma agrária, fundada em 1996, com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da sua trajetória, a COPTec tem suas ações direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentáveis.

Dentre as atividades desenvolvidas pela cooperativa, pode-se destacar o acompanhamento e a orientação técnica às famílias assentadas, resultando na elaboração de diagnósticos, pareceres e projetos técnicos utilizando sempre metodologias democráticas e participativas junto as famílias. A COPTec Ltda, nos últimos anos vêm mantendo convênios e contratos com o INCRA para a prestação de serviços técnicos, portanto, pode ser vista como mais uma entidade prestadora de serviços nesta área (COPTec, 2014).

O assentamento Integração Gaúcha se constituiu no início em forma de cooperativa, devido a um processo interno de discussão e também pelo fato de que essa organicidade era uma diretriz do governo do Estado do RS, no período Alceu Colares, o qual tinha como meta formar grupos coletivos nas áreas de assentamentos do Estado. Formada a cooperativa ela durou três anos com todos os sócios trabalhando de forma cooperada. Após esse período, por decisão individual de cada família, algumas famílias foram saindo da sociedade constituída, trabalhando em seus respectivos lotes de forma individual. Com o tempo surgiram novas formas de associação entre as famílias, de fato duas, mas o trabalho coletivo nessas novas organizações não durou muito tempo.

A Cooperativa de Produção Agropecuária de Eldorado do Sul – COOPAEL (a primeira constituída), mesmo com menos famílias continuou o trabalho coletivo. Iniciando a produção na linha da agroecológica, onde a primeira experiência foi com produção de hortaliças, sendo que essas deram bom resultado e a cooperativa conseguiu espaços na feira dos produtos orgânicos de Porto Alegre – RS, localizada na Rua José Bonifácio, próxima do parque da Redenção.

Sendo essa atividade uma forma rentável e possível de ser desenvolvida pelas famílias assentadas, essa experiência se tornou referência para outras famílias assentadas. Após vários anos a cooperativa deixou de funcionar, mas as famílias seguiram desenvolvendo as atividades antes praticadas pela cooperativa (produção ecológica de hortaliças, a padaria, e arroz).

Algumas famílias após o término da cooperativa implantaram a produção de arroz ecológico, em suas áreas e devido ao resultado positivo, a atividade foi atraindo um maior número de famílias assentadas. Pôr o assentamento ser próximo do centro de Eldorado do Sul, muitas pessoas próximas as famílias vieram morar no assentamento. Parte das famílias mora em sistema de agrovilas e as demais moram em seus lotes individuais. Atualmente 69 famílias ocupam os lotes no assentamento *Integração Gaúcha*, conforme registro na RB (Relação de Beneficiários do INCRA, 2013).

O assentamento tem bom envolvimento com a sociedade em geral de Eldorado do Sul, participando do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), participando de desfiles e cavalgadas. O assentamento tem em seu espaço interno creche e escola até a 4ª série, e transporte escolar aos demais estudantes até a cidade. No assentamento também existe um grupo de mulheres organizado onde estas se reúnem para tratar de assuntos ligados a produção, gênero, saúde da família, etc. No assentamento também se localiza a sede regional do MST, da região Ênio Gutierrez também

conhecida como “regional” de Eldorado do Sul, neste espaço também funciona um escritório da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. – COPTEC. O assentamento localiza-se próximo do centro do Município de Eldorado do Sul (RS). Seguindo pela BR 290, dobra-se a direita para entrar em Eldorado e depois dobra-se a direita novamente na Estrada da Arroeira. No final dessa estrada fica o assentamento Integração Gaúcha (a 16 Km de distância de Porto Alegre – RS).

4.4.6. A Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Eldorado do Sul (APAFES)

A Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Eldorado do Sul (APAFES) iniciou as suas atividades no ano de 2009 e um dos motivos foi o Programa Fome – Zero do Governo Federal. Trata-se de um grupo de produtores assentados de quatro assentamentos distintos existentes no município de Eldorado, que são: assentamento *Integração Gaúcha, Belo Monte, São Pedro I e São Pedro II*. No início possuíam 22 sócios, mas com o passar do tempo houve oscilações nesta composição e – atualmente – apresentam 26 sócios ao todo.

No princípio este grupo era informal (sem CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e em 2009 aderiu a duas Políticas Públicas: Fome – Zero¹¹ e Merenda Escolar. Em 2011 surgiu a necessidade de adquirir o CNPJ devido ao volume total de recursos movimentados junto a Prefeitura Municipal.

Hortaliças ou produtos de horta e frutas consistem na produção efetivada por esta associação e, recentemente, o grupo conquistou um espaço para a realização de feiras – livres, o que foi – e continua sendo – importante para a liquidez da renda destes produtores associados. Uma das projeções do grupo era constituir uma agroindústria de mínimos processados para poder trabalhar a matéria prima produzida, agregando valor a mesma, mas essa estrutura ainda não foi conquistada. Entretanto, outra projeção do grupo, a Casa – do – Mel, foi efetivada possibilitando a

¹¹ Fome Zero foi um programa do governo federal brasileiro criado em 2003, em substituição ao *Programa Comunidade Solidária*, para o enfrentamento da fome e da miséria. O Programa foi uma estratégia que teve o apoio do Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Esta iniciativa se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. (MDS – CIDADANIA: O PRINCIPAL INGREDIENTE DO FOME ZERO, 2010, p. 01) [...] o eixo central do Projeto Fome Zero está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. [...] (FAO e MDA – FOME ZERO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, 2010, p. 12)

comercialização do produto dentro do município de acordo com as normas requeridas pela vigilância sanitária. Atualmente o mel está sendo comercializado tanto nas feiras como na merenda escolar.

De acordo com o atual representante da Associação a mesma precisa recolher recursos para quitar a logística e o restante é repassado para os seus sócios – produtores. Assim como na COPERAV a determinação de valores para o produtor não segue o mesmo grau de formalidade existente em empresas privadas que estabelecem contratos com seus produtores. Entretanto, a APAFES não requer aprovação em assembleia para a adesão de novos assentados; apenas a assinatura da ficha de sócio e conhecimento do Estatuto da Associação.

4.4.7. A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (RS) – COOTAP

A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre possui sede em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre (RS) e conta com 1.468 cooperados produzindo arroz orgânico. No município de Eldorado do Sul, existem sete assentamentos totalizando 327 famílias beneficiadas com esta linha produtiva. A produção na Região Metropolitana de Porto Alegre integra a Plataforma de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável, mantida pelo Programa de Cooperação Brasil-FAO, na área de Segurança Alimentar (Blog do Planalto. Presidência da República, 2015).

A COOTAP também acolhe outros produtos, produzidos nos assentamentos, além do arroz orgânico, como: leite e milho. Entretanto, o arroz orgânico é o produto dominante nessa relação COOTAP / produtores assentados, devido ao número de famílias envolvidas e volume de produção. Além disso, existem diversos produtores, nos assentamentos da região supracitada, que entregam estes outros produtos mais o arroz orgânico (Grupo Gestor do Arroz Orgânico, 2011).

A COOTAP, fundada em 1994, iniciou seu trabalho com o propósito de tornar-se uma prestadora de serviços para os produtores assentados através do fornecimento de máquinas, equipamentos, insumos e assistência técnica, ainda no modelo convencional de produção agrícola, sem restrição ao uso de insumos químicos sintéticos nas áreas produtivas. Paralelo a este foco, a cooperativa também tinha como meta gerenciar a organização dos assentamentos da reforma agrária do Estado do Rio Grande do Sul. A mudança de modelo produtivo só veio mais tarde, a partir do século XXI, em virtude da mudança de visão do MST no que se refere a

matriz tecnológica de produção nos assentamentos de reforma agrária (os subitens 3.2, 3.3 e 3.4 do capítulo 3, dessa dissertação, explicam mais detalhadamente esta mudança). Esta mudança de visão do movimento impactou a produção nos assentamentos e o crescimento da cadeia produtiva do arroz orgânico ajuda a perceber esta influência (Plataforma de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável. Unidade de Coordenação de Projetos da FAO para a Região Sul do Brasil, 2015).

Na relação assentados produtores / COOTAP, a cooperativa recomenda que os assentados entrem num dos grupos de interesse já formados, ou seja, antes de o assentado estabelecer qualquer relação comercial com a COOTAP, a mesma preconiza que o assentado em questão entre num dos grupos gestores já constituídos. Nesse sentido, além do Grupo Gestor do Arroz Orgânico, existem o Grupo Gestor do Leite e o Grupo Gestor das Hortas. São grupos que acabam aglutinando ou congregando assentados da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Preconiza-se também que os assentados interessados se organizem em grupos (formais ou informais) dentro dos seus respectivos assentamentos e que estes elejam os seus próprios representantes para poder participar das reuniões destes Grupos Gestores supracitados (arroz orgânico, leite e hortas). Nas reuniões dos Grupos Gestores, apenas dirigentes do MST, assistência técnica e representantes de grupos de assentados participam. Essa determinação tem a finalidade de evitar que as reuniões acabem se tornando grandes assembleias, compostas por um número demasiadamente alto de pessoas dificultando o andamento das atividades e a socialização dos conhecimentos. Desta forma, impulsiona-se a troca de experiências, intercâmbios, contato com a assistência técnica, entre outras coisas que podem colaborar com o desenvolvimento das atividades produtivas. Cada representante de grupo de assentados precisa repassar o conhecimento que conseguiu construir, junto as reuniões dos Grupos Gestores, para o seu grupo de interesse específico, localizado nos assentamentos. Em suma, essa organicidade pode ser vista como movimentos de contração e expansão das informações, para que as mesmas “cheguem” nos assentados dos assentamentos da região supracitada (Grupo Gestor do Arroz Orgânico, 2011).

Logo após a COOTAP concretiza os acordos com os assentados produtores e estes acordos não seguem o mesmo grau de formalidade dos contratos existentes entre empresas e seus produtores. A COOTAP cobra que os produtores tenham DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para estabelecer a relação comercial. A COOTAP, então, no caso da produção de leite, cobra pelo transporte do produto mais custos

com empregados, pois é ela que faz a entrega do leite para uma empresa privada que, por sua vez, se responsabiliza pelo beneficiamento, tanto para a venda do leite *in natura* como para a venda do leite em pó. Os valores cobrados pelo serviço que a COOTAP presta são disponibilizados nas reuniões do Grupo Gestor do leite. Desta maneira, se forma uma relação de confiança entre COOTAP e assentados produtores. Quem paga os produtores de leite pelo produto é a empresa privada.

No caso do arroz a COOTAP também faz transporte de produto, porque quem possui estrutura para separar, secar, descascar e embalar o arroz orgânico é a COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita). A COOPAN está localizada dentro do assentamento Capela, em Nova Santa Rita (município próximo de Canoas – RS) e é ela que possui estrutura para beneficiar e armazenar arroz, neste caso, arroz orgânico oriundo dos assentamentos. Tanto a COOTAP como a COOPAN buscam mercados para vender o arroz orgânico embalado, pronto para consumo. O mercado que mais “absorve” este produto é o institucional, pois o arroz orgânico é comprado devido as políticas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). São escolas do Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros Estados que acabam adquirindo o arroz orgânico, pronto para o consumo, produzido nos assentamentos da região metropolitana, entre eles o de Eldorado do Sul (RS), considerado na pesquisa, denominado de Integração Gaúcha. Tanto a COOPAN como a COOTAP pagam o produtor de arroz pelo produto entregue.

5. A VISÃO DOS ASSENTADOS E DOS TÉCNICOS SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DO PNAE NOS ASSENTAMENTOS

Em Viamão (RS) os assentados que participaram do grupo focal pertenciam, todos eles, a uma cooperativa (formada por assentados), que se localiza dentro do assentamento Filhos de Sepé, a COPERAV. Em Eldorado do Sul (RS) entre os que participaram do grupo focal, um deles fazia parte da Associação (APAFES) composta por assentados do Município, e os demais indivíduos participantes não faziam parte dessa Associação, mas estavam ligados a COOTAP. Vale esclarecer que o grupo focal em Eldorado era composto por assentados pertencentes – apenas – ao assentamento *Integração Gaúcha*, apesar de estarem vinculados a duas diferentes organizações.

Durante a fase inicial da adesão dos assentados ao PNAE as contribuições variaram em função da região. Em Viamão (assentamento *Filhos de Sepé*) os assentados iniciaram as suas falas a partir do ponto ou momento em que houve a

adesão deles ao PNAE; e a partir daí foram desenvolvendo sua argumentação de acordo com os eixos temáticos que foram apresentados. Diferentemente dos primeiros, os assentados em Eldorado do Sul (assentamento *Integração Gaúcha*) fizeram uma breve retrospectiva envolvendo Programas anteriores (exemplo: Fome Zero) a adesão deles ao PNAE. Eram Programas com nomes e regramentos diferentes, mas que tinham alguns objetivos comuns com o PNAE, pois tratavam da aquisição de alimentos junto a agricultura familiar.

“Aqui para nós em Eldorado começou com as entregas em função do Fome – Zero, a compra direta, não é? Depois disso é que vieram os Programas como o PAA e o PNAE. Na nossa Associação iniciamos com o PAA e depois com as cooperativas. Primeiramente nós trabalhamos com um grupo informal. Foram feitas reuniões em todos os assentamentos do Município (Eldorado) para ver quem estava interessado. Isso resultou em 23 famílias. A gente se organizou para definir quem ficaria com que tipo de produto; para cada um não precisar produzir um monte de coisas (assentado Ape, representante da Associação APAFES em Eldorado).”

Parece que para esses assentados em Eldorado foi importante trazer a tona esse passado (não muito distante), pois os mesmos visualizaram que este momento passado influenciou no presente. Percebe-se que a forma de organizar os grupos já fica evidente neste ponto e a divisão de tarefas obedece alguns critérios, como por exemplo, não sobrecarregar individualmente os produtores. Nesse sentido, de acordo com a demanda houve uma divisão de responsabilidades dentro do grupo e isso pode ser chamado de planejamento da produção que pode conduzir também há um controle sobre as atividades produtivas.

5.1. A ALIENAÇÃO E A DESALIAENAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO.

Depois de concluída a etapa de coleta de dados, junto aos assentados, e iniciada a fase de análise, foi possível perceber um processo inverso ao da alienação no sentido marxiano, ou seja, a desalienação (mais precisamente) em relação ao processo de trabalho.

A alienação, no sentido que lhe é dado por Marx, seria a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo [...] se tornam alheios, estranhos, enfim, alienados: (1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou (2) à natureza na qual vivem, e/ou (3) a outros seres humanos, e – além de, e através de, (1), (2) e (3) – e também (4) a si mesmos (BOTTOMORE *et al*, 1983, p. 6).

O conceito de alienação, considerado hoje como um dos conceitos centrais do marxismo e amplamente usado tanto por marxistas como não marxistas, só entrou para os dicionários de filosofia na segunda metade do século XX. Antes, porém, era considerado como um importante termo filosófico e foi muito usado mesmo fora da filosofia: na vida cotidiana, no sentido de afastamento de antigos

amigos ou companheiros; na teoria econômica e no direito, como termo para designar a transferência da propriedade de uma pessoa para outra (compra e venda, roubo, doação); na medicina e na psiquiatria, como nome para o desvio da normalidade, a insanidade [...] (BOTTOMORE *et al*, 1983, p. 7).

Para Marx a alienação seria a separação entre trabalho e meios de produção e isto ocasiona o fenômeno da alienação, no qual o trabalhador torna-se um ser fragmentado: separado do produto de seu trabalho, de si mesmo e, quando desprovido de consciência de classe, separado dos seus semelhantes ou dos outros trabalhadores (GELHEN, 2014, p. 02). A figura 2 apresenta, de outra forma, a alienação do trabalhador (na sua concretude) em relação ao produto do seu trabalho.

Figura 2: O trabalho alienado



Fonte: <https://lousanuncamais.wordpress.com/2013/05/29/trabalho-alienado/>

De acordo com Marx, não é apenas o produto do trabalho que não pertence ao trabalhador, pois a própria atividade laboral – o trabalho – não lhe pertence nem lhe satisfaz ou realiza. É, portanto, diferente do trabalho do artista, que ama a pintura e pode ser dono do produto do seu trabalho. Pode-se inferir, então, que o trabalho alienado é uma atividade sem sentido, que serve apenas para satisfazer as necessidades básicas ou vitais.

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui de forma tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010, p. 82 – 83).

Dependendo da interpretação da essência da alienação, os meios recomendados para a sua superação também têm sido distintos. Aqueles que consideram a auto-alienação como um fato psicológico questionam a importância, e até mesmo a relevância, de qualquer modificação externa nas circunstâncias e sugerem um esforço moral do indivíduo, uma “revolução interior”, pois esta seria a

única cura. Os que consideram a alienação um fenômeno neurótico são coerentes em oferecer para ela um tratamento psicanalítico. No outro extremo, existem os que se apegam a essa variante do marxismo que é o determinismo econômico e consideram os indivíduos como produtos passivos da organização social (e em particular, da econômica). Para esses autores, o problema da desalienação reduz-se ao problema da transformação social, e este ao problema da abolição da propriedade privada (BOTTOMORE *et al*, 1988, p. 12).

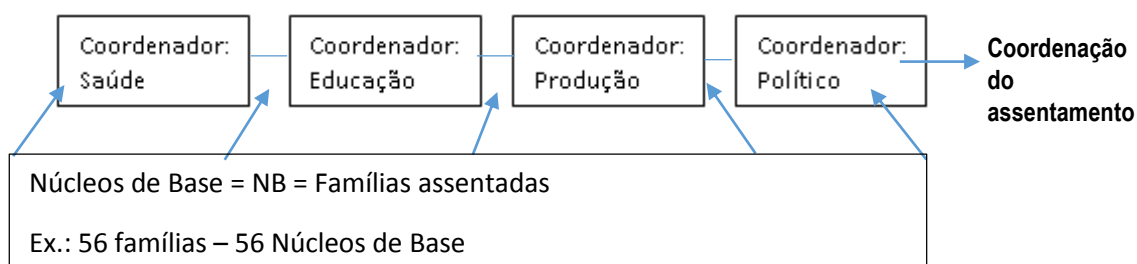
Outra interpretação foi a proposta de uma terceira interpretação diferente das anteriores. Segundo esta, a desalienação da sociedade está intimamente ligada a desalienação dos indivíduos, de tal modo que seria impossível realizar uma sem a outra, ou reduzir uma a outra. É possível criar um sistema social que seja favorável ao desenvolvimento de pessoas desalienadas, mas não seria possível organizar uma sociedade que produzisse automaticamente tais pessoas. Um indivíduo só se pode transformar num ser não alienado, livre por meio de sua própria atividade. Porém, não só a desalienação não pode ser reduzida à desalienação da sociedade, como esta, por sua vez, não pode ser concebida simplesmente como uma mudança na organização da economia que será seguida – automaticamente – por uma mudança em todos os outros aspectos da vida humana. Longe de ser um dado eterno da vida social, a divisão da sociedade em esferas mutuamente independentes e conflitantes (economia, política, artes, religião, etc.) e a predominância da esfera econômica são, segundo Marx, características de uma sociedade alienada. A desalienação da própria sociedade é, portanto, impossível, sem a abolição da alienação que as diferentes atividades humanas guardam umas das outras (BOTTOMORE *et al*, 1988, p. 12).

Os assentamentos de reforma agrária são espaços de convivência que propiciam o encontro e/ou a aglutinação de pessoas e, nestes locais, constata-se a realização de diversas atividades. Não é raro ocorrer a realização de cursos, oficinas, palestras, reuniões, formação de grupos, execução de projetos, entre outras atividades. Toda essa gama possibilita o encontro entre as pessoas e, logicamente, a interação entre as mesmas acontece. O MST tem contado com pessoas mais ou menos conectadas com o movimento para a realização dessas atividades supracitadas. Nesse sentido, dirigentes do movimento, colaboradores e simpatizantes realizam diversos trabalhos dentro dos assentamentos.

Com a vivência em assentamentos de reforma agrária, em função do trabalho de assistência técnica realizado em diferentes locais, foi possível perceber que os dirigentes do movimento dedicam bastante atenção a organização das famílias assentadas. Sobre essa organização nota-se a influência de certas diretrizes ou

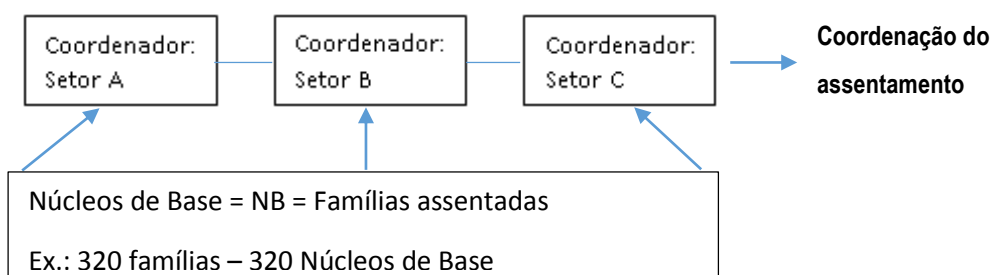
valores que o movimento “cultiva”. Um destes princípios é a independência, pois o movimento crê que os assentamentos precisam se autogerenciar. Nesse sentido, pode-se dizer que existe a visão de que os assentamentos teriam que “viver” como se fossem células independentes. Outro valor seria a representatividade e nesse aspecto vale ressaltar que os assentamentos da região metropolitana não apresentam apenas um único representante e sim um grupo de pessoas que exerce este papel. Este grupo costuma ser chamado de coordenação e é esta instância que representa o assentamento. Dessa forma, não se visualiza a figura do representante único, algo que é muito comum na nossa sociedade em empresas, hospitais, instituições públicas, entre outras organizações.

Este coletivo (coordenação) não é estanque, pois estes representantes exercem essa função por determinado período e são substituídos logo após o término do mesmo. Trata-se de uma “oxigenação” na estrutura e os membros que a compõem são eleitos pelas famílias assentadas e estes membros, necessariamente, são pessoas que residem nos assentamentos. Cada família assentada é denominada de núcleo de base e a estrutura dos assentamentos pode ser assim resumida:



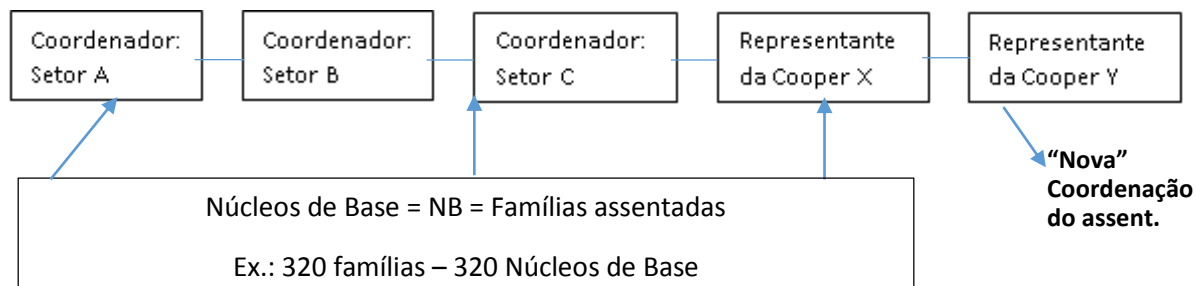
Fonte: sistematização do autor

O organograma acima representa a estrutura organizacional dos assentamentos de reforma agrária, que é a preconizada pelo movimento. Com o passar do tempo percebe-se que essa estrutura muda em função das atividades produtivas e dos grupos que vão se formando. Porém, em assentamentos com extensa área territorial, pode surgir uma divisão geográfica que pode trazer uma diferente configuração, como a que segue neste organograma abaixo:



Fonte: sistematização do autor

As famílias ou núcleos de base podem se aglutinar em diferentes grupos de interesse em função da produção ou por outro motivo. Na prática é o que acaba acontecendo com o passar do tempo e, dessa forma, novos coordenadores podem surgir modificando um pouco a estrutura da coordenação do assentamento, como no exemplo a seguir:



Fonte: sistematização do autor

Mesmo que as modificações ocorram a forma como a representatividade é construída permanece. Analisando os organogramas e o que já foi citado, pode-se notar existência de outros valores, como: participação, democracia e circulação das informações. Nesse sistema, cada assentado deve participar das reuniões, discutindo, votando, trazendo informações e o voto de qualquer assentado tem o mesmo peso (inclusive o dos coordenadores). Essas reuniões são as que acontecem junto aos Núcleos de Base. Existem também as reuniões de coordenação, nas quais só os coordenadores participam, porém é permitida a participação de um reduzido número de assentados para fiscalizar o andamento ou o procedimento no que tange as tomadas de decisões.

A figura do coordenador precisa levar as informações para os núcleos de base e também primar pela manutenção do funcionamento dessa estrutura organizativa, na qual as decisões são tomadas de “baixo para cima”, ou da base para a coordenação respeitando sempre a decisão da maioria. Pode-se dizer que são movimentos de expansão e contração das informações que circulam da base até a instância superior representativa do assentamento que é a coordenação.

As equipes de assistência técnica nos assentamentos – de acordo com o programa de ATES – participam destas reuniões, porém a interação com os assentados não se dá apenas nestes espaços democráticos de debate, pois – logicamente - acontecem também os atendimentos individualizados. Em suma, assentados e equipe técnica interagem constantemente.

Conforme dito anteriormente os assentamentos desta região (metropolitana) possuem uma dinâmica “movimentada” em função das diversas atividades envolvendo diferentes atores (dirigentes, colaboradores, assistência técnica, assentados). O que se deseja dizer com isso é que essas interações promovem troca

de saberes e construção de conhecimento para todas as partes envolvidas.

De acordo com Paulo Freire¹², as pessoas se educam entre si mediatizadas pelo mundo em que vivem. O conhecimento não é simplesmente um objeto que pode ser passado de um indivíduo para o outro, pois ele é, na realidade, uma construção interna, que acontece dentro de cada indivíduo.

Na visão de Paulo Freire, o Conhecimento é produto das relações dos seres humanos entre si e com o mundo. Nestas relações, homens e mulheres são desafiados a encontrar soluções para situações para as quais é preciso dar respostas adequadas. Para isto, precisam reconhecer a situação, compreendê-la, imaginar formas alternativas de responder e selecionar a resposta mais adequada. A cada resposta, novas situações se apresentam e outros desafios vão se sucedendo. Estas respostas e suas consequências representam experiência adquirida e constituem o conhecimento das pessoas. São registradas na memória e ajudarão a construir novas respostas. Por isso, Paulo Freire, embora reconhecesse a importância da memória, afirmava que a simples memorização, desvinculada deste esforço de compreender, imaginar respostas e selecionar a mais adequada, não é conhecimento (BARRETO, 1988, p. 60).

Portanto, as pessoas são sujeitos e não objetos nesse processo. Elas realizarão este esforço de aprendizagem para construir o seu saber, estimuladas por outros, mas de acordo com o que já sabem, porque o conhecimento é social. Conhecer, porém, é uma aventura pessoal, impossível de ser transferida de uma pessoa para a outra (BARRETO, 1988, p. 61).

Nesta concepção, o conhecimento é originado da ação. É agindo que homens e mulheres se confrontam com a necessidade de aprender e constroem conhecimento. Portanto, sendo próprio dos seres humanos agir no mundo, todas as pessoas têm conhecimentos, ou seja, ninguém é vazio dele.

Dessa forma, a alienação advém do desconhecimento e a desalienação ou superação da alienação deriva do conhecimento. Os assentados vão se desalienando na medida em que interagem entre si nas relações de produção que estabelecem nos grupos que formam (cooperativas de produção, grupos informais, associações, etc.). Porém, os assentados vão construindo o seu saber (que desaliena) muito antes disso. Ocorre que desde o primeiro contato com o movimento já há um “choque” de saberes, pois o relacionamento que este indivíduo (recém - acampado) estabelece com os demais acampados, já instiga, desestabiliza o indivíduo, o faz pensar, agir e gera curiosidade. Pode-se dizer que o estopim para a construção de novos conhecimentos já surge ou (re) surge neste ponto.

De fato, dirigentes do movimento procuram preservar a bagagem cultural que o MST traz consigo e, dessa forma, o acampado já começa a realizar questionamentos internos, começa a efetuar elos com o saber que já existe dentro de si, desde o momento em que começa a sua experiência no acampamento. A vida

¹² Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19/09/1921 — São Paulo, 2/05/1997) foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É Patrono da Educação Brasileira e é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica (Instituto Paulo Freire – IPF, 2015). Em 13 de abril de 2012 foi sancionada a lei 12.612 que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira (BRASIL, Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012).

deste recém-acampado segue, assim como segue este processo de realização de conexões, pensamentos, ações, etc. Quando este acampado torna-se um assentado, pois conquistou um lote, este mesmo processo não cessa. Sendo assim, a construção de conhecimentos continua, ou seja, a mesma inicia já no acampamento e continua no assentamento. Pode-se dizer que os assentados acabam internalizando os valores que o movimento prega.

O assentamento *Filhos de Sepé*, nome dado pelas famílias, foi criado em 14 de dezembro de 1998. A denominação oficial reconhecia pelo INCRA / RS é Projeto de Assentamento – PA Viamão. Está organizado em quatro setores. Setor A composto por 112 famílias, setor B composto por 30 famílias, setor C composto por 115 famílias e setor D composto por 108 famílias, totalizando 376 famílias. Com área total 9.450 ha, é o maior assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (DIEL, 2011, p. 47).

A partir de 2002 as famílias passaram a reconhecer o assentamento como quatro assentamentos, denominados: setor A – *Sepé Tiarajú*, setor B - *Milton Baudin*, setor C - *Novo Horizonte* e setor D - *Águas Claras*. Sendo que nesta dissertação são tratados como um único assentamento, seguindo a denominação *Filhos de Sepé* (DIEL, 2011, p. 47 - 48).

Neste exemplo o assentamento – de Viamão – acabou se organizando em função da geografia do local e em função da extensão da sua própria área, que acomoda 376 famílias (registradas na Relação de Beneficiários do INCRA). Nesse sentido, os próprios assentados acabaram formando os quatro setores descritos acima (setores: A, B, C e D). Houve, então, um processo natural de subdivisão do assentamento e um dos fatores é exatamente a extensão da sua área (9.450 ha). É um dado que reforça a afirmação de que os assentados acabam internalizando e aplicando valores que o movimento traz consigo, como: estrutura organizativa, nomenclatura utilizada, representação (forma da representação), democracia e auto-gestão.

Um dos objetivos da pesquisa foi o de analisar a relação que os assentados estabelecem entre si, já que a coleta de dados trouxe informações que possibilitaram essa análise. Em Viamão, logo no início da atividade de coleta, surgem dados interessantes sobre este ponto.

“O assentado não tem relação direta com as Escolas, porque é a COPERAV que trata com as Escolas. São representantes da cooperativa que falam por ela. Então, são os nossos representantes que fazem esse papel (assentado Apv, representante da cooperativa de Viamão).”

Essa resposta mostra que esse assentado compreende o sentido da palavra representação numa organização deste tipo (cooperativa). Revela que o mesmo entende que um representante deve levar uma resposta ou parecer do coletivo de sócios que evidentemente deliberou sobre o tema. Este assentado demonstra entender que a resposta é o que a maioria dos sócios decidiu e não aquilo que o indivíduo ou pessoa física pensa ser o mais adequado no momento. Logo na

sequência, surge esta fala:

“Só que tem muitas coisas que a gente não fica sabendo. Porque é uma pessoa que vai lá, nas Escolas, para discutir. É uma pessoa que nos representa, negocia, conversa e tudo mais, mas a gente que é sócio e faz parte não fica sabendo direito o que é que aconteceu. São coisas que a gente fica sabendo “por fora” (assentada A2v, sócia da cooperativa em Viamão).”

Após a fala desta assentada sócia, o representante da cooperativa em Viamão rapidamente responde:

“Mas o agricultor é beneficiado! A cooperativa negocia, mas por trás tem o agricultor que acaba sendo beneficiado (Apv, representante da cooperativa em Viamão).”

A impressão é a de que o representante não compreendeu bem o sentido da queixa realizada por esta sócia ou compreendeu, mas quis de alguma forma, evitar que esse ponto trazido pela assentada (A2v) fosse desenvolvido de forma mais intensa.

Em uma cooperativa deseja-se que os princípios do cooperativismo sejam de fato seguidos ou postos em prática. Decisões ou definições importantes deveriam, nesse sistema, passar por uma discussão num espaço democrático de debate previamente constituído. Pode-se dizer que as assembleias ordinárias ou extraordinárias poderiam ser suficientes para resolver esse tipo de problema trazido por esta sócia que se mostrou incomodada com a falta de retorno. Definições como estas podem ser capazes de influenciar no trabalho e na remuneração dos sócios.

Estas falas instigaram o pesquisador a buscar mais dados sobre o entendimento ou percepção dos assentados sobre o sistema cooperativista e sobre estas relações de produção que eles estabelecem entre si.

“Eu acho que a diferença entre uma empresa privada e uma cooperativa está na participação. O povo trabalha, discute, decide, tudo junto e participa nos lucros. Todos teriam que trabalhar, ajudar a discutir e decidir. Pelo menos deveriam, não é? Numa empresa particular existe um dono, não é tché? Numa cooperativa não existe o dono. Tem que ter participação e direitos iguais numa cooperativa. Numa empresa privada, quando aparecem as dívidas, quem deve é o Presidente e numa cooperativa não, somos todos nós que devemos. O lucro deveria ser distribuído entre as pessoas numa cooperativa. Eu penso que é essa a diferença entre uma empresa privada e uma cooperativa (assentado A3v sócio da COPERAV).”

Essa é uma fala interessante porque mostra que esse assentado compreende uma série de princípios do cooperativismo. Além disso, percebe-se que esse assentado consegue estabelecer um comparativo entre o funcionamento de uma empresa privada capitalista e o de uma cooperativa. A forma como esse assentado usou palavras como, participação, lucros, discutir, decidir, trabalhar, “dono”, distribuição, mostra como ele percebe estas relações sociais de produção, que são

diferentes ou deveriam ser distintas nestes dois tipos de organização. Este assentado mostra que enxerga os outros como iguais a ele nestas relações de produção e isso fica evidenciado nestes trechos “[...] Todos teriam que trabalhar, ajudar a discutir e decidir.”; “[...] Numa cooperativa não existe o dono. Tem que ter participação e direitos iguais numa cooperativa.” Além disso, aparece a visão que o mesmo tem sobre a responsabilidade que os sócios deveriam ter sobre este tipo de organização em: “[...] Numa empresa privada, quando aparecem as dívidas, quem deve é o Presidente e numa cooperativa não, somos todos nós que devemos.” Na parte final de sua resposta o assentado A3v traz a sua ótica sobre como deveria ser feita a distribuição dos recursos, o lucro ou sobras de uma cooperativa, no trecho: “O lucro deveria ser distribuído entre as pessoas numa cooperativa. Eu penso que é essa a diferença entre uma empresa privada e uma cooperativa.”

“Aqui a gente não é empregado e o nosso Presidente não é nosso patrão. Não precisa ter o encarregado ou, não sei bem qual é o nome certo, o que cuida dos empregados que trabalham. A gente sabe o que precisa ser feito e faz (assentada A1v, sócia da cooperativa em Viamão).”

Nesta fala percebe-se que esta sócia também percebe a diferença que deve existir no funcionamento de organizações distintas (empresa *versus* cooperativa). Esta sócia (A1v) demonstra crer que na prática é possível trabalhar, produzir e obter retorno sem a existência da figura do dono, patrão ou chefe, ou seja, é a postura de quem crê que a autogestão é possível de ser colocada em prática. Além disso, a assentada corrobora com a fala anterior, de A3v, ao dizer que a figura do dono (pessoa hierarquicamente superior) não deve existir numa organização deste tipo. Percebe-se também que mais uma vez surge a noção de responsabilidade compartilhada (por todos), como na fala de A3v, no trecho: “[...] Não precisa ter o encarregado [...]”; “A gente sabe o que precisa ser feito e faz.”

O processo de desalienação aparece nestas falas, pois estes assentados enxergam os outros como seus semelhantes, pois o presidente da organização é visto como mais um assentado, compreendem o sentido do seu trabalho e não se alienaram em relação ao produto da sua atividade, que são os alimentos.

Para evitar que uma cooperativa acabe funcionando como uma empresa privada capitalista é necessário que o trabalho associado, ou cooperado, seja definido como uma forma de relações que as pessoas estabelecem entre si, na produção econômica, onde as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum. Como consequência, as pessoas (sócios da cooperativa) detêm o controle consciente da integralidade do processo de trabalho e é isso que tornaria o trabalho livre da exploração do homem pelo homem.

As empresas capitalistas continuam – como sempre fizeram - obtendo lucro com a exploração do trabalho do trabalhador e canalizando este lucro para os reais donos dos meios de produção. Tanto é verdade que a expressão “maximização de lucro” continua sendo lembrada, repetida, por consultores e gestores de “sucesso” que agregam no seu discurso essa expressão com o intuito de aconselhar demais empreendedores capitalistas em palestras, congressos e cursos. Nessa lógica, a exploração do homem pelo homem e as altas taxas de mais valia obtidas sobre a classe trabalhadora são vistas como relações sociais normais, aceitáveis e, por alguns, até inevitáveis. Acontece que o sistema capitalista de produção é hegemônico a tal ponto, que as pessoas, muitas vezes, sequer conseguem visualizar ou acreditar em outras formas de produzir. Nesse sentido, a naturalização das relações sociais capitalistas ocorre concretamente.

“Essa forma de produzir do cooperativismo que você falou eu acho que é muito difícil isso se manter na prática. Eu penso que, pelo menos no início, é preciso ter pessoas que mandem no processo. Essa igualdade que você falou eu acho difícil até numa família isso acontecer. Imagina numa organização com várias pessoas. Como nós vivemos numa sociedade capitalista eu acho muito difícil que esse cooperativismo que você falou se mantenha (assentado A2e, em Eldorado ligado a COOTAP).”

“Alguns assentados que estão entregando produtos para a COOTAP se queixam dizendo que o que acontece não é bem cooperativismo (assentado Ape, representante da Associação em Eldorado).”

Neste momento surgiu a palavra “difícil” evidenciando que este assentado considera que - na prática – é pouco provável a manutenção de relações sociais que promovam igualdade entre os membros integrantes. Surge ainda uma complementação interessante mostrando que o mesmo enxerga dessa forma, porque sabe que vivemos numa sociedade capitalista e que esta sociedade exerce influência sobre os indivíduos. A manifestação que surgiu logo na sequência mostra que outros assentados, ligados a COOTAP, criticam as relações sociais estabelecidas entre os mesmos e a cooperativa, pois entendem que a COOTAP não está de acordo com o que eles entendem por cooperativismo.

Surgiram falas que relacionaram cooperativismo com acesso. A maioria dos assentados realmente mostrou que, além de realizarem essa associação, entendem que esse tipo de organização melhora o acesso a determinadas coisas que são importantes. Além disso, há a visão de que o trabalho na produção, dentro de um assentamento, não deve ser feito isoladamente ou “cada-um-por-si”, pois o trabalho organizado em grupos acaba sendo a melhor alternativa.

“Aqui no assentamento a família trabalhando sozinha, é muito difícil. A gente precisa trabalhar em grupo, porque acaba sendo melhor, menos sofrido. Na cooperativa, com todos, fica mais fácil (assentada A1v, sócia da cooperativa em Viamão).”

“Com a cooperativa a gente consegue coisas. Sem a cooperativa a gente não conseguiria entrar em muitas coisas (assentada A2v, sócia da cooperativa em Viamão).”

Percebe-se que a maioria dos assentados fez aproximações quando tentou conceituar cooperativismo e quando tentou comparar o funcionamento de uma cooperativa com o de uma empresa privada. Em geral, houve dificuldade para desenvolver essas questões, mesmo com as próprias palavras, pois as falas foram curtas e demoraram para sair. O mais comum foi o uso de expressões mais generalistas que se relacionavam, de alguma forma, a temática. No entanto, houve uma fala dissonante (citada anteriormente – fala do assentado A3v). Além disso, detectou-se que as falas eram complementares, ou seja, um assentado acabava trazendo algo que não tinha sido citado ainda pelos demais.

“É uma Associação aonde existem interesses comuns (Apv, representante da cooperativa em Viamão).”

“Eu vejo que é a forma de a gente se organizar para chegar nos recursos, que são fundamentais para a propriedade (assentado A2e, em Eldorado, sócio da COOTAP).”

“É necessário o acesso para ver como é que a gente vai formar o bolo que a gente vai dividir. Se acessa para depois ver como é que vai ser o Cooperativismo (assentado A2e, em Eldorado ligado a COOTAP).”

“Cooperativismo vem de cooperar. Se não há cooperação, não existe Cooperativismo (assentado Ape, representante da Associação de Eldorado).”

“Se as coisas não estão funcionando bem, existe o espaço para participar e colocar as coisas. Em geral, qualquer cooperativa precisa tirar a logística para funcionar (Ape, representante da Associação em Eldorado).”

“Eu acho que no início tem que funcionar mais ou menos como uma empresa para ver depois como é que vai ficar (assentado, A2e, sócio da COOTAP em Eldorado).”

O assentado representante da Associação de assentados em Eldorado do Sul (Ape) demonstra compreender que é importante a manutenção de um espaço de debate, no qual os sócios possam participar. Nesse sentido, este assentado entende que as insatisfações devem ser trazidas para este espaço. Mais uma vez isto demonstra um certo grau de entendimento sobre o funcionamento de uma organização associativa deste tipo. O assentado representante da COPERAV em Viamão (Apv) traz a questão dos interesses das pessoas que constituem a organização. Portanto, percebe-se que cada um fez aproximações, nas quais um procurava complementar o outro. A fala do assentado A3v em Viamão acabou se destacando das demais, porque mostra que o mesmo conseguiu conceituar, de forma mais envolvente, o termo cooperativismo. Este é um resultado compreensível, pois sabe-se que conceituar, de fato, não é uma tarefa simples. No que se refere aos problemas ou dificuldades de comunicação, que geram insatisfações entre os sócios,

é previsível que isso ocorra. São acontecimentos que fazem parte do processo de amadurecimento de uma organização desse tipo.

De Paula e Barreto (2009), as empresas autogestionárias, como é o caso das cooperativas, buscam não reproduzir o modo de produção capitalista através da modificação das relações de trabalho. Em algumas organizações solidárias já estudadas, existe um empenho muito grande para que os seus componentes tenham uma visão ampla do processo produtivo, o que pode ser alcançado através de um rodízio de funções, por exemplo (VIETEZ; DALRI, 2001). Porém, para isso é necessária tanto uma preocupação com a educação quanto uma mudança da visão dos trabalhadores que, mesmo inseridos na Economia Solidária, muitas vezes não se desvinculam das características do capitalismo.

Portanto, com base nos dados, conclui-se que existe de fato um processo de desalienação em relação ao processo de trabalho (algo que está contido na desalienação no sentido Marxiano do termo), em curso, mas não linear ou equânime entre os assentados participantes da pesquisa.

5.2. AVALIAÇÃO DOS ASSENTADOS E DOS TÉCNICOS SOBRE A CONCRETIZAÇÃO DO PNAE

O termo avaliar vem do latim “a + valere” que significa: “1- estabelecer valor ou preço de”, “2- determinar a quantidade de”, “3- pensar ou determinar a qualidade, a intensidade, etc. de” (HOUAISS, 2004, p. 79). De outra forma, poderia – se dizer: atribuir um juízo de valor sobre determinado objeto ou conteúdo em estudo com o objetivo de mensurar a quantidade e a qualidade.

[...] podemos dizer que avaliar é uma forma de estimar, apreciar, calcular. Em sentido lato, a palavra avaliação se refere ao termo valor e supõe juízo sobre algo. Em outras palavras, a avaliação é um processo que consiste em emitir um juízo de valor. Trata-se, pois, de um juízo que envolve uma avaliação ou estimação de algo (objeto, situação ou processo), de acordo com determinados critérios de valor com que se emite o juízo (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 17-18).

Ainda em sentido geral, a avaliação está presente na vida das pessoas de forma constante, pois: *“Avaliar é uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é, assim, um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações dos indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente com vistas ao futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultado de uma necessidade natural ou instintiva de sobreviver, evitando riscos, buscando prazer e realizações”* (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2003, p. 14).

Essas seriam avaliações: “[...] que costumam ter colocação subjetiva e que são realizadas, na maioria dos casos, com informação insuficiente e mediante uma reflexão assistemática” (COHEN; FRANCO, 1993, p. 72). Pode-se dizer também que estas seriam avaliações informais, sem o estabelecimento do tipo de avaliação, do método, dos procedimentos e sem a adoção de indicadores.

Sendo assim, uma avaliação formal (que possui tipo, método, procedimentos e indicadores) seria: [...] *forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase do diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compressão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados* (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31 - 32).

O presente trabalho poderia ser visto como uma avaliação formal sobre como vem se dando (concretamente) o PNAE nos assentamentos da região determinada, levando em consideração os pontos já evidenciados nas questões norteadoras e nos objetivos. Tudo isso a partir da visão dos assentados e das equipes de assistência técnica. Nesse sentido, os objetivos do trabalho são: “[...] 1- Captar as dificuldades encontradas, pelos assentados que aderiram ao Programa, 2- Registrar as potencialidades para os assentados que aderiram ao PNAE, 3- Evidenciar os possíveis impactos provocados na produção de alimentos e na renda dos assentados, 4- Conhecer as relações sociais que se estabeleceram entre os assentados aderentes e a relação entre esses e o mercado que tem “absorvido” essa produção.” Esta pesquisa, portanto, poderá vir a ser útil para processos posteriores de avaliação da política (PNAE).

A ampliação do escopo e da cobertura da política social no Brasil, processo este dinamizado a partir da Constituição Federal de 1988, vem ensejando esforços crescentes do campo de monitoramento e avaliação de programas sociais no País. Contudo, em que pesem tais esforços de aprimoramento, é preciso reconhecer que a proposição de sistemas de monitoramento para acompanhar as ações e os programas governamentais e a especificação de pesquisas de avaliação destes últimos ainda padecem de uma série de dificuldades (JANUZZI, 2011, p. 251)

Essas dificuldades no monitoramento e na avaliação de programas no Brasil – e as frustrações decorrentes disto – são consequência, em boa medida, de desenvolvê-los seguindo modelos e prescrições muito particulares e padronizados, sem a devida “customização” que deveriam ter em função do estágio de maturidade dos programas [...] ou, ainda, conduzi-los sem uma análise prévia do grau de avaliabilidade dos programas (JANUZZI, 2011, p. 251). Nesse sentido, o autor aponta que é preciso:

Estruturar melhor os sistemas de indicadores de monitoramento e especificar pesquisas de avaliação mais consistentes são desafios que precisam ser rapidamente enfrentados nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), sob pena de estender, por mais tempo ainda, a superação das iniquidades sociais no País e com risco de se perder a crença de que os programas públicos podem ser vetores impactantes da mudança social no Brasil (JANUZZI, 2011, p. 272)

Dada a complexidade operacional, os contextos de implementação, os desenhos institucionais e a diversidade de públicos-alvo dos programas públicos no Brasil, não se pode definir uma técnica de investigação como melhor em qualquer situação. Muitos programas operam em contextos complexos, pouco estruturados para abordagens quantitativas, e muito menos para desenhos *quasi-experimentais*. Nestas situações, abordagens metodológicas menos estruturadas podem levantar evidências mais relevantes e úteis para o aprimoramento de programas. [...] Abordagens quantitativas e qualitativas não são mutuamente excludentes em um projeto de pesquisa ou avaliação. São complementares, compatíveis e conectáveis (JANUZZI, 2011, p. 272).

Como na pesquisa acadêmica, não existe uma receita única [...] para responder a qualquer tipo de demanda avaliativa. Frente à complexidade do objeto de estudo e sem prejuízo do rigor metodológico, é preciso que o estudo de avaliação seja conduzido com certa maleabilidade e pluralismo metodológico, triangulação de abordagens investigativas e complementariedade de técnicas quantitativas e qualitativas (JANUZZI, 2011, p. 251).

Em Viamão os assentados mencionaram alguns entraves durante esse momento inicial de adesão dos mesmos ao PNAE. As falas trouxeram, primeiramente, as impressões durante esse início de relação com as Escolas.

“As Escolas não acreditavam que a gente conseguiria dar conta das demandas. Parece que eles pensavam que aqui só tinha pobreza, que não existia estrutura (assentado Apv, representante da Cooperativa de Viamão).”

“Eles não acreditavam que a gente tivesse potência para poder fazer as entregas (assentada A2v, sócia da Cooperativa em Viamão).”

“A gente já viu isso acontecer antes. Nós tínhamos uma padaria dentro do Assentamento e a gente queria iniciar com os nossos produtos nas Escolas. Tivemos que trazer a diretora aqui para o Assentamento e percebemos que ela ficou surpresa (assentada A2v, sócia da Cooperativa em Viamão).”

Há outros tipos de limitações, que apareceram logo na sequência, e percebe-se que elas são diferentes considerando os locais (Eldorado do Sul e Viamão). Surge

a questão do meio natural e físico.

“A geografia do nosso local é algo limitante. A área é muito úmida, de baixada ou de várzea e isso limita as nossas possibilidades em termos de produção. Nós aqui não podemos produzir aquilo que o pessoal dos outros Assentamentos, nas áreas mais altas, aqui da região, produzem, porque não dá (assentado Ape, assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul – representante da Associação).”

Este tipo de limitação é difícil de ser superada, pois os custos são elevados e, em muitas situações, sequer vale a pena arcar com os mesmos. A elevação do solo com a construção de camalhões, a implantação de sistemas de drenagem, entre outras técnicas que possibilitem a implantação de culturas que normalmente não são utilizadas em áreas de baixada, são exemplos do que é que poderia ser feito para superar essa situação. Nesse sentido, é perfeitamente compreensível que estes assentados optem por não “lutar” contra as limitações que a natureza impõe direcionando recursos e aumentando os custos de produção. O modo como estes assentados têm lidado com essa limitação acaba sendo racional, pois são questões de ordem técnica ligadas a produção.

Dessa forma, acabam plantando ou desenvolvendo culturas mais adaptadas a esse tipo de ambiente sem investir grande quantidade de recursos, ou seja, trata-se de conhecimento aliado ao bom senso. Sendo assim, era previsível que a produção agrícola acabasse ficando massificada nas lavouras de arroz e produção de hortaliças em Eldorado do Sul - RS. Vale citar que no assentamento *Filhos de Sepé*, em Viamão – RS, também existe esse tipo de limitação, porque a maior parte da área é composta de baixada também ou área de várzea.

Entretanto, nesse assentamento, existe a parte mais alta e a mesma é utilizada para a localização das moradias e também para uma parte da produção agrícola. No assentamento em Viamão o lote é dividido em duas partes: área alta mais área baixa. Em geral, 2 ha (hectares) na área alta e 17,5 ha na área baixa. Isso explica, em parte, a diversificação maior em termos de produção que este local apresenta comparando com o assentamento *Integração Gaúcha* de Eldorado que possui relevo diferente.

Outro tipo de limitação também aparece em ambos os Municípios estudados e mesmo com o passar do tempo ela ainda permanece. Trata-se da questão estrutural e da logística necessárias para o desenvolvimento do Programa. Em Eldorado do Sul, por exemplo, se não houvesse o apoio da Prefeitura Municipal para conseguir o transporte dos produtos, o PNAE não teria iniciado. Mais uma vez a fala de um assentado reforça essa afirmativa:

“Se nós não tivéssemos esse apoio no transporte, nós não conseguiríamos e eu acho que nos outros lugares acontece a mesma coisa. Sem apoio no transporte eu não acredito. O Programa é para fortalecer a agricultura familiar, mas o que é

que adianta te darem a vara se tu não tens a linha e o anzol para pescar? Antes, vinha gente de fora, mais estruturada, que entregava os alimentos num determinado ponto e a Prefeitura arcava com o transporte para realizar a distribuição. Daí a gente disse: - Se vocês ajudaram esse pessoal de antes, porque é que não podem ajudar a gente também? Aí houve uma decisão política no sentido de fazer acontecer e acabou acontecendo. (assentado Ape, do Assentamento Integração Gaúcha – Eldorado do Sul – representante da Associação).”

No caso do assentamento *Filhos de Sepé* em Viamão a cooperativa de assentados não obteve esse mesmo apoio no transporte. Esta cooperativa teve que utilizar os seus próprios recursos para poder alugar um caminhão para iniciar as entregas de Escola em Escola. Ocorre que a COPERAV já existe há vários anos e foi possível acumular algum recurso capaz de pagar por este transporte. Entretanto, os assentados sócios desta cooperativa, concordam que essa é uma limitação importante, pois se trata de um custo elevado, que freia o desenvolvimento da organização e a renda das famílias envolvidas.

“No início a gente não tinha o caminhão. A gente precisou alugar e pagava por quilômetro rodado e saia tudo do nosso próprio bolso (assentada A2v, em Viamão, sócia da cooperativa).”

“Até hoje não existe previsão de estrutura para a entrega nas Escolas. Falta também definir mais pontos de entrega. É a Cooperativa que precisa dar conta disso e esse é um fator limitante para quem é pequeno. Não existe subsídio ou crédito para essa questão. Em várias Escolas a gente faz o percurso e entrega de Escola em Escola. Em algumas Escolas Municipais nós já vimos a definição de um ponto para entrega e isso ajudou bastante. Isso tinha que ser ampliado (assentado Apv, em Viamão, representante da cooperativa).”

De acordo com Santos *et all* (2007), quanto à estrutura técnico - organizacional necessária para a operacionalização, ressalta-se que os recursos repassados da esfera Federal para a esfera descentralizada (Municipal) destinam - se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. Para a operacionalização do PNAE cabe ao Município arcar com a responsabilidade de montar uma infraestrutura mínima [...].

Motter e Arruda (2011) realizaram uma pesquisa para avaliar o processo de implantação a partir do marco legal estabelecido pela Lei 11.947 / 2009, na região Oeste do Estado de Santa Catarina e perceberam uma limitação importante citada por um dos gestores de educação nas entrevistas efetuadas.

“Fato é que os produtores do município, ao serem informados da possibilidade de comercializarem seus produtos para a alimentação escolar, expuseram à administração local a limitação de não disporem de veículo próprio para o transporte de alimentos (gestor de educação do Município de São Miguel da Boa Vista – SC).”

Ainda no aspecto Estrutura / Logística vale citar a deficiência estrutural de várias Escolas na região de Eldorado do Sul, que não estão conseguindo trabalhar

com produtos *in natura*. A Associação no assentamento *Integração Gaúcha* produz alimentos que requerem certo grau preparação.

“No início as Escolas municipais não tinham estrutura suficiente para poder preparar a merenda. A Prefeitura teve que estruturá-las se não elas não tinham como operar. A Prefeitura também teve que contratar uma Cooperativa de merendeiras, porque faltava esse trabalho. Nas Escolas Estaduais aqui da região é pior a situação, porque elas não tinham e continuam não tendo estrutura para trabalhar com os produtos. Não tem nada; cozinha, refeitório, merendeiras. São as professoras que param a aula para servir a merenda. Como elas não tem tempo para preparar, e nem é a função delas fazer isso, a escola precisa comprar coisas prontas, práticas porque é o que dá para fazer. A Prefeitura daqui tentou ajudar, ela quis se responsabilizar, mas parece que não pode, porque essas Escolas são Estaduais (assentado Ape, em Eldorado, representante da Associação do Assentamento).”

Santos et all (2007) detectaram esse mesmo fator limitante ao realizarem as entrevistas junto aos gestores do Programa nos Municípios do interior do Estado da Bahia. Esses gestores apontaram como principal obstáculo a infraestrutura insuficiente para preparo das refeições, com frequência de 28,6% das respostas. Esse problema praticamente não foi citado na capital. Resultado semelhante foi obtido em outro estudo, no qual foram registrados problemas quanto à infraestrutura inadequada ao preparo de refeições, particularmente nas escolas localizadas na área rural.

Difícil entender porque o Município de Viamão, que há anos possui uma arrecadação superior (IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2011) do que a do Município de Eldorado do Sul, não realiza aquilo que o Município mais “pobre” consegue realizar, que é o apoio para a realização do transporte e entrega dos produtos gerados por essas organizações de assentados. No nível de conjectura ou pressuposição pode-se pensar em diferença em termos de vontade política entre essas duas realidades.

Da Costa (1993), Presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - Ministério da Ação Social-Brasil, ao falar sobre os direitos de cidadania das crianças no País, cita vontade política como um dos elementos essenciais para a superação da dura realidade vivenciada naquele período.

Mais do que de dinheiro, uma política de direitos humanos depende fundamentalmente de vontade política e competência técnica. É essencial. Sem isso, uma proposta de mudança não consegue superar a indiferença, a resistência passiva, o negativismo e a hostilidade de interesses corporativos, fisiológicos e clientelísticos (DA COSTA, 1993, p. 18).

Conforme Triches e Schneider (2010), para os técnicos da EMATER do Município de Rolante (RS), foi decisiva a vontade política do executivo municipal de iniciar um processo de compras diferenciado para a alimentação escolar. Essa decisão deu-se pela economia representada pela baixa retenção dos recursos

destinados ao programa pelo governo federal no município, já que grande parte dos fornecedores não era local.

A fala de uma assentada em Viamão, sócia da Cooperativa, é preocupante, porque evidencia uma forma equivocada de lidar com o Programa por parte dos gestores municipais. Vale citar houve a percepção – por parte do pesquisador - que a fala desta assentada foi endossada pelos demais participantes por causa das reações de concordância.

“Outra dificuldade aconteceu aqui mesmo em Viamão (RS). Quando começaram a comprar as nossas bolachas. Eles pegaram mais ou menos 700 quilos. Até 800 quilos. Só que eles não foram até o final do contrato estabelecido. Nós nos preparamos para atender aos pedidos. Houve planejamento, mobilização e gastos da nossa parte e aconteceu que a Prefeitura quebrou o contrato, porque eles pararam de pegar. O contrato ainda estava valendo. A Prefeitura enrola, não cumpre e a gente acaba tendo prejuízo (assentada A1v, de Viamão sócia da COPERAV)”.

Logo em seguida um assentado, que representa a cooperativa COPERAV em Viamão, reforça o que foi dito por essa assentada.

“Isso acontece. A gente se organiza, se prepara para atender a meta e depois a Prefeitura não cumpre. Aí nós ficamos com o abacaxi (assentado Apv, representante da cooperativa de Viamão no Assentamento Filhos de Sepé).”

Outro assentado traz algo diferente que merece atenção. Segundo ele a Prefeitura de Viamão estaria adquirindo produtos de uma cooperativa que se localiza em outro Município.

“Ao invés de explorar bem aqui mesmo, dentro do Município, a Prefeitura vai buscar longe os produtos. Acabam pagando pelo deslocamento e fortalecendo uma organização que nem é daqui. Isso está errado! (assentado integrante de um grupo informal do assentamento *Filhos de Sepé* em Viamão)”

Uma assentada, que trabalha na agroindústria e é sócia da cooperativa COPERAV, em Viamão, relata que a Prefeitura adquiriu uma pequena quantidade de produto e não demonstrou interesse em ampliar.

“De nós aqui eles (Prefeitura de Viamão) pegam pouca coisa. Só para que não digam que eles não fazem nada (assentada A2v, sócia da cooperativa do assentamento *Filhos de Sepé*).”

Desta forma, de acordo com esses relatos, a Prefeitura de Viamão estaria descumprindo com as diretrizes descritas na Lei 11.947 / 2009, pois de acordo com a mesma deve-se priorizar a localidade em questão. Se o volume de recursos para a aquisição de alimentos para a merenda escolar cresce dentro do Município, cresce a renda per capita e a dinâmica das relações econômicas locais.

[...] o PNAE transfere *per capita*s diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da

Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (FNDE, 2014).

A municipalização da merenda escolar ocorrida em 1994 já recomendava a preferência por produtos *in natura* e a produção local para reduzir custos. Em 1996, uma nova portaria passou a definir critérios na aquisição de alimentos para a merenda escolar. Esta portaria acentuou a importância da comercialização de alimentos produzidos na região para incentivar a produção local [...] (BELIK e SOUZA, 2009).

Já a gestão municipal de Eldorado do Sul – RS parece estar mais empenhada em efetivar um papel que lhe é atribuível, pois se pode notar que a diferença em termos de apoio e atitude existe.

“De nós da Associação a Prefeitura compra de 30 a 40% da produção. Eles conseguem “fechar” o mínimo que é 30% dos recursos do FNDE, porque eles compram de nós e da COOTAP (Cooperativa ligada ao MST, que realiza compra e venda de alimentos oriundos dos Assentamentos). Porém, se eles comprassem mais a gente (Associação) teria condição de atender. A gente pode produzir mais. Nas próximas reuniões com a Prefeitura a gente toca no assunto (assentado Ape, representante da APAFES de Eldorado).”

Vale citar que a atual gestão – em Viamão – é realizada por uma composição política capitaneada pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) que ultimamente tem sido oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores). Em Eldorado do Sul, a atual gestão é capitaneada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) que, dependendo da região, não faz oposição e sim se coliga com o PT.

Vale atentar para a seguinte coincidência de resultados, expressos na tabela logo abaixo. Ocorre que numa análise global, levando em consideração as regiões do País (norte, sul, sudeste, nordeste e centro-oeste), a região sudeste em 2012 apresentou resultado inferior em termos de efetivação da política de alimentação escolar ao das demais regiões. Neste período, na região sudeste, a gestão em vigência era do PSDB. Talvez nesta questão possa estar aparecendo a visão política do partido sobre o papel do Estado diante das mazelas que a sociedade apresenta. Essas mazelas (fome, subnutrição, pobreza no campo, etc.) podem ser resolvidas pelo mercado com o passar do tempo, ou é imprescindível atuação interventiva do Estado com programas e políticas contundentes? A tabela número 4, a seguir, mostra a inclusão de alimentos da agricultura familiar na alimentação oferecida nas creches e pré-escolas das zonas rural e urbana, nas diferentes regiões do País.

Tabela – 4 – Inclusão de alimentos da agricultura familiar na alimentação oferecida nas creches e pré-escolas da zona rural ou da zona urbana que recebem crianças de 0 a 6 anos residentes na área (%)

Inclusão de Alimentos da Agricultura Familiar	Brasil	Regiões - Brasil				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	SUDESTE	Sul
Não	9,5	10,3	7,6	18,4	14,4	2,6
Em parte	83,5	85,4	85,6	78,5	74,4	92,7
Em sua totalidade	7,1	4,3	6,7	3,0	11,2	4,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional de Educação Infantil no Campo – UFRGS – 2012/1

As últimas publicações do IBGE (2014) têm demonstrado que ainda existe no País um significativo contingente de famílias em situação de insegurança alimentar, sobretudo na zona rural aonde os números são maiores do que na zona urbana. Entretanto, o Brasil a partir do século XXI tem conseguido reduzir os fenômenos da fome, miséria e desnutrição graças a implementação de políticas e programas; e estas são iniciativas do Estado.

“[...] O Brasil é um grande exemplo nesse aspecto porque estabeleceu essa causa como uma prioridade nacional. Ele provou que um País grande pode reduzir a insegurança alimentar e ainda influenciar toda uma região e o mundo, disse a representante adjunta da FAO para América Latina e Caribe, Eve Crowley, destacando que a América Latina e o Caribe tiveram, juntos, o melhor desempenho no combate à insegurança alimentar dos últimos anos [...]” “[...] Peça central no estudo realizado pela FAO, o Brasil aparece como modelo para promoção de experiências exitosas como transferência de renda, compras diretas para aquisição de alimentos e capacitação técnica de pequenos produtores. Com isso, o Brasil conseguiu diminuir em 50% o número de pessoas que passam fome (ONU, 2014).”

O número de domicílios em situação de insegurança alimentar no Brasil continua caindo, mas ainda existem cerca de 52 milhões de brasileiros sem acesso diário à comida de qualidade e na quantidade satisfatória. Segundo o suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013, divulgado nesta quinta-feira (18/12/2014) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 65,3 milhões de domicílios registrados, 22,6% estavam em situação de insegurança alimentar. Esse percentual era 29,5% em 2009 e 34,8% em 2004, anos anteriores da pesquisa.

De acordo com a pesquisa (IBGE / Pnad), a área rural concentrava o maior número de domicílios com indivíduos em situação de insegurança alimentar: 35,3% (13,9% moderada ou grave). Na área urbana esse percentual era 20,5% (6,8% moderada ou grave). Em 2009, o índice foi 43,7% e 29,3% respectivamente. Nos domicílios particulares urbanos em situação de insegurança alimentar moderada ou

grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos domicílios rurais moravam 15,8% da população (Jornal Correio do Povo, 2014).

[...] O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional. Nesse contexto, o PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re)organização de comunidades [...] (Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, FNDE, 2014).

No que tange a desconsideração é realmente difícil compreender por que não incluir os assentados na tomada de decisão ou escolha dos alimentos para a entrega nas Escolas? Não seria uma tarefa árdua incluir os assentados ou a parte que produz nesses espaços de debate e tomada de decisão. Essa seria, inclusive, uma medida interessante capaz de trazer mais desenvolvimento e aprendizado para todas as partes envolvidas.

Quem define é eles – Prefeitura e Escola – que produtos e como vai ser a chamada pública. A gente só fica sabendo (Ape – representante da Associação em Eldorado).

Isso aí é com eles, com as Escolas e com as Prefeitura. É a Escola que define os alimentos. A gente não participa da decisão. (Apv – assentado representante da COPERAV, Viamão).

Percebe-se que em ambos os casos estudados (Viamão e Eldorado) a desconsideração surgiu e permaneceu. É provável que a Escola – por força do hábito – prefira continuar fazendo da forma que sempre fez, ou seja, a Escola tem a liberdade e simplesmente decide sozinha. Acompanhando o processo de desenvolvimento inicial do Programa, em algumas localidades, foi possível perceber que as Escolas normalmente elaboram listas de condicionantes ou exigências para aceitar produtos oriundos de assentamentos de Reforma Agrária. Quando existe uma Lei a postura não deveria ser a de, primeiramente, introduzir obstáculos, que podem dificultar a sua concretização. Nesse caso, uma postura melhor seria a de tentar “driblar” os obstáculos na medida em que os mesmos fossem aparecendo durante o processo natural de desenvolvimento do Programa. O que se quer dizer, com esse breve relato de experiência, é que na realidade concreta existe uma lógica inversa àquela de realmente buscar a concretização das coisas.

Entretanto, existem diferenças em termos de diálogo com as Escolas, pois a cooperativa em Viamão mostra, de forma clara, que conseguiu estabelecer pelo menos algum diálogo. É verdade que esse diálogo não mudou o poder decisório da Escola no que se refere a definição dos alimentos que vão compor a chamada pública, mas se percebe que pelo menos existe um canal de comunicação. Os assentados em Viamão revelam que as Escolas começaram a se aproximar do assentamento *Filhos de Sepé* com a realização de visitas. Estão surgindo também questionamentos

por parte da Escola em relação aos produtos orgânicos que estão sendo entregues. Ocorre que a produção convencional é realizada a tanto tempo, que houve um processo de naturalização da mesma. As pessoas em geral (consumidores), técnicos da área e produtores passaram a crer que só é possível produzir de forma convencional e o que existe fora disso é “charlatanismo”. As técnicas da produção convencional, propagadas desde a revolução-verde, foram intensamente disseminadas em diversas regiões do mundo, com o aval das Universidades e Escolas Agrícolas, devido a interesses mercantis correlacionados com a venda de insumos agrícolas e devido ao interesse em aumentar a produtividade de algumas culturas consideradas economicamente importantes.

“Eu, como assentado, não estabeleço diálogo com as Escolas. Eu falo em nome da cooperativa. Então, não é o que eu penso e acho e sim o posicionamento da cooperativa (assentado Apv, representante da COPERAV, Viamão).”

“As Escolas começaram a querer nos visitar, aqui no assentamento, e a gente teve dificuldade com isso, porque a gente não está ainda bem preparado para receber e acompanhar (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

“Sobre essa questão dos produtos orgânicos, eu vejo que a gente ainda tem que avançar. Tem muitos questionamentos sobre esses produtos (assentado A3v, sócio da Cooperativa em Viamão).”

Alguns associados que compõem a COPERAV em Viamão (os atuais representantes) demonstram compreender bem o significado da representatividade, que é algo que deve fazer parte da função que ocupam ou desempenham. Além disso, representantes desta cooperativa mostram que já realizaram contatos com as Escolas. Em Eldorado do Sul, no que se refere ao diálogo com as Escolas, a realidade é diferente, porque a Associação de assentados não estabelece qualquer diálogo com as Escolas. A exceção aconteceu com uma Escola Estadual do Município que não está ainda adquirindo alimentos junto aos assentados, mas está realizando reuniões com o presidente ou representante da Associação.

“Aqui não existe essa relação Escola – assentados. É entre eles (Escolas) e a Prefeitura e eles vão se acertando. É tudo com eles. A definição dos produtos é a Escola que faz (assentado Ape, representante da Associação de assentados em Eldorado).”

“Tem algumas Escolas Estaduais que me chamaram para participar das reuniões. Eu fui nessas reuniões e vai ter mais (assentado Ape, representante da Associação de assentados de Eldorado).”

Sobre desinformação, realmente a falta de informação num estágio inicial de andamento é algo presumível e foi possível perceber que ela ocorreu não apenas em um dos atores envolvidos, a Escola, pois também aconteceu com os assentados e com a gestão pública.

“Nós, no início, tivemos dificuldade, porque a gente não compreendeu bem e eles (Escola) também não (assentado Apv, Presidente da Cooperativa em Viamão).”

“A Escola não sabia nem fazer os pedidos. Eles calculavam mal e aí sobrava muita coisa e estragava também. Eles pensavam que uma criança comeria um quilo de cuca. Aí eles precisaram congelar. A gente via que eles estavam perdidos. Para nós foi difícil atender esses primeiros pedidos porque eles eram grandes. Com o tempo as coisas foram melhorando (assentada A2v, em Viamão, sócia da Cooperativa).”

“Hoje nós conseguimos atingir um nível em que a gente já orienta as Escolas que se mostram perdidas nesse aspecto. Se a Escola define mal os pedidos a gente diz: seu pedido está fora da sua própria realidade (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

Em outros Municípios também surgiram situações atribuíveis a desinformação. Porém, com o tempo, esse aspecto foi sendo modificado e passou por um arrefecimento, pois cresceu a informação sobre o Programa e sobre as possibilidades para um melhor andamento.

“Em Alvorada a gestão municipal achava que não tinha que colocar em prática o Programa. Eles diziam que como no Município não existia agricultura familiar, então, eles não tinham que se preocupar com isso. Nós insistimos, porque sabíamos que era totalmente possível a Prefeitura e as Escolas de Alvorada, juntas, trabalharem conosco. Nós estávamos vendo isso acontecer com outras Cooperativas. Era um Município próximo (Alvorada) que poderia sim trabalhar com a gente que é de Viamão, e isso acabou acontecendo depois (Apv, representante da Cooperativa de Viamão).”

“Algumas Escolas as vezes não se “tocam” que as entregas podem ser mais fracionadas, com quantidades menores em cada uma. Nós vimos Escolas que não sabiam o que pedir e quanto pedir (Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

“Ficou melhor depois, porque conseguimos ajustar os pedidos. Quantidade, periodicidade e a rota, não é? Definimos uma rota que ficou melhor. Hoje a gente tem condições de ajudar a Escola a definir melhor os pedidos (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

Nessas contribuições dos assentados se pode deduzir que algumas Escolas muito provavelmente nunca operaram antes com compras ou aquisições junto a agricultura familiar e começaram junto a COPERAV. Logo na sequência, surgiu uma fala que evidenciou, além de desinformação, centralização de poder e autoritarismo por parte de gestores municipais. Foram dificuldades que acabaram surgindo justamente quando havia troca de gestão em alguns Municípios.

“Um entrave importante é a troca de gestão no Município. Em alguns casos a gestão nova entrava e pensava que cabia somente a ela dar continuidade ou não ao Programa. Não importava a Escola e nem a gente. Eles (gestores municipais) achavam que era uma decisão que só cabia a eles (Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

“Nós tivemos que discutir, insistir e até brigar. Nós sabíamos que era uma Lei que deveria ser cumprida. Tivemos até que ameaçar denunciar a gestão. Foi difícil porque eles interpretavam do jeito deles e depois nós ficamos sabendo que existia uma empresa interessada em entrar no negócio. Várias empresas brigam para ocupar esse espaço e nem todas têm ligação com a agricultura familiar (Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

As Entidades Executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios) são responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, que são complementares. É de responsabilidade dessas Entidades garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino (Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, FNDE, 2014).

Surge nessa fala um elemento já citado anteriormente na fundamentação teórica, mais precisamente no ítem “Entraves e potencialidades do Programa” (número 4.2.), que traz algo que vem sendo percebido em algumas localidades. A escolha ou favorecimento¹³ movida por interesses que não são explícitos, as tentativas de burlar o Programa, são situações que, de novas, não tem absolutamente nada. Vários assentados perguntam sobre quem fiscaliza e aonde podem ser feitas denúncias sobre irregularidades. Nesse sentido o *web site* do FNDE é suficientemente claro e traz as seguintes orientações:

Cabe ao FNDE e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) fiscalizar a execução do programa, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle interno e externo, ou seja, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério Público. Qualquer pessoa física ou jurídica pode denunciar irregularidades a um desses órgãos, ficando assegurado o sigilo de seus dados (*web site*, FNDE, 2014).

Sobre os aspectos econômicos, em Eldorado do Sul os assentados fizeram comentários sobre os preços utilizados para as aquisições de alimentos em função do PNAE.

“No início o preço era ruim, muito baixo. Depois é que acabou melhorando. A Prefeitura começou a usar outra referência. Aqui eles (Prefeitura) agora fazem uma média do preço praticado no Município. Coletam três preços dos mercados da região, e eu tenho visto que eles pegam preços das feiras, e fazem a média (assentado Ape, representante da Associação em Eldorado).”

Em Viamão não houve reclamações deste tipo no que tange aos preços dos produtos utilizados no PNAE. Entretanto, e para complementar a questão, é interessante evidenciar a observação de um dos assentados sobre a produção orgânica.

“Sim, existe diferenciação e o produto orgânico é adquirido com preço diferenciado, melhor que o convencional. Tem um plus de 20% em relação ao convencional, o que para o produtor faz diferença. Algumas Escolas, inclusive, já estão fazendo chamadas orgânicas, porque eles querem o arroz orgânico e não qualquer arroz. Tem Escola que realmente abriram as portas e quando chegam os nossos produtos, a gente vê o comentário: - Chegaram os produtos gostosos. (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

O arroz orgânico é – de fato – uma conquista dos assentamentos e do MST. A busca pela técnica para poder produzir esse arroz atendendo as normas da produção orgânica (BRASIL, Lei nº 10.831 / 2003 e Decreto Nº 6.323 / 2007) começou há muitos anos atrás (final da década de 90 e início dos anos 2000). Alguns pioneiros foram muito importantes para a construção do perfil tecnológico para a produção do arroz orgânico, entre estas referências é possível citar: Juarez Pereira, Élcio (assentado no

¹³ Em São Luis Gonzaga (RS), durante o ano de 2010, a equipe técnica (Programa de ATES) presenciou uma atitude, por parte da gestão municipal da época (PP – Partido Progressista), que mostra favorecimento e exclusividade para uma determinada cooperativa. O que acontecia é que todo o assentado - deste local - que mostrasse interesse em aderir ao Programa era induzido pela gestão a entrar nesta cooperativa exclusivamente. Os gestores afirmavam que era assim que funcionava e isso era algo definido que não seria mudado. Um assentado em São Luiz Gonzaga aceitou essa situação sem reclamar, porque achava que não adiantaria e, além disso, o mesmo precisava desse mercado. Este assentado sabia que essa organização não era oriunda de um Assentamento de Reforma Agrária (COPTec, 2010).

Assentamento 19 de Setembro, Guaíba – RS) entre outros. Em pesquisa realizada por Campos e Medeiros (2011), com apoio da COPTec Ltda., na safra 2010 / 2011, teve-se 3.881 ha de área plantada com arroz orgânico, 428 famílias envolvidas com essa produção, nesse mesmo período e 344.627 sacas de arroz, ao todo, produzidas.

[...] sobre a cadeia produtiva de arroz ecológico que vem se constituindo em Assentamentos rurais dos Municípios da região metropolitana de Porto Alegre e entorno na última década. Trata-se de uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental. Isso porque ao participarem da cadeia produtiva as famílias rompem, não apenas com o padrão de produção agrícola dependentes de insumos externos, mas constroem novas relações econômicas, políticas e sócio espaciais (CAMPOS e MEDEIROS, 2011).

Nos últimos dois anos não sobrou arroz nos silos (Apv representante da cooperativa em Viamão).

Este trecho “Nos últimos dois anos não sobrou arroz [...]” foi a resposta do assentado diante do interesse do pesquisador em aprofundar a questão do mercado para o arroz ecológico. Ocorre que a experiência do pesquisador com o trabalho de assistência técnica propiciou o contato com os debates relacionados ao desenvolvimento desta cadeia produtiva. Havia uma forte dependência da mesma em relação ao mercado institucional. Ocorre que o Estado – de fato – vinha sendo fundamental na manutenção desta linha produtiva, que se constituiu na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Antes da efetivação do PNAE, falava-se em sobra de produto (arroz), por comercialização insuficiente, nos encontros. O arroz era comprado pela CONAB, que compra cotas limitadas de produtos, e era direcionado também para feiras livres, casas de produtos naturais e programas específicos do governo.

Apesar da visão positiva do Estado que os assentados têm [...] vem resultando numa grande dependência em relação ao governo. Conforme dados da COPTec as vendas para a CONAB representam cerca de 70% da produção da cadeia. Essa dependência implica em riscos para o processo de expansão dessa produção, uma vez que uma mudança de governo, que implicasse em cortes nas quantidades compradas de arroz orgânico, teria um impacto fortemente negativo nas famílias assentadas envolvidas (MEDEIROS; LINDNER; BRANCO FILHO, 2014, p. 132).

Esta cadeia chegou há um nível de organicidade que permitiu a consolidação do Grupo Gestor do Arroz Ecológico¹⁴ (GGAE). Neste grupo ocorre a sistematização de informações, troca de saberes, planejamento da produção, comercialização e contato com a assistência técnica. Portanto, o GGAE se tornou a “arena” desses debates ligados a essa cadeia. Nesse sentido, o pesquisador resolveu aproveitar o momento

¹⁴ [...] em 2002, os interessados na produção livre de agrotóxicos criaram o Grupo Gestor do Arroz Ecológico cuja meta era, além de congregar famílias produtoras, promover a sistematização das informações, dados pertinentes, efetuar a troca de experiências entre os produtores, discutir a comercialização com as instituições públicas e privadas. Desejava-se também ampliar as áreas de produção e aumentar o número de famílias assentadas envolvidas nessa linha (arroz ecológico irrigado) (MEDEIROS; LINDNER; BRANCO FILHO, 2014, p. 125 *apud* MENEGON *et al*, 2009).

para ver se o PNAE estava absorvendo este arroz e o que estava acontecendo com a produção. Pelas respostas, fica claro que ocorre a absorção e que nos últimos anos não tem sobrado arroz. Pode-se dizer que PNAE torna-se um instrumento com potencial para trazer segurança para esta cadeia, pois existe uma Lei constituída (11.947/1009) o que é diferente de um simples projeto ou iniciativa passageira de um governo.

Em ambos os casos (Eldorado e Viamão) surge a visão de que o Programa beneficia o produtor e de que ele não pode ser visto somente como insignificante.

“Eu penso que a questão da renda mudou para nós. Agora a gente tem essa renda mensal. A gente já passou por muitas dificuldades na roça, porque as vezes a planta não dava (assentada A2v, em Viamão, sócia da Cooperativa).”

“Eu mesmo, falando da minha realidade. Eu plantava as coisas na roça e tinha as vacas de leite, mas era um sofrimento, porque o lote é pequeno. Tinha que carregar tudo nas costas, comprando ração e tudo mais. No fim, tu somava e não dava muita coisa. Para mim, esse trabalho na padaria mudou muito, porque eu sei que chega no fim do mês eu vou ganhar (assentada A1v, em Viamão, sócia da Cooperativa).”

“O PNAE não influenciou muito na nossa renda, mas ajuda. Demora para entrar esse recurso, mas quando ele vem é tão bom. Já tem tanta conta esperando por ele (assentado Ape, em Eldorado, representante da APAFES).”

Entretanto, é possível inferir que existe diferença de significância. Em Viamão, para os sócios da Cooperativa o PNAE parece ter maior relevância ou importância na renda das famílias. Isto não surpreende já que esta Cooperativa estabeleceu relação com várias Escolas extrapolando, inclusive, a área do seu próprio Município. Em Eldorado, por sua vez, a Associação atinge Escolas, apenas, do próprio Município e entrega hortaliças. A cooperativa de Viamão comercializa uma gama maior de produtos, pois além de hortaliças ela entrega: aipim, pães, bolachas, cucas e o arroz orgânico. Esta Cooperativa de Viamão consegue agregar valor há alguns produtos que comercializa e a agroindústria de mínimos processados, para trabalhar com seleta ou quite sopa, não está totalmente pronta, mas está em curso. Neste ponto, agroindustrialização e agregação de valor, a Cooperativa está mais adiantada do que a Associação em Eldorado. A Associação tem buscado a agroindustrialização, mas alguns acontecimentos frustraram as expectativas.

A Associação não possui padaria e a agroindústria de mínimos processados poderia ter saído do papel, mas infelizmente não saiu. Os assentados em Eldorado que entregam produtos para a COOTAP também citam que o PNAE interfere menos na renda do que o PAA e citam também que existe maior adesão ao PAA do que ao PNAE.

No que tange a assistência técnica, a EMATER presta apoio à efetivação do PNAE e adesão dos assentados de reforma agrária ao Programa. Relatos oriundos

de assentados de ambas as partes (Viamão e Eldorado) mostram que ela faz um elo importante ou “ponte” informando e trazendo as chamadas públicas para o conhecimento dos assentados. É um fato curioso já que a COPTec Ltda. é a atual prestadora de serviços (contratada pelo INCRA de acordo com o Programa de ATES) que atua com assistência técnica nesses dois assentamentos. Uma das metas previstas, dentro deste trabalho de assistência, é a inserção dos assentados às Políticas Sociais Públicas. Sendo assim, esse trabalho de apoio – mencionado anteriormente - deveria ser feito pela prestadora contratada, ou seja, ela deveria exercer este papel que está sendo exercido pela EMATER. No assentamento *Integração Gaúcha*, em Eldorado do Sul, uma das falas cita que houve diálogo e acordo entre COPTec Ltda. e EMATER para que não houvesse sobreposição de tarefas e atritos entre estas duas entidades que costumam trabalhar com assistência em assentamentos.

“A Prefeitura ajudou a manter um escritório da EMATER no Município e eles têm ajudado aqui no Assentamento quando o assunto é PNAE. Eles, da EMATER, informam, trazem as chamadas públicas, enfim, eles realmente nos dão apoio. A equipe da COPTec Ltda. fica mais com o PAA. Eles, COPTec e EMATER, conversaram e conseguiram chegar num meio termo (assentado Ape, representante da Associação em Eldorado).”

Todavia, em Viamão os assentados não falaram sobre essa questão da mesma forma. O fato é que não citaram a existência de diálogo entre COPTec e EMATER ou acordo entre as duas. A própria equipe técnica da COPTec em Viamão entende que deveria se envolver mais com o PNAE. É possível pensar que esteja havendo uma atuação da EMATER no assentamento de Viamão sem a plena ciência ou até mesmo a conformidade da equipe da COPTec. Um dos fatores que pode ajudar a compreender esta situação é o tempo de trabalho desta equipe da COPTec, pois o mesmo é breve (não chega sequer a dois anos completos). Ocorre que a chamada pública emitida pelo INCRA, para o assentamento de Viamão, para a contratação do trabalho de ATES, aconteceu no segundo semestre de 2012. Então, muito provavelmente, a equipe técnica ligada a COPTec (prestadora vencedora da licitação) deve ter iniciado o seu trabalho somente em 2013. Sendo assim, é normal que esta equipe precise de tempo para conhecer o assentamento, compreender a melhor forma de operar com os sistemas de controle e fiscalização - inerentes ao trabalho de ATES e conhecer políticas úteis para a promoção de desenvolvimento neste assentamento. Além disso, vale mencionar que o assentamento *Filhos de Sepé* em Viamão é amplo, possui elevado número de famílias assentadas e possui características próprias que tornam o trabalho de assistência técnica complexo.

Percebe-se que com o Programa em curso ou num estágio pós-adesão dos assentados algumas questões permaneceram. A dificuldade em termos de estrutura e logística em Viamão permaneceram, ao passo que em Eldorado ocorreu o contrário nos mesmos pontos (transporte e definição de pontos de entrega), pois houve evolução. Para algumas Escolas em Eldorado a deficiência estrutural (cozinha, refeitório, merendeiras) permanece, principalmente nas Escolas Estaduais, o que acaba trazendo como consequência sinais esdrúxulos como professores tendo que servir a merenda.

Com o Programa em andamento surgiu um novo entrave, que é comum a ambas localidades, que é a dificuldade em termos de mão-de-obra. Se esta questão não for superada é de se esperar que ambas organizações fiquem estagnadas aonde estão.

“A questão da mão-de-obra para nós já está limitando (assentada A2v, sócia da Cooperativa em Viamão).”

“Antes tinha mão-de-obra sobrando e a dificuldade era achar os mercados, agora o mercado ta aí, não é difícil, mas tá difícil achar a mão-de-obra. Na minha visão, inverteu as coisa. Tu não consegue achar um peão que te ajude (assentado A1e, sócio da COOTAP).”

A agroindustrialização segue sendo uma meta para a Associação em Eldorado, pois ainda não há estrutura pronta ou prevista para processar hortaliças, elaborar molhos, sucos de frutas ou até mesmo fabricar pães e isso frea o seu desenvolvimento. A realidade da COOTAP é distinta, pois a mesma possui estrutura para agregar valor em alguns produtos que ela adquire dos assentados. Em geral, a COOTAP trabalha acolhendo e agregando valor a produtos de baixa perecibilidade, como: arroz, milho, feijão. Há uma exceção a essa regra, que é o leite, pois esse é um produto altamente perecível, entretanto a COOTAP usa esse produto para transformá-lo em leite em pó.

Aqueles produtos que apresentam maior perecibilidade como frutas e hortaliças, são entregues numa relação direta envolvendo assentados, Prefeituras e Escolas, ou seja, não passam pela COOTAP. Porém, apesar destes produtos mais perecíveis não passarem pela COOTAP, alguns deles acabam passando sim por outras Associações ou diferentes Cooperativas. Em suma, a COOTAP acolhe produtos de baixa perecibilidade e agrega valor aos mesmos vendendo-os para diversas Escolas, inclusive para Escolas bem distantes da sua região. Em relação aos produtos de maior perecibilidade, parte deles são comercializados de forma direta através de grupos informais e parte deles passam por outras Associações formais de assentados.

“A COOTAP vai buscando os mercados seja na região ou fora. A Cooperativa comercializa, inclusive com Escolas de outros Estados como o de São Paulo, por exemplo. Os produtos menos perecíveis a gente acolhe, como o arroz, o milho, o feijão; já os alimentos mais perecíveis acabam sendo comercializados de uma forma mais direta entre os assentados, Prefeituras e Escolas (dirigente do Movimento ligado a COOTAP).”

Em Viamão, por exemplo, há grupos informais que estão entregando alimentos para Escolas Estaduais, estabelecendo essa relação tida como mais direta. No entanto, no mesmo local e no mesmo assentamento, existe a COPERAV (Cooperativa de Produtores Orgânicos da reforma Agrária de Viamão) que é formalizada e trabalha com produtos mais e menos perecíveis, dentro da lógica já apresentada, (arroz orgânico, pães, bolachas, aipim e hortaliças). Na COPERAV o processo de agroindustrialização está avançado na comparação com a Associação em Eldorado, pois existe a padaria e a agroindústria de mínimos processados está para ser efetivada, porque o projeto já existe.

Em Viamão a COPERAV conseguiu estabelecer uma liquidez tida como normal dentro das relações de trabalho, ou seja, a cooperativa consegue pagar seus sócios mensalmente. A cooperativa só comercializa por causa das duas Políticas de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, que são: PAA e PNAE. Sendo assim, fica difícil afirmar que essa liquidez e esse patamar alcançado (em termos materiais) foi atingido, graças a uma ou outra Política, pois esta cooperativa aproveita as duas, ao mesmo tempo, estabelecendo relação com diversas Escolas e tudo isso, evidentemente, gera as sobras que viabilizam as suas conquistas. Atualmente a cooperativa conta com 131 sócios, ou seja, aproximadamente 34% do total de famílias registradas no assentamento *Filhos de Sepé*.

A Associação (APAFES) em Eldorado opera basicamente com dois mercados: feiras livres e PNAE. Neste caso específico, a liquidez mais adequada é conseguida graças as feiras, porque os pagamentos efetuados via Prefeitura (em função do PNAE) proporcionam liquidez baixa. Ocorre que a gestão municipal faz duas chamadas públicas por ano, então, são realizados apenas de três a quatro pagamentos.

“Era para fazer três chamadas, mas agora só estão fazendo duas. Cada chamada produz uma nota e cada nota gera dois pagamentos. Os pagamentos atrasam e é bem difícil esperar por isso. Nós já ficamos até sete meses sem receber! Tem também a burocracia, porque o valor já está definido faz tempo e o pagamento demora demais para acontecer”. “A gente poderia ter conseguido a agroindústria aqui. Só que a Prefeitura perdeu uma emenda parlamentar e aí nada aconteceu. Era algo muito importante para nós (assentado Ape, representante da Associação APAFES em Eldorado).”

É possível perceber que vários fatores estão limitando o desenvolvimento dessa Associação em Eldorado. A ausência de agroindústria, a pequena quantidade comprada pela Prefeitura, a dificuldade das Escolas Estaduais da região para entrar no Programa, a baixa liquidez nos pagamentos, a dificuldade na mão-de-obra e a dificuldade de investir na produção.

“Se a Prefeitura quisesse comprar mais a gente teria condições de produzir mais. Nós não estamos podendo ampliar o número de famílias se não fica pouca renda para cada uma. Outra coisa difícil é investir na produção, porque não se consegue financiar um sistema de irrigação. Tu precisa baixar quarenta folhas de documentos mais negativas para poder pegar uma quantia pequena de dinheiro! Até carta do exército os bancos estão pedindo! (assentado Ape, representante da Associação de Eldorado).”

Outro assentado acaba ratificando essa questão da dificuldade junto aos bancos. De fato as agências possuem certa autonomia para decidir sobre a concessão de crédito para produtores. Isso fica evidenciado quando se visualiza a realidade concreta em alguns assentados em diferentes locais. Assentados com condições materiais semelhantes, dependendo do lugar e da agência podem conseguir crédito ou não. Realmente é difícil entender o critério e a lógica das agências em alguns casos.

“Esse pessoal (assentados) de Nova Santa Rita é trabalhador, não é? (fala de uma gerente de projetos de financiamento de uma agência do Banco do Brasil S/A em Canoas – RS).”

Essa manifestação mostra, mais uma vez, o preconceito que leva ao receio em relação a concessão de crédito para os assentados. Foi, na realidade, uma pergunta direcionada diretamente para um integrante da equipe técnica que prestava assistência a um conjunto de assentamentos da região Metropolitana. Ao invés de se ater a critérios objetivos a funcionária do banco acabou usando a subjetividade tentando colher opiniões de pessoas que vivenciam a realidade dos assentamentos. Nesse caso, se o número de opiniões favoráveis fosse elevado, talvez, o crédito pudesse ser concedido para aquele grupo de assentados interessados.

Ainda sobre a questão financeira, aparece – numa das falas – a crítica sobre um limite intrínseco ao Programa. Porém, com uma análise mais apurada percebe-se que é algo que vai além da questão financeira, pois se relaciona, também, com informação ou desinformação. Nesse sentido, há a menção de que o valor máximo que pode ser pago por DAP por ano seria baixo e que isso acabava se consituindo em mais uma importante limitação.

“O valor máximo por DAP por ano é muito baixo. Esse seria mais um ponto que acaba limitando muito. O valor é R\$ 9.000,00 / DAP / Ano e as vezes se produz bem mais do que isso (assentado Apv, representante da COPERAV).”

Esta fala mostra que o atual representante da Cooperativa entende que esse valor limite restringe o crescimento da organização e que, em alguns casos, este valor acaba sendo inadequado a realidade do produtor, porque alguns produtores produzem bem mais do que isso. O que chama a atenção nesta manifestação é que este valor limite já foi modificado pelo Governo Federal há mais de um ano e esta informação está disponível no web site do FNDE. O limite atualmente é de R\$ 20.000,00 / DAP / Ano (Coordenação Geral do PNAE, Manual para a Agricultura Familiar, FNDE, 2013).

Sobre a participação dos diferentes atores ou organizações que acabam se envolvendo com o processo de concretização do Programa, é correto citar a participação do INCRA. Além de Escolas, gestões municipais, prestadoras de serviço de assistência técnica (COPTec, EMATER) e Cooperativas (COPERAV, COOTAP), o INCRA realmente acabou tendo influência no processo.

“Tem um recurso que vem do INCRA e ele vai para a mulher. É específico para a mulher, é só delas. O valor não é alto, mas esse recurso está possibilitando alguns investimentos na produção. As companheiras têm investido na produção de hortaliças e em pomares e isso está indo para o PAA e merenda escolar (assentado A1e, sócio da COOTAP em Eldorado).”

“Elas estão comprando sombrite, mudas e coisas que ajudam na produção e isso tá fazendo diferença e vai para essas políticas (assentado A2e, sócio da COOTAP em Eldorado).”

“A gente ficou no aguardo, porque não tinha como ser diferente. Não dependia da gente. Era algo que cabia ao INCRA fazer, só que o tempo passou e não aconteceu. O INCRA ia nos ajudar com a agroindústria, que iria ser utilizada para a seleta, para as morangas e a ideia era entrar com esses produtos nas Escolas. São produtos pouco processados, porque é só cortar, descascar e embalar, mas, mesmo assim, precisa de estrutura para fazer isso. A gente esperou, mas não saiu a tempo (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

Percebe-se claramente que o INCRA está assumindo o papel de facilitador de desenvolvimento trazendo recursos e buscando a construção de estruturas capazes de potencializar ainda mais a produção existente nos Assentamentos. Realizou-se a coleta de dados à campo, com o grupo focal como técnica, primeiramente em Viamão e depois em Eldorado do Sul. Em Viamão os assentados não citaram a transferência desse recurso específico para as mulheres realizado pelo INCRA. Estes assentados (Viamão) citaram o projeto de agroindústria de mínimos processados, que está em curso e que depende de algumas ações do INCRA. Entretanto, não se pode dizer que no Assentamento de Viamão não existe este recurso específico para a mulher que vem do INCRA, ou seja, não se pode afirmar que o INCRA não faz em Viamão o mesmo que faz em Eldorado, pois é possível dizer apenas que os assentados de

Viamão não citaram a existência desse recurso.

“Na verdade o prédio da agroindústria tinha uma programação para ficar pronto e isso era uma coisa que não dependia só da gente, porque dependia também do INCRA (liberação da verba, definição da empresa que iria trabalhar, etc.). Infelizmente não ficou pronto a tempo da gente poder comercializar a seleta que é um dos nossos projetos. A gente sabe que as Escolas aceitam, mas elas querem o produto cortado, limpo e descascado. Nós tínhamos uma produção de morangas, vários assentados se envolveram, mas a estrutura não saiu dentro do tempo que se imaginava (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

Um problema real é que o INCRA, infelizmente, têm sido contraditório nas suas ações na medida em que acaba gerando expectativas nos assentados e não consegue cumprir com grande parte daquilo que acaba gerando. Durante alguns anos de experiência profissional em assistência técnica, em alguns assentamentos do Rio Grande do Sul, foi possível perceber que o INCRA faz exatamente isso: gera expectativas por causa de determinados projetos. Entretanto, a expectativa é gerada sem que existam todas as condições necessárias para a execução das projeções. Durante este trabalho de assistência técnica foi importante notar que o uso de determinadas expressões podem até confundir assentados e equipes de assistência técnica, pois os termos previsão e provisão de recursos são expressões utilizadas por profissionais deste Instituto (INCRA) e essas expressões possuem significados bem distintos para a Instituição.

Sobre os impactos provocados pelo Programa, a afirmação de que houve aumento significativo na produção de hortaliças é unânime, pois em todos os grupos focais formados isso apareceu, tanto de forma qualitativa como de forma quantitativa.

“Nós tínhamos aqui no Assentamento um número pequeno de hortas comerciais e depois do programa aumentou bastante (assentado Apv, representante da Cooperativa em Viamão).”

“As hortas comerciais aqui no Assentamento aumentaram não só em número como em área plantada. A gente já percebeu o crescimento na área plantada (representante da equipe técnica, Tcv, atuante no Assentamento Filhos de Sepé em Viamão).”

“Trabalhar com esses produtos de horta e entregar para Escolas, ao natural, é meio complicado, porque nem sempre eles aceitam (assentado Apv, representante da COPERAV).”

Cabe ressaltar que esse desenvolvimento na produção de hortaliças no assentamento de Viamão pode ser freado devido a postura das Escolas na região no sentido de só aceitar produtos processados. Para que estes produtos de horta possam ser processados e vendidos, é necessário que exista estrutura adequada para a realização deste trabalho, mesmo que o nível de processamento seja simples (mínimo processamento dos produtos para a elaboração de seleta e quite sopa), pois sem esta estrutura a vigilância sanitária não permite a comercialização de produtos

deste tipo. Por isso é importante que o projeto de agroindústria em Viamão de fato saia do papel e aconteça concretamente, pois será mais uma estrutura promotora de desenvolvimento da produção dentro deste Assentamento. O mesmo pode ser dito sobre a importância da agroindústria em Eldorado.

Em Viamão detectou-se um crescimento na busca pela constituição de padarias dentro do Assentamento. Na realidade o trabalho com produção e venda de pães e demais derivados de farinha vem, dentro do Assentamento de Viamão, antes mesmo do trabalho que está sendo desenvolvido atualmente pela COPERAV dentro desta mesma linha produtiva. Algumas assentadas que atualmente estão vinculadas a COPERAV trabalhando exatamente com a produção de pães, bolachas e cucas, falaram sobre as experiências anteriores junto a grupos de mulheres.

“Esse trabalho com padaria já aconteceu antes mesmo da nossa Cooperativa montar a sua própria padaria e entregar para as Escolas. Nós tivemos aqui, no passado, grupos de mulheres que se interessaram e começaram a entregar para algumas Escolas. A gente percebeu a mesma coisa. Nós tivemos que trazer a diretora da Escola aqui para que ela acreditasse que a gente tinha condições de entregar e cumprir com os compromissos (assentada Av2, sócia da Cooperativa em Viamão).”

O fato da COPERAV obter relativo sucesso pode ter induzido outros assentados a se organizarem em grupos seguindo linhas produtivas que já deram bons resultados. Trata-se de uma potencialidade previsível, difícil de quantificar e prever que resultados isso pode gerar. É possível que impactos positivos ligados a renda, distribuição da mesma e produção acabem sendo agudizados. Ocorre que um grupo informal de assentados, formado recentemente, está formando a sua padaria para poder comercializar com algumas Escolas Estaduais da região. Realmente Escolas não faltam na região metropolitana.

“Tem um grupo aqui no setor D que é o da Reni* e do Joel*. Parece que eles já conseguiram financiamento e um carro para a padaria, mas a padaria não está totalmente pronta ainda. Eles querem entregar para as Escolas também. As mulheres do grupo deles já estão com o carro e produzindo. Estão fazendo um pouco de dinheiro antes de ter a padaria. Tem outros assentados com eles, mas eu não sei o nome de todos. Eles têm produção de hortaliça também (assentada no setor D do Assentamento Filhos de Sepé - Viamão). (*nomes fictícios).”

“A minha esposa trabalha em Escola Pública. Então ela sabe como é que funciona. Ela está vendo essa possibilidade da Escola em que ela trabalha comprar do nosso grupo. Atualmente duas famílias já estão comercializando, mas para o ano que vem o nosso grupo vai crescer. Vão ser dez famílias no próximo ano (*Joel, assentado no setor D, Assentamento Filhos de Sepé em Viamão – RS).”

Este grupo informal, localizado no setor D do Assentamento, é composto de diversas famílias assentadas, mas apenas duas delas estão – atualmente – comercializando com Escolas em função do PNAE. Contudo, assentados que integram este grupo afirmam que mais dez famílias (a partir de 2015) passarão a

aderir ao Programa entregando produtos para Escolas Estaduais. Sendo assim, até 2014, em Viamão existem dois grupos informais (localizados no setor C e D do Assentamento) mais a COPERAV.

Nesse sentido, vale ressaltar que no assentamento *Filhos de Sepé*, formou-se outro grupo interessado no programa e este estava localizado o setor C do assentamento. Ocorreu que o grupo não conseguiu constituir legalmente a cooperativa que pretendia criar e, por essa razão, ficou restrito a entregas em Escolas Estaduais, mais as feiras – livres, ou seja, apesar desta intencionalidade frustrada, o grupo se manteve e buscou alternativas de comercialização. Considerando os dois grupos informais existentes em Viamão, ambos entregam pães e hortaliças para as Escolas Estaduais da região e um deles trabalha com feiras-livres.

A COPERAV possui 131 sócios e os dois grupos informais apresentam 2 famílias cada entregando produção para Escolas. Então, temos 135 famílias ao todo, no assentamento de Viamão, envolvidas com o PNAE. De um total de 376 famílias registradas pelo INCRA, 36% das mesmas aderiram ao PNAE no assentamento *Filhos de Sepé*.

No assentamento *Integração Gaúcha*, em Eldorado do Sul, 14 famílias entregam produtos para a COOTAP, seis estão num grupo informal e entregam para algumas escolas diretamente, ou sem intermediários e cinco famílias fazem parte da Associação de assentados. Sendo assim, em Eldorado, no assentamento *Integração Gaúcha*, temos 25 famílias ao todo que aderiram ao PNAE de um total de 69 famílias atualmente registradas pelo INCRA (36% de adesão das famílias, como acontece também em Viamão).

Estes dados mostram que pouco mais de um terço das famílias assentadas, em cada Assentamento pesquisado, aderiram ao PNAE. Sem a constituição formal de cooperativas e Associações este número provavelmente seria menor, pois para conseguir comercializar produtos com Escolas Municipais as Prefeituras têm exigido a apresentação de CNPJ. Essa exigência foi citada diversas vezes, em diferentes momentos, pelos assentados nos dois locais pesquisados.

“Para poder entregar produtos para as Escolas do Município a Prefeitura exige CNPJ do grupo. Aqui é assim. (assentado Apv, representante da Cooperav em Viamão).”

“Aqui a Prefeitura cobra CNPJ para poder fazer os contratos. Sem CNPJ tu não entrega para as Escolas Municipais (Ape – representante – APAFES Eldorado).”

O que chama a atenção é o significativo número de assentados que pensam que apresentar grupo formalizado, com CNPJ, é uma obrigatoriedade, porque as

Prefeituras estabelecem isso. Trata-se de um equívoco, pois nenhuma gestão Municipal pode excluir grupos de produtores familiares porque os mesmos não estão organizados formalmente, ou seja, a formação de Cooperativas, Associações, entre outras organizações, não é uma obrigatoriedade para poder aderir ao Programa, a não ser que o volume total de recursos repassados exceda determinado limite. Além disso, de acordo com os critérios de seleção, produtores familiares locais e assentados de reforma agrária possuem prioridade. Estas considerações colocam a Prefeitura de Viamão numa situação de inconformidade.

“Após o recebimento e habilitação das propostas de venda, a Entidade Executora deverá observar a seguinte ordem de prioridade para seleção dos projetos: 1) Fornecedores locais do município, 2) Assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável local e da inclusão social e produtiva rural, o PNAE prioriza, em segundo lugar, a seleção de projetos de venda oriundos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas. [...] (Manual para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar, FNDE, 2014).”

“Os agricultores familiares podem participar como fornecedores da alimentação escolar nas seguintes condições: Grupos formais: detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP jurídica) – cooperativas e associações de agricultores familiares devidamente formalizadas. Grupos informais: grupos de agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física), que se articulam para apresentar o projeto de venda. Fornecedores individuais: agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física) (Manual para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar, FNDE, 2014).”

Ainda sobre o impacto na produção, foi possível perceber uma alteração na dinâmica do trabalho realizado pelos assentados no sentido de que é unânime a afirmação de que o trabalho fora do assentamento diminuiu. Essa diminuição deriva de um movimento de fixação de trabalho dentro dos assentamentos, ou seja, as alternativas de trabalho e renda impulsionadas pelas Políticas Sociais Públicas na área de aquisição de alimentos (entre elas o PNAE) fizeram com que assentados optassem pelo trabalho dentro do assentamento ao invés do trabalho fora do assentamento. Tanto assentados como integrantes da assistência técnica afirmam que perceberam isso. É, sem dúvida alguma, uma notícia auspiciosa para quem “batalha” pelo desenvolvimento da reforma agrária.

“Tem mais pessoas se voltando para o trabalho dentro do Assentamento, porque tem as possibilidades. Antes tinha muita gente trabalhando fora e depois dessas Políticas o pessoal começou a mudar (assentado Apv, representante da COPERAV em Viamão).”

“Alguns começaram a pensar mais, porque o trabalho fora pode ser ruim, daí o trabalho aqui dentro pode ser mais vantajoso, porque a pessoa se deslocar menos, pode ficar mais perto dos filhos. (assentada A1v, sócia da COPERAV).”

“Várias mulheres deixaram de trabalhar fora para ficar trabalhando aqui (assentada, A2v, sócia da COPERAV).”

Em Eldorado do Sul a contribuição do representante da Associação de assentados trouxe outra consequência, que seria a intensificação da produção nos assentamentos do Município.

“Nessas culturas que eles já plantavam antes (milho, feijão, as abóboras, aipim, etc.) houve aumento de produção por causa dessas Políticas (PAA / PNAE) e aqui no nosso Assentamento cresceu o que é adequado a nossa condição (várzea), as hortaliças (assentado, Ape, representante da Associação em Eldorado).”

Vale retornar a questão do impacto provocado na renda das famílias assentadas para acrescentar mais informações que colaboram com um entendimento maior ou mais aprofundado sobre esse ponto.

“[...] está ajudando as companheiras a pagar pequenas contas, como água, luz, contas no mercadinho, etc. Antes, a área ao redor da casa estava mais “largada”, agora não, porque ela está mais produtiva e isso se deve ao trabalho das mulheres. Antes os homens ficavam nas áreas de lavoura envolvidos com o arroz e as mulheres trabalhavam fora do assentamento. Agora muitas voltaram para o Assentamento. Elas estão investindo em hortas, pomares e isso tudo tem a ver com essas políticas aí (assentado em Eldorado, A1e, sócio da COOTAP).”

“[...] esse recurso do INCRA não é muito, mas ajuda elas a investir. Elas estão investindo nas hortas, comprando sombrites, mudas de frutíferas, porque elas sabem que podem vender a produção (assentado em Eldorado, A1e, sócio da COOTAP).”

Pra nós aqui o PNAE não influencia tanto. Pra nós da Associação é mais as feiras e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (assentado Ape, representante da APAFES, Eldorado).

Contudo, é interessante perceber que em Viamão, no assentamento *Filhos de Sepé*, o impacto provocado na renda é distinto. As razões que auxiliam no entendimento desta realidade são distintas, mas o certo é que não se pode dizer que é apenas uma questão estrutural da cooperativa e das relações comerciais que esta conseguiu estabelecer. Ocorre que a cooperativa em Viamão abrange uma gama de municípios e Viamão possui um número muito superior de Escolas na comparação com Eldorado. Soma-se a isso, o fato da COPERAV possuir padaria equipada com equipamentos para produção comercial, mais a produção de mandioca que – de fato – está sendo comercializada. Diferentemente da COPERAV a Associação de assentados em Eldorado (APAFES) possui 26 sócios (ao todo, envolvendo quatro assentamentos), produz hortaliças, frutas e mel e fica restrita a Escolas do seu próprio município.

Considerando o número de sócios da COPERAV (131), mais as suas opções – Escolas de Viamão e demais municípios supracitados, conclui-se que é um conjunto de fatores, somados, que faz com que a cooperativa tenha maior entrada de recursos do que na Associação em função da merenda escolar. A COOTAP é um caso

diferenciado, pois esta cooperativa recolhe produção de diversos assentamentos da região metropolitana, extrapolando bastante o *locus* definido na pesquisa em termos de comercialização. É uma cooperativa que conta com a participação de dirigentes do MST e que comercializa produtos até para o Estado de São Paulo. Entretanto, a mesma surge como mais uma opção de escoamento da produção gerada pelos assentados e – de fato - envolve o assentamento *Integração Gaúcha* (14 famílias ao todo).

“Aqui a questão da renda mudou sim. Eu diria que mudou a nossa condição social. Antes a gente trabalhava, mas não conseguia investir na produção e hoje a gente pode fazer isso. Hoje a gente consegue fazer coisas que antes não dava, como passear, comer coisas diferentes, renovar coisas de casa. Comprar um colchão novo, um aparelho (assentado em Viamão, Apv, representante da Cooperativa).”

“No arroz, antes, ganhava só quando colhia e tinha que vender antecipado. Agora quem trabalha na Cooperativa pode armazenar o arroz e ir vendendo aos poucos para as Escolas. Se consegue ter um ganho mais parcelado. Dá para dizer que é mensal hoje (assentado em Viamão, Apv, representante da Cooperativa).”

“A gente aqui recebe por mês. Tem um adiantamento, da sobra e depois é mensal, não é Apv? (assentada em Viamão, sócia da Cooperativa).”

Utilizando os dados qualitativos (todos) relacionados ao impacto na renda, em função do PNAE, pode-se dizer que para as famílias em Viamão o impacto foi maior. Sendo assim, o impacto do Programa na renda das famílias assentadas, ligadas a COPERAV, é maior do que o impacto nas famílias assentadas em Eldorado (ligadas a Associação e ligadas a COOTAP).

Sobre a contribuição dos integrantes das equipes de assistência técnica vele mencionar que a equipe técnica de Eldorado do Sul não participou da pesquisa. De acordo com o seu representante ou coordenador é difícil reunir todos os integrantes por causa da dinâmica de trabalho estabelecida pela própria equipe. Realmente esta equipe é responsável pela assistência a diversos assentamentos da região e estes são separados por distâncias consideráveis. Talvez separar os integrantes das equipes nos diferentes locais ou pontos e reuni-los, periodicamente, de forma bem espessada, seja a dinâmica mais conveniente ou econômica. Por já ter realizado este tipo de trabalho e por ter vivenciado realidades distintas, o pesquisador pôde compreender que é plausível pensar que a equipe de Eldorado teria de fato maiores dificuldades para agregar todos os seus integrantes para poder participar do Grupo Focal (técnica de coleta utilizada). A equipe técnica de Viamão, por sua vez, participou da pesquisa e esta atende apenas o assentamento *Filhos de Sepé* em Viamão. Esta diferença se deve ao conteúdo das chamadas públicas emitidas pelo INCRA. Porém, o que se deve destacar, é que isso traz, para a equipe de Viamão, a

possibilidade de se reunir (agregando todos os integrantes) com periodicidade mais curta. Sendo assim, para equipe de Viamão, era mais fácil agregar seus membros para poder participar da pesquisa, levando em conta a técnica que seria empregada pelo pesquisador.

A equipe de assistência técnica de Viamão colaborou com alguns pontos de pauta ou eixos temáticos, mas não com todos, pois não conseguiu desenvolver debate sobre alguns. Também é interessante frisar, neste caso, que a equipe técnica assumiu recentemente, ou seja, o resultado da chamada pública saiu no segundo semestre de 2012 e o trabalho propriamente dito iniciou depois disso. Sendo assim, essa equipe sequer possui dois anos de trabalhos efetivamente completados junto aos assentados no momento em que houve a coleta de dados. Então, pontos como relação “assentados / escolas”, relação “assentados / Cooperativas ou Associações” e os possíveis impactos acabaram gerando pouco debate e isso acarretou em menor quantidade de dados para o pesquisador. No entanto, o fato de existir na equipe um integrante mais experiente neste tipo de trabalho, que conhece mais o assentamento *Filhos de Sepé* (até por já ter trabalhado neste anteriormente), propiciou a coleta de algumas informações.

“A equipe vai ter um pouco de dificuldade de colaborar contigo, porque nós não temos muito tempo de trabalho dentro do Assentamento. A não ser a T1v que já trabalhou aqui antes (coordenadora da equipe de assistência, Tcv, em Viamão).”

Algumas falas coincidiram com as dos assentados e outras acabaram tendo um caráter complementar. Sobre o momento inicial de adesão ao Programa:

“Começou em 2010 e a COPERAV foi mais rápida que os outros. Em 4 meses tudo já estava resolvido para eles. A Cooperlivre acabou não se constituindo formalmente, mas conseguiram manter um grupo de assentados unidos e estão comercializando com Escolas (técnica T1v da equipe COPTec em Viamão).”

“Faltava para eles mais informação sobre a Política (técnica T1v da equipe COPTec em Viamão).”

A Cooperlivre era para ser mais uma Cooperativa dentro do Assentamento, mas a mesma acabou não se constituindo formalmente e um dos problemas apontados foi a carência de DAP's. Porém, houve aglutinação de pessoas e isso trouxe como decorrência a formação de um grupo informal. Este grupo se localizava no setor C do Assentamento e o mesmo começou a comercializar com algumas Escolas, ou seja, a adesão ao Programa aconteceu. De acordo com relatos de integrantes deste grupo, a comercialização com Escolas Municipais de Viamão chegou a acontecer, mas houve mudança na gestão Municipal e esta mudança alterou este cenário. O grupo também foi passando por alterações, assim como as relações comerciais que foram estabelecidas.

“No setor C o grupo se formou, apesar da Cooperativa não ter sido formalizada; e eles começaram com algumas Escolas e com feiras-livres (integrante da equipe, T1v, em Viamão).”

“Agora no setor C as feiras-livres é que proporcionam maior renda do que a comercialização com Escolas. A fonte principal de renda são as feiras lá e não as Escolas (coordenadora da equipe, Tcv, em Viamão).”

“É, hoje a principal fonte de renda são as feiras e nas feiras eu não estou sozinho, porque tem mais gente daqui comigo. A Escola ajuda e eu acho que aqui nesse setor, só eu estou entregando para Escolas e entrego para uma só. A relação com a Escola tem sido muito boa e eu não posso me queixar de nada (assentado do setor C em Viamão).”

Atualmente apenas um assentado do setor C do Assentamento em Viamão comercializa alimentos com uma Escola Estadual. Porém, a renda deste produtor é composta pela comercialização em diferentes pontos de feiras-livres, mais a venda para esta Escola, corroborando com o que foi citado no item 4.2 (Entraves e Potencialidades, p. 35).

[...] Outra consideração para este tipo de análise é o fato de a política procurar consolidar um trabalho, uma atividade produtiva que pode colaborar com a autonomia ou com a independência dos sujeitos incluídos. Vale mencionar que qualquer agricultor familiar incluso no programa não é obrigado a comercializar exclusivamente para o PNAE a totalidade da sua produção, pois ele possui liberdade para buscar outros mercados se assim desejar e conseguir (Manual de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar, FNDE, 2014).

Em função destes canais de comercialização este produtor também recolhe a produção de outro assentado, só que este outro está localizado em outro setor do Assentamento.

Neste período inicial houve menor adesão ao PNAE do que no PAA, pois este segundo Programa seria mais acessível.

“Pela COOTAP e pelos dirigentes do Movimento veio a recomendação de que os assentados deveriam iniciar com o PAA, porque ele seria mais simples e acessível. Depois que os assentados estivessem mais estruturados, aí sim deveriam partir para o PNAE (coordenadora da equipe de assistência, Tcv, em Viamão).”

Não houve apreciação dos técnicos para tentar expressar o porquê desta maior acessibilidade em um Programa. De acordo com alguns assentados que aderiram ao PNAE, as Escolas realizam pedidos grandes em quantidade e, dessa forma, é necessário ter capacidade produtiva para poder consolidar a relação.

“No PAA dá para trabalhar com quantidades pequenas, mas no PNAE não porque as Escolas precisam de uma certa quantidade de produtos, então, os pedidos que vem das Escolas são grandes e nem todos podem dar conta disso (assentado em Viamão, setor D, Assentamento Filhos de Sepé).”

Sobre a alteração na dinâmica de trabalho dentro do Assentamento a manifestação dos técnicos acabou corroborando com a dos assentados.

“Alguns assentados que trabalhavam fora do Assentamento mudaram e estão agora trabalhando aqui dentro (coordenadora de equipe, Tcv, em Viamão).”

“As padarias trouxeram o trabalho das mulheres mais para dentro do Assentamento. Algumas que trabalhavam fora, agora estão trabalhando aqui (integrante da equipe, T1v, em Viamão).”

Depois da adesão e com o Programa em curso, a questão da falta de informação sobre o PNAE persistiu, mas isso não impediu ou barrou a formação de novos grupos interessados no Programa.

“Com o Programa em andamento deu para notar que a falta de informação sobre o PNAE continuou (integrante da equipe, T1v, em Viamão).”

“Tem também o grupo do seu Juvenal*, Romeu*, do setor D que parece que está entregando para Escolas e não faz parte da Cooperav (integrante da equipe de Viamão, T3v) (*nomes fictícios).”

A equipe de assistência técnica que trabalha atualmente em Viamão não se relaciona diretamente com as Escolas, pois a equipe tem desempenhado mais um papel de auxílio aos assentados e suas organizações para que eles aproveitem esses Programas da melhor forma. Foi possível perceber que a COPERAV tem gerado algumas demandas para a equipe técnica, que, por sua vez, procura dar uma solução. São demandas ligadas às exigências que as Escolas têm feito na relação que estabelecem com a COPERAV.

“A questão da rotulagem dos produtos. Tem uma demanda sobre isso e eu vou ter que resolver, porque as Escolas estão exigindo (integrante da equipe, T1v, e, Viamão).”

“A equipe (COPTec) ajuda a planejar a produção e cada grupo tem o seu planejamento. A equipe vai se aproximando dos grupos na medida em que eles surgem. Com a aproximação a gente consegue visualizar o que está acontecendo e isso é importante para que a gente saiba como agir (integrante da equipe de Viamão, T5v).”

Sobre os impactos, percebe-se que os relatos são coincidentes, porém aparece um elemento novo no ponto relação Escola / assentados.

“O Programa influenciou na produção (integrante da equipe – T1v).”

“Nós vimos que houve estímulo na produção sim (integrante da equipe – T1v).”

“As hortas aumentaram em número e em área plantada (coordenadora da equipe técnica – Tcv).”

“A produção de mandioca também foi influenciada. As padarias, isso agregou as mulheres e tem mais produção (coordenadora da equipe técnica – Tcv).”

“Isso eu acho que falta e seria um trabalho para os dirigentes do Movimento fazer (integrante T2v).”

Sobre esta última fala logo acima, efetuada pelo integrante da equipe técnica T2v, a pergunta realizada pelo pesquisador e/ou moderador do debate no Grupo Focal foi: “E sobre a origem desses produtos que os alunos consomem? Tem alguém dialogando com alunos, professores, diretores, enfim, pessoas da Escola, sobre a

reforma agrária e sobre esses produtos que são produzidos nos assentamentos?”

“Isso é algo que vai além de falar só sobre a origem dos produtos. O debate nas Escolas teria que ser mais amplo, mas eu concordo com T2v, é um trabalho que está faltando sim (coordenadora da equipe de Viamão Tcv).”

Sem dúvida se a Escola conceder esse espaço ou apresentar essa abertura seria importante promover um debate amplo sobre a reforma agrária, sobre os assentamentos, sobre a produção nesses Assentamentos e também sobre o próprio MST. A Escola, antes de tudo, é um ambiente de aprendizado e este espaço precisaria ser aproveitado. Seria interessante promover a articulação entre dirigentes do Movimento, equipes técnicas e representantes das Escolas.

Em suma, pode-se dizer que apareceram inconformidades e inúmeros entraves que prejudicam o desenvolvimento da política nos assentamentos pesquisados. Na maior parte dos casos, estes entraves, para serem superados, requerem ações que devem partir do Estado, sobretudo na esfera municipal. Quanto aos aspectos positivos e potencialidades, também é possível afirmar que eles se efetivaram indo de encontro com objetivos delineados para a política.

5.3. O PRECONCEITO CONTRA OS ASSENTADOS

Preconceito: 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. Superstição, credence. 4. Suspeita, intolerância [...] (FERREIRA, 1986, p. 1380).

As contribuições dos assentados em Viamão mostraram certo preconceito na relação que se estabeleceu entre as Escolas da região e os assentados. É interessante esclarecer o sentido da palavra região utilizada nesse caso. Ocorre que a cooperativa do assentamento de Viamão ultrapassou os limites do Município e atualmente comercializa alimentos com Escolas de outras localidades, como: Alvorada, Pinhal, Palmares, Gravataí, etc. Já no caso de Eldorado as entregas realizadas pela Associação ficam restritas ao Município, ou seja, a uma área menor. Contudo, as manifestações dos assentados corroboram com a ideia de que as Escolas não imaginavam que a cooperativa teria condições de arcar com os compromissos. A ideia de incapacidade acabou sendo colada a esta cooperativa, pois a mesma é composta de assentados de reforma agrária e, de fato, este tipo de preconceito incide - na verdade - sobre os assentados. Esta é uma inferência que pode ser feita quando se analisa os discursos.

“[...] eles pensavam que a gente não conseguiria atender os pedido. Quando a gente mostrava o produto a relação começava a mudar. Quando a gente

mostrava que conseguia produzir o arroz, secar ele e embalar – com todas as informações no rótulo da embalagem – com os laudos técnicos que a Escola pedia, a relação mudava. A Escola pensava no início que a nossa agroindústria era algo tipo uma casa de chão-batido com teto de lona. Aí, quando a gente convidava os diretores, professores, alunos, nutricionistas, etc. Eles viam que nós tínhamos uma boa estrutura, melhor que muita agroindústria que existe por aí que são fechadas, porque não resistem a uma fiscalização da vigilância. Nós tivemos primeiro que provar para depois a coisa começar a andar (assentado Apv, representante da cooperativa de Viamão).”

Nos trechos: “Nós tivemos primeiro que provar para depois a coisa começar a andar” e “Quando a gente mostrava o produto a relação começava a mudar” nota-se que para os assentados foi necessário apresentar provas materiais ou concretas para que a relação econômica iniciasse. Fica a impressão de que havia a suspeita, por parte da Escola, de que os assentados não teriam condições de realizar as entregas. Provavelmente algumas reações, por parte de integrantes das Escolas, levaram os assentados a sentir que havia um prejulgamento e isso deve ter motivado essas falas. Na relação escolas – assentados em Eldorado o mesmo não foi verificado, pois estes assentados disseram que esta relação simplesmente não existe.

Eles pensavam que a gente não tinha potência pra cumprir com as entrega (assentava A2v, sócia da cooperativa, Viamão).

“A gente já viu isso acontecer antes. Nós tínhamos uma padaria dentro do Assentamento e a gente queria iniciar com os nossos produtos nas Escolas. Tivemos que trazer a diretora aqui para o Assentamento e percebemos que ela ficou surpresa (assentada A2v, sócia da Cooperativa em Viamão).”

Não tem essa relação escolas / assentados. É tudo com eles (Prefeitura e Escolas), eles definem tudo. (Ape representante da Associação em Eldorado).

A ausência de contato entre assentados e Escolas acontece em Eldorado, mas não ocorre em Viamão. Talvez por uma questão de hábito simplesmente as Escolas não ajudam a constituir um espaço de debate para estabelecer este contato. Pode ser o caso de os assentados procurarem mais as Escolas para tentar construir essa relação, que pode ser benéfica para ambos os lados. É um contato que possibilita realizar ajustes, pode proporcionar mais agilidade e troca de conhecimento entre ambas as partes.

O que as Escolas, que se relacionaram com os assentados em Viamão, parecem não ter cogitado, nestes contatos iniciais, é que o assentamento *Filhos de Sepé* possui 16 anos de “vida” e já recebeu investimentos e acompanhamento técnico durante a maior parte da sua existência. Além disso, é um assentamento no qual foram realizados inúmeros cursos de capacitação, oficinas, dias-de-campo e intercâmbios. As famílias já conhecem bem a região, ou seja, já se ambientaram. Tudo isso colaborou para a expressão da produção agrícola que lá existe (que é significativa e diversificada), organização das famílias e construção de estruturas

relacionadas a produção, que, em geral, acabam agregando valor a matéria prima produzida.

Gohn (2010) traz aspectos de fundo capazes de auxiliar na compreensão das razões pelas quais emergem certos preconceitos em relação aos assentados de reforma agrária, que são, majoritariamente, ligados ao MST.

“[...] O grande problema é que ele (integrante do Movimento) quer ser um com – terra, um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso a terra pela posse com direitos iguais aos que detêm a sua propriedade e com isso ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas pela sociedade. Por isso ele é um agente de tensão contínua – tem uma face inovadora e outra perturbadora da ordem dominante (GOHN, 2010, p.145).”

Soma-se a isso o fato da mídia – principalmente a televisiva – realizar uma cobertura banal, pobre e tendenciosa sobre o MST e sobre as ações do Movimento. Em geral, esta mídia tem ficado restrita a noticiar as ações apresentando para a opinião pública, apenas, pequenos “pedaços-recortados” da história toda. Com este “jeito-de-fazer”, não se apresenta o contexto e nem o porquê destas ações estarem sendo realizadas, ou até mesmo a versão das pessoas atuantes. Se considerarmos esta mídia, apenas, não há base de sustentação para que as pessoas possam realizar uma reflexão mais aprofundada, uma análise ou senso crítico em relação ao tema. Percebe-se que – entre a população - é comum o uso de adjetivações, como: “baderneiros”, “vagabundos”, etc. São rótulos que a sociedade acaba colocando nos integrantes do Movimento sejam eles assentados ou não. Segundo Pereira e Siqueira (2010):

Submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: “inadaptados”, “marginais”, “problematizados”, portadores de altos riscos e vulnerabilidades, os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira. Fazem parte dessa história, a tradição oligárquica e autoritária de uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias, caracterizada por sempre insuficientes recursos e serviços voltados para atender às necessidades dos segmentos das classes subalternas (PEREIRA e SIQUEIRA, 2010, p. 153 – 154).

Sobre a pobreza, de fato, integrantes do Movimento – assentados ou não – costumam ser pobres. A formação deste contingente de pessoas que acabou constituindo a “massa” do Movimento deriva de processos de exclusão intrínsecos ao modo de produção capitalista e ao modelo de produção agrícola dominante desenvolvido no País, de acordo com o que já foi desenvolvido anteriormente. Contudo, é importante não perder de vista que a pobreza:

“[...] é a expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria. A pobreza brasileira é o produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e a reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam” os pobres em seu lugar na sociedade (YAZBEK, 2010, p. 153).”

O acesso ao crédito foi algo que os assentados em Eldorado do Sul enfatizaram como um entrave importante. Segundo os mesmos está praticamente inviável conseguir financiamento nesta região, mesmo que os valores sejam pequenos. Conforme foi citado na categoria avaliação (item 8.2), as agências possuem certa autonomia para decidir sobre a concessão de crédito para os requerentes. A experiência adquirida ao longo dos anos trabalhando com assistência técnica junto aos assentados permite dizer que um mesmo assentado pode ou não ter acesso a determinada linha de crédito dependendo da agência bancária que o mesmo acessa.

“Esse pessoal (assentados) de Nova Santa Rita é trabalhador, não é? (fala de uma gerente de projetos de financiamento de uma agência do Banco do Brasil S/A em Canoas – RS).”

[...] Outra coisa difícil é investir na produção, porque não se consegue financiar um sistema de irrigação. Tu precisa baixar quarenta folhas de documentos mais um monte de negativas para poder pegar uma quantia pequena de dinheiro! Até carta do exército os bancos estão pedindo! (assentado Ape, representante da Associação de Eldorado).”

Eu acabei gastando mais de R\$ 400 correndo atrás de várias coisas que o banco pedia e no fim das contas não consegui nada; e nem era muito dinheiro que eu queria, era pouco. Quando é pros produtor grande eles liberam financiamento sem problema com valores bem maiores (assentado A1e de Eldorado ligado a COOTAP).

De acordo com o que foi citado no item anterior, percebe-se que nem sempre pessoas ligadas às agências se detêm a critérios objetivos para definir concessão de créditos para assentados. A pergunta descrita acima mostra receio imaginando que os assentados futuramente não vão pagar os empréstimos. Esta dificuldade foi trazida apenas em Eldorado e não em Viamão. Ocorre que as contribuições em Viamão mostraram que este grupo já possuía algum recurso para iniciar o trabalho. Dessa forma, é provável que os assentados em Viamão dependessem menos de crédito do que os de Eldorado. Também é possível deduzir que o crédito em Viamão tenha sido obtido conforme as necessidades.

Juliana Ribeiro (2014) coletou diversas falas de assentados que vivem no assentamento Celso Furtado, no Estado de São Paulo, para a elaboração de sua tese. De acordo com RIBEIRO (2014, p. 49): *[...] mencionamos os dizeres da assentada A1, de 37 anos, que há seis anos tornou-se assentada, tendo permanecido na condição de sem-terra durante quatro anos. Nesse contexto, ela fala sobre a representação da condição de sem-terra:*

R 01: [...] Quando a gente era sem-terra era assim complicado, porque você tinha que mora num barraco de lona ... não tinha banheiro ... você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades ... você vivia uma vida precária, vivia por ajuda de outras pessoas [...] A gente passava assim, as vezes, humilhação ... que às vezes as pessoas passavam na beira da pista e xingava a

gente ... dizia que a gente era baderneiro, né? Falava: “Vai trabalhá bocado de vagabundo, seu sem-terra”. Aí era humilhante, mais como a gente queria um pedaço de terra, né; a gente se submetia a isso tudo [...] (assentada A1).

Nos trechos: “dizia que a gente era baderneiro, né?” e “Vai trabalha bocado de vagabundo, seu sem-terra” percebe-se o olhar do outro – a sociedade organizada – que inquieta-se diante da presença dos assentados. Percebe-se a ocorrência de manifestações preconceituosas e pejorativas que acabam reservando ao sem-terra um lugar de valor menor na sociedade.

Encontra-se ainda em RIBEIRO (2014, p. 58 - 71), diversas outras falas de assentados do mesmo local. Nestas, os assentados comparam a condição de sem-terra com a condição posterior, ou seja, a de assentado. Porém, estes assentados continuam mostrando – através da sua vivência – como a sociedade os enxerga ou trata mesmo depois da conquista do lote.

R 06: As vezes em vários lugares a gente chega e o assentado é discriminado. Você vai num banco, você num tem como fazê um financiamento. Eles já num libera o financiamento pra você porque você é assentado [...] vamo supô, você não tem a garantia pra dá pra eles. A discriminação já é aí, né, porque se a gente fosse igual aos outros, se ia no banco e tinha um recurso mais fácil e a gente não tem isso. A gente que é assentado não mudô muita coisa; com o ganho da terra não mudô grande coisa não. Somos discriminados e na cidade também, na inclusão social mesmo, nós sono discriminado. Você chega num canto tem lugar que eles fala: “Tá chegando um sem-terra”. É discriminação, né? A sociedade não tem consciência da luta pela terra, eles acha que foi através de grilando as terra dos fazendeiro, mais num é assim que a gente conseguiu as terra. A gente conseguiu as terra improdutiva, o INCRA pagô e passô pra nós, o governo pagô as terra. (assentada A7)

Logo no início, no trecho “[...] em vários lugares a gente chega e o assentado é discriminado” aparece a palavra discriminado que deriva de discriminação. Em geral, a discriminação é o ato que surge depois do preconceito ou é o ato que pode consubstanciar o preconceito existente, pois o mesmo pode ser velado. No trecho “[...] em vários lugares” surge a evidência de que a assentada em questão percebeu ou sentiu a discriminação contra o assentado mais de uma vez ou diversas vezes. Pode-se dizer também que são registros na memória de A7 que foram compreendidos como atos discriminatórios contra assentados ou contra a própria assentada e estes aconteceram em diversos locais. Em “[...] porque se a gente fosse igual aos outros [...]” fica evidente que a assentada já visualiza o assentado como um indivíduo diferente dos demais, ou seja, a diferença é algo que já foi percebido e a condição de igualdade é apenas uma hipótese que não se concretiza na prática. Além disso, A7 relaciona a desigualdade com acesso a determinados bens (neste caso, o bem seria o crédito). Fica evidente que para A7 as outras pessoas também enxergam o assentado como um diferente.

R 14: Aí, um pouco é discriminado sim, porque as pessoas tenta excluí as pessoas, porque é um acampado ou já foi um sem-terra e eu acho que não é por aí. Tem gente que discrimina o outro sim. Você pode passá em qualquer lugar, nem todas as pessoas são igual. Você sabe que a gente é discriminado? Eles fala: “Ah, esse assentado aí, esse ...” É verdade que a gente é discriminado. As vezes eu chego na alta sociedade, chego onde tem um monte de gente; repartição só porque eu fui acampado; aí as pessoas exclui você daquela sociedade [...] então eu acho que não deve isso aí; é discriminação dessas pessoas (assentado A6).

Em R14 o trecho “Você sabe que a gente é discriminado?” surge, na realidade, uma pergunta feita diretamente para o pesquisador que estava coletando o dado. É mais uma demonstração de que o assentado percebe a discriminação, como A7, mas não tem certeza se o pesquisador é conhecedor desta realidade e, por essa razão, faz a pergunta. Logo após, o assentado A6 busca um exemplo com o intuito de reforçar aquilo que está querendo dizer. Isso fica evidente ao observar - “Ah, esse assentado aí, esse ...”. Percebe-se também que A6 não completou a frase e isto pode ter ocorrido por polidez ou educação no sentido de não citar uma palavra de baixo calão ou imprópria numa entrevista que faz parte de um trabalho elaborado por uma pesquisadora.

R 15: Agora mudou bastante né. Todo mundo aceita a gente, porque a gente já tem sítio e isso é uma conquista. Aquelas discriminações que tinha já não tem mais né. Ih, logo que você entra, tipo até uns dois anos ou três é sofrimento ainda, porque você num praticamente não tem nada e fica guardando só os recursos que o INCRA manda. Você sofre bastante porque você não pode trabalhá fora, você não pode trabalhá registrado, mas aí você vai trabalhá escondido [...] eu penso que as vezes o INCRA finge que não sabe. Hoje quase todo mundo aceita a gente (assentada A1).

R 11: A sociedade hoje ela vê a gente com muito respeito, diferente de antigamente [...] hoje a gente tem mais dignidade. Tem preconceito, porque as vezes se tá num lugar se divertindo, num campo de futebol se começa a brincá e as pessoas começa a te chama de sem-terra, né. [...] todas as pessoa, todas mesmo, acha que sem-terra é assim bandulero, que só gosta de destruí as coisa, de bagunça, de fazer as coisas erradas. Você tá no seu lote, no seu sítio, na sua casa, você já tem mais respeito [...] (assentado A3).

R 08: Eu tenho muito orgulho do que eu tenho hoje, porque tem muita gente que chega e fala: “Você qué vende o lote? Você qué trocá? Porque esse terreno aqui é muito bonito e muito bom, né? [...] não tenho mais vergonha de ninguém de ser assentado, mais também não falo que sou assentado pra todo mundo. Prá quê falá? O que importa também é que eu não sou mais um sem-terra também; eu tenho orgulho de mim mesmo, porque esse pedacinho de chão que tem aqui é meu [...] (assentado A3).

Percebe-se que para os assentados faz diferença a mudança de condição, ou seja, passar de sem-terra para a condição de assentado, o que é previsível. O fato de possuir um bem material (lar e terra) faz com que o mesmo se sinta melhor, não apenas por causa da melhoria nas condições de vida, mas também porque crê que será mais bem aceito pela sociedade. No entanto, os assentados que falaram em respeito, aceitação, por parte da sociedade, acabaram entrando em contradição. Na

resposta R 15, por exemplo, a assentada A1 diz no início “[...] Todo mundo aceita a gente[...]”, mas no final da sua fala ela contradiz a sua afirmação inicial, pois usa o advérbio “quase” em: “[...] Hoje quase todo mundo aceita a gente”. Fica a dúvida sobre como é de fato esta aceitação. Assim como na fala R 15, aparece também a contradição na R 11. Este assentado A3 cita que a sociedade vê o assentado com muito respeito, mas logo em seguida entra em contradição afirmando que ainda percebe preconceito incidindo sobre o assentado. Nesta resposta, R 11, o assentado A3 usa termos como: “bandulero”. Este termo sintetiza o que o mesmo diz logo depois, ou seja, um resumo do que seria um “bandulero”. Dessa forma, ambas as declarações (R15 e R11) apresentam contradições que deixam dúvidas sobre como é realmente a aceitação ou o respeito por parte da sociedade nestes locais.

Em R 6 e R 14 não surge a contradição nesse aspecto (discriminação). Ambos os discursos mostram preconceito e discriminação, independente de ter ou não a terra ou o lote. A assentada A 7, que gerou a resposta R 6, mantém a coerência, pois a mesma ofereceu outra resposta (R 17), apresentada logo abaixo:

R 17: Olha, não tem jeito. Foi sem-terra, vai ser sempre sem-terra. Então eu me vejo aceita por mim e pela minha família e já tá bom. Sabe moça, o povo fala coisa sem sabê, mas eu não ligo. Só sei que eu trabalho muito, não tenho hora não; a sociedade não sabe de mim. Tem gente que acha que a gente só aproveita do que é dos outros, mais eu sei que não é verdade, por isso pode fala mal. Sei lá, eu acho que eu até queria ser aceita, mas deixa para lá, deixa eles lá e eu aqui. Pode fala mal (assentada A 7).

Apesar de mostrar uma resposta coerente com a apresentada anteriormente em R 6, percebe-se uma contradição quando se analisa apenas R 17, pois esta assentada afirma não se importar com a aceitação da sociedade, porque para ela basta a sua e da sua família. Todavia, no final da resposta R 17, a assentada deixa escapar que não possui certeza, pois diz: “Sei lá, eu acho que eu até queria ser aceita”. A fala R 8 também apresenta contradições, pois no trecho “não tenho mais vergonha de ninguém de ser assentado” acaba sendo desconstruída logo a seguir em: “mais também não falo que sou assentado pra todo mundo. Prá quê falá?”. Além disso, percebe-se a importância dada a propriedade conquistada, o bem material (obtenção da propriedade privada) sendo responsável pela suposta eliminação da vergonha que o assentado sentia no passado. “O que importa também é que eu não sou mais um sem-terra também; eu tenho orgulho de mim mesmo, porque esse pedacinho de chão que tem aqui é meu.”

Uma das razões que conduzem à baixa auto-estima é a pouca consideração que temos de nós mesmos. O mais importante é a opinião que temos de nós próprios; apesar da nossa cultura nos ensinar a procurar a aprovação dos outros e a depender do valor que os outros atribuem a nós. [...] Também é possível desenvolver baixa auto-estima por ouvirmos frequentemente comentários depreciativos[...] (MAGALHÃES, 2007).

Oliveira e Zangelmi (2010) conseguiram detectar preconceito na relação assentados e docentes do ensino público no município de Morro Cruzeiro (MG) onde se formou um assentamento na antiga fazenda Aruega.

Assim, tinham medo, né. Às vezes eles comparava os sem-terra como se fosse badernero, né. E aí que ninguém queria vim prá cá. Aí chegô minha veis na hora lá. Aí perguntô: “—Tem uma vaga em Aruega...” Aí perguntô se eu aceitava, né. “—Ninguém qué ceitá, eu aceito”. Aí eu vim pra cá (professora da rede pública Estadual de ensino VD).

Nesse depoimento, a professora, uma pioneira nos contatos com os integrantes do assentamento Aruega, demonstra o temor da maior parte dos profissionais da educação da região, devido as concepções (“badernero”), e evidencia também como foi a decisão, incomum, de ter aceitado lecionar na escola dentro do assentamento. Esta mesma professora também salienta que a relação mudou com o passar do tempo e que atualmente a relação com os assentados melhorou:

Tem. Agora tem. Muitas amizades. E depois o pessoal mostrô, com o passar do tempo, que os sem-terra não era nada do que eles pensavam, né. E ajuda até muita gente das comunidades vizinhas, né. Quando tem cursos o pessoal daqui convida prá eles participá Eles participam. O culto, o pessoal das comunidades vizinhas vem participá é aqui. Tem muito contato. Leva uma mercadoria pra Novo Cruzeiro e vende, faz negócio (professora da rede pública Estadual de ensino VD).

[...] As professora mesmo que travaia aqui tem uma amizade com a gente que fâis dó, viu. [...] a comunidade, a diretora. [...] Oh! Agora meu fio...E eles memo conta, fala que não sabia. Eles num conhecia, nunca tinha vido. Então a gente cai na realidade tamém, né, porque, uma coisa que a gente nunca viu, né. A primera veis fica assombrado mesmo (assentada em Aruega desde 2005).

No entanto, a professora (VD) também salienta que o preconceito continua nas representações de uma parcela das pessoas do município, agora direcionando o status negativo para um suposto “parasitismo” dos assentados em relação ao Estado. É possível perceber a visão de que os assentados estariam interessados, apenas, nos recursos advindos de projetos e não em produzir, colocando em cheque a índole dos assentados e a competência para garantir a produção agrícola do assentamento. A própria professora – inclusive - parece ter essa mesma visão. Esta percepção sobre a continuidade do preconceito fica nítida na declaração que segue:

Eu vejo, assim, tem muita...tem alguns ainda...Não sei se é a maioria, não sei...que ainda tem aquela visão que os sem-terra... olham mais o lado de projeto, né, pra ganhá dinheiro, né. Que não é nada de mechê com a terra. Tá muito tempo assim que eles não visa mais trabalhá com a terra, mas visa mais tá aí pra sê beneficiado com projeto do governo (professora da rede pública Estadual de ensino VD).

Essa transformação apresentada vai ao encontro do que alguns estudos sobre estigmatização em assentamentos têm demonstrado. Como afirmam Ferreira Neto e Doula (2003) em seu estudo sobre assentamentos mineiros:

“Apesar de os entrevistados afirmarem, de forma genérica, que a sociedade vem modificando sua visão sobre a reforma agrária, os estereótipos negativos ainda são utilizados como parâmetro para analisar uma relação de convivência particular, próxima e concreta” (FERREIRA NETO e DUOLA, 2003, *apud* OLIVEIRA e ZANGELMI, 2010, p. 121).

Assim, os autores Oliveira e Zangelmi supõem que o caso de Aruega não é exceção a regra e que, a suposta inclusão social dos assentados é ambígua, pois, por um lado, os assentados não são mais vistos como um perigo iminente, pessoas capazes de cometer crimes horrendos [...]. Essa visão seria insustentável depois de contatos por tantos anos. No entanto, a visão negativa sobre Aruega se desloca para outros fatores, que também colocariam os assentados “fora” da moral da população em geral da região (OLIVEIRA e ZANGELMI, 2010, p. 121).

Diante do exposto pode-se dizer que os assentados em Viamão, que participaram da pesquisa, perceberam manifestações preconceituosas oriundas dos agentes que normalmente se envolvem no processo de concretização da política (neste caso específico, pessoas ligadas as escolas). Em Eldorado os assentados participantes da pesquisa não citaram manifestações deste tipo. No campo hipotético, é possível pensar que a definição da reduzida quantidade de alimentos comprados pela gestão municipal de Viamão até o momento, junto a COPERAV, possa estar vinculada a concepções preconceituosas que conectam a pobreza e a pouca capacidade produtiva aos assentados. Nesse sentido, o mesmo pode ser pensado quando se examina o caso de Eldorado, já que as reclamações sobre a baixa quantidade de produtos comprados é igual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas acadêmicas de pós-graduação, como essa, não possuem a pretensão ou, pelo menos, não poderiam pretender esgotar um tema como este (relacionado à segurança alimentar), por ele ser importante, complexo e fundamental para qualquer nação. É verdade que o problema da fome no Brasil foi arrefecido de forma consistente em função dos programas transferência de renda, como Fome-Zero e Bolsa Família, colocados em prática recentemente. Entretanto, não se pode considerar que esta questão foi superada, pois segundo dados recentes da FAO, apresentados em 2012, o Brasil conseguiu reduzir em aproximadamente 50% o fenômeno da fome. É sem dúvida um dado auspicioso principalmente se compararmos com os dados alarmantes da década de 80 e 90, contudo é necessário atentar que isto é insuficiente e que existe ainda muito espaço para melhorar. Ocorre que o acesso à alimentação é o principal problema e a alimentação está correlacionada com um dos direitos mais antigos e fundamentais estabelecidos na

humanidade, que é o direito à vida. Vale lembrar que esta mesma entidade (FAO) tem mostrado que o fenômeno da fome, em escala mundial, segue aumentando.

Teve-se o intuito de trazer à tona a experiência e as percepções de sujeitos que estão diretamente vinculados a base produtiva dos alimentos que a nossa sociedade normalmente consome, com vistas a captar os entraves, os aspectos positivos e negativos que permeiam a concretização da política pública, que foi alterada recentemente por uma Lei. Lei esta que demonstra uma intencionalidade no sentido de “perseguir” a almejada segurança alimentar na sua conceituação mais nova ou moderna. Nesse sentido, há apontamentos que consideram a segurança alimentar como sendo parte integrante da estratégia de desenvolvimento para o País.

A coleta de dados acerca do tema está restrita a este microcenário, porque esta é a possibilidade plausível para um projeto de pesquisa como esse. Dessa forma não será realizada generalização das informações obtidas. Outra razão para evitar a generalização é a própria realidade dos assentamentos no País, pois eles diferem bastante neste sentido por diversas razões. Pretende-se sim fornecer subsídios e reflexões importantes para pensar no desenvolvimento do programa que está em vigência. A torcida é que este projeto instigue outros na mesma área com vistas a desenvolver mais esta política que está voltada para a agricultura familiar.

A análise dos dados permitiu detectar diversos impactos positivos na vida dos assentados atribuíveis ao Programa (PNAE). Sobre estes impactos pode-se dizer que, em ambos os assentamentos estudados, houve aumento na produção de alimentos; aumento no número de assentados envolvidos com a produção e isto se relaciona com a redução do trabalho fora do assentamento e aumento no trabalho dentro do assentamento. É possível dizer, então, que o Programa está ajudando a fixar assentados nos seus respectivos locais. Foi visto também que o PNAE se apresenta como mais uma alternativa para o escoamento da produção do arroz orgânico (ou ecológico pois este nome também é utilizado pelos assentados), o que colabora com a sustentabilidade desta cadeia produtiva, que envolve atualmente um número significativo de famílias assentadas. No assentamento *Filhos de Sepé*, viu-se aumento na produção de hortaliças, produtos de padaria e mandioca. No assentamento *Integração Gaúcha* houve aumento na produção de hortaliças e frutas.

A adesão das famílias assentadas, em ambos os assentamentos estudados, foi da ordem de 36%, ou seja, um pouco mais do que 1/3 das famílias aderiram ao programa. Entretanto, estes números podem ser alterados em breve porque se detectou a formação de novos grupos, em Viamão, interessados na política, e isso

pode intensificar os impactos positivos já citados. Nesse sentido, existe potencial de aumento de adesão de famílias.

O impacto que o Programa proporciona na renda dos assentados é distinto quando se faz a comparação entre os dois locais pesquisados (*Filhos de Sepé e Integração Gaúcha*). Nesse sentido, o Programa traz um impacto maior ou mais significativo para os assentados em Viamão do que para os assentados em Eldorado devido a múltiplos fatores, entre eles as particularidades da COPERAV. É válido também ressaltar o fato de que esta mudança na renda trouxe melhorias na qualidade de vida das famílias envolvidas em ambos os locais pesquisados.

Existe possibilidade de expansão nos dois locais estudados (Viamão e Eldorado do Sul), pois nos dois municípios é possível envolver mais escolas destes municípios para “absorver” mais a produção oriunda dos assentamentos. Porém, existe uma limitação de mão-de-obra para o trabalho produtivo nos assentamentos e isto foi evidenciado nos dois locais estudados, o que pode restringir um provável crescimento dos grupos organizados que já aderiram ao programa.

A estrutura necessária para o andamento do programa segue sendo um entrave significativo para o maior desenvolvimento do mesmo. É necessário equipar melhor as escolas públicas para que o programa se torne mais abrangente introduzindo escolas que ainda estão fora do PNAE; e é importante também evoluir na logística, no que tange ao transporte dos alimentos e pontos de recolhimento e concentração de produtos. Detectou-se também que são necessários projetos específicos para a conquista de estruturas permanentes que possibilitem agregar valor a matéria prima produzida pelos grupos de assentados que acabam se conectando ao programa.

A falta de informação sobre o PNAE é mais um obstáculo que deve ser considerado, pois ela é geral envolvendo gestores públicos locais, assentados e assistência técnica. Este entrave é central, pois ele é gerador de uma série de dificuldades que freiam o desenvolvimento do programa e conseqüentemente o desenvolvimento das localidades (municípios considerados). Nesse sentido, a constituição de equipes multidisciplinares, com conhecimento sobre o Programa, para a realização de encontros com todos os atores normalmente envolvidos com a concretização da política, seria providencial. Seria algo como projetos de extensão, só que voltados especificamente para o maior entendimento sobre o PNAE. Da falta de informação derivam inconformidades, junto as administrações municipais, e insatisfações por parte dos assentados e um dos exemplos que ajudam a visualizar

isto é o subaproveitamento da capacidade produtiva tanto em Viamão junto a COPERAV como em Eldorado do Sul junto a APAFES.

Apesar de existirem carências no que tange ao conhecimento em relação ao PNAE, foi possível perceber que os assentados estão conseguindo construir o seu conhecimento ou saber nas relações sociais de produção que estabelecem entre si e também no contato com o próprio MST. Este conhecimento os está desalienando, ou seja, trata-se de um processo de desalienação ou movimento contrário ao da alienação no sentido Marxiano do termo. Para ser mais preciso, trata-se de desalienação em relação ao processo de trabalho, pois a alienação em Marx é uma categoria ampla que envolve outros aspectos além do processo de trabalho. Contudo, com base nos dados, pode-se dizer que este processo é não linear ou equânime entre os assentados participantes.

Outro entrave percebido, e até certo ponto previsível, são as trocas de gestão nos Municípios. De acordo com os produtores estas trocas prejudicam o andamento do programa e nesse sentido seria importante criar mecanismos que coibissem as descontinuidades. Nesse aspecto, o registro e a organização das informações referentes ao andamento do PNAE na cidade e a manutenção de profissionais concursados, que permaneceriam nos cargos estratégicos, independentemente da mudança de gestão, seria uma medida interessante.

Há evidências de preconceito incidindo sobre os assentados de reforma agrária e isto precisa ser evidenciado, porque dificulta o desenvolvimento do programa. Mostrar ou evidenciar esta realidade pode colaborar com a superação deste obstáculo. Entretanto, detectou-se que com o passar do tempo esta barreira acaba sendo superada. Construir uma relação mais próxima e contínua envolvendo assentados e escolas, através de reuniões, visitas, etc. pode ser útil para superar este fator; inclusive as escolas podem aproveitar o espaço dos assentamentos para desenvolver atividades educativas junto aos alunos. Vale lembrar que o assentamento de Viamão já foi visitado por alunos e professores, de algumas escolas, no entanto em Eldorado isso não foi relatado pelos assentados.

Essa maior proximidade deveria considerar, também, representantes das agências bancárias locais, pois a dificuldade de obtenção de crédito ou financiamento foi trazida de forma enfática em Eldorado, mas não em Viamão. Nesse sentido, uma alternativa seria a construção de espaços coletivos de debate envolvendo representantes dos assentamentos, escolas, gestão pública municipal, agências bancárias e assistência técnica. Dessa forma, as decisões que envolvem

quantidades, tipos de alimentos, periodicidade dos pagamentos, etc. ficariam mais próximas da realidade dos assentamentos de reforma agrária. Assim, seria mais fácil chegar a consensos.

Para a assistência técnica específica dos assentamentos (COPTec) seria interessante estabelecer diálogo constante com as equipes da EMATER e com os profissionais dos CRAS rurais ou Equipes Volantes de cada Município. Ocorre que o campo de atuação destes diferentes atores forma áreas de intersecção, como nos assentamentos de reforma agrária. Recentemente (entre 2009 e 2012) profissionais ligados a COPTec alegavam dificuldade de conseguir agregar, nas suas equipes, profissionais de nível superior da área social. Nos CRAS rurais, por exemplo, é prevista a atuação de profissionais de nível superior da área social. Dessa forma, a formação de parcerias com troca de informações e estabelecimento de acordos, seria uma forma mais evoluída e prática de executar o trabalho de assistência técnica nos assentamentos. O trabalho de assistência técnica, portanto, poderia ser não só mais qualificado no que tange ao PNAE, mas em relação a diversas políticas públicas que poderiam ser efetivadas junto as famílias assentadas.

De forma sintetizada estes foram os entraves que apareceram durante a execução da pesquisa e cabe ressaltar aqui, que a superação dos mesmos depende da iniciativa de vários atores envolvendo assistência técnica, INCRA, instituições financeiras, inclusive dos próprios assentados. Porém, percebe-se que grande parte deles depende realmente da iniciativa do Estado (gestão municipal, estadual, escolas públicas, etc.).

BIBLIOGRAFIA:

ALTIERI, Miguel. A. & YURJEVIC, Andrés. **La Agroecología y el desarrollo en América Latina**. In: *Agroecología y Desarrollo. Revista del CLADES*, año I, nº I, p. 25-36, 1991.

ALTIERI, Miguel. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999.

ALVES, G. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil**. Ed. Práxis, 2014, 220 p.

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1994.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70. 1977. Retirado do site: <http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html> Acesso em: 05/01/2014 às 23h43min.

BARRETO, V. **Paulo Freire para Educadores**. São Paulo. Ed. Arte e Ciência. 1998.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. **Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho**. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v.17, 2010.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. e SOUZA, L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional**. 3ª Ed. São Paulo. Cortez.

_____. *et al.* **Novas concertações sociais e antigos entraves “burocráticos”: a produção de base familiar e ecológica frente aos desafios de acesso ao PNAE**. Núcleo de Pesquisa e extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, UFPEL, 2011.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. *Saúde e Sociedade* v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. *Rev. Nutrição*, Campinas - SP, 22(5): 595-607, set./out., 2009.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. **Algumas Reflexões sobre os Programas de Alimentação Escolar na América Latina**. *Planejamento e políticas públicas* | ppp | n. 33 | jul./dez. 2009.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; CARMO, Maristela S. **Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais**. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 21, p. 60-68, 1991.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; NORDER, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. I Seminário Nacional Sociologia & Política - UFPR, 2009.

BRANCO, A. L. de O. C. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**, Monografia – Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

BRASIL, **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. 2012.

BRASIL, **Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012**, Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm

CARDOSO, Eulália E. **Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária**. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 4, nº 3, p.140-153, 1994.

CERQUEIRA E FRANCISCO, W. **Agricultura de Subsistência**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/agricultura-subsistencia.htm> Acessado em: 12/01/2015 às 19:32.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª edição. Editora: Brasiliense, 2003.

CONCRAB. **Cooperativas de produção: questões práticas**. São Paulo: Concrab / MST, 1996.

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

CONCRAB. **Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1993.

COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. **Sustentabilidade em assentamentos rurais, O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia*. México: 2002. p. 203-215.

COSTABEBER, José A. **Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade.** *Agriculturas*, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 3, p. 04-05, out, 2006.

COPTec Ltda. **Plano de Recuperação do Assentamento Integração Gaúcha. Município de Eldorado do Sul – RS.** Disponível em: <http://www.coptec.org.br/mapa/Eldorado%20do%20Sul/relatorios.html> Acessado em: 14/01/2015 às 13:20

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2° edição. Editora Cortez, 2006.

DA COSTA, A. C. **Falta vontade política para garantir os direitos de cidadania das crianças.** *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, 1993.

DE CASTRO, Josué. **Geografia da Fome.** Edições Antares, 1984.

DE CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome.** 1ª Edição, 1955. Editora da Casa do Estudante.

DE SOUZA, A. S. **Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e da prática, ou, de quelado fica o meu quintal?** *Revista Pegada – Vol.10, n° 1.* Junho / 2009.

_____. **Questão Agrária e Agroecologia: autonomia e diversidade na reconstrução do meio rural.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, pp. 1-21.

DEMO, Pedro **Sociologia: uma introdução crítica.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas 1995.

_____. **“Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais que perdido que a “agenda perdida”.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n° 76. Ano XXIV novembro de 2003.

DE PAULA, A. P. P.; BARRETO, R. O. **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista.** FGV / Ebape. *Cadernos Ebape.br*, v. 7, n° 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Jun. 2009

DIERCKXSENS W. **Desafíos para El movimiento social ante la especulación con el hambre.** Texto digitalizado, 2008.

DIEL, R. **Gestão racional de recursos naturais de uso comum: recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS.**

84 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

D'INCAO, Maria C.; ROY Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EID, Farid; BUENO, Eloísa P. **A organização da produção em cooperativas de reforma agrária**. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999.

ENA (Encontro Nacional de Agroecologia). **Carta Política do II ENA**. Recife, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira, 1986.

FNDE. **Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Acesso em: 19/12/2014.

GASKELL, G. et al. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Tradução: GUARESCHI, P.A. 3ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo na região do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado PGDR/UFRGS. Porto Alegre, 2004.

GEHLEN, I. **UFRGS / IFCH / Dpto. SOCIOLOGIA. Considerações sobre a concepção materialista-dialética (Karl MARX e F. ENGELS)**. Material para uso em sala de aula, 2014.

GLIESSMAN, Sthephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, M. E. S. e BARBOSA, E. F. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais. Publicação interna. 1999.

GUIVANT, Júlia S. **Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, vol. 14, nº 3, p. 411-446, set/dez, 1997.

HECHT, Susana. B. **La Evolución del pensamiento agroecológico**. In: *Agroecología y Desarrollo. Revista del CLADES*, año I, nº I, p. 02-15, 1991.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

INFINDHA, Instituto de Formação Desenvolvimento Humano e Ambiental, **Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento de Viamão Parte I – Aspectos Metodológicos e Diagnóstico**. 2004 (cópia xerográfica).

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3ª ed. Campinas, SP. Ed. Alínea, 2006.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas**. *Rev. Planejamento e Políticas Públicas*, nº 36, jan. / julho, 2011.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLEBA, John B. **Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária**. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 4, nº 3, p.132-139, set/dez, 1994.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 3, nº 1, p. 36-51, jan/mar, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. D. **A organização das feiras agroecológicas de famílias camponesas do Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, RS**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.

MAGALHÃES, F. L. **Revista Prevenir**. Jan 2007.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3ª ed. São Paulo. Ed. Atlas, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo, SP. Ed. Boitempo, 2010.

MARTINELLI, M. L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: MARTINELLI, M. L (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MAZZEI, U. **Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. Territórios**. Guatemala, Soberania Alimentaria 2, p. 50-53, out.2007.

MEDEIROS, R. M. V.; CAMPOS, C. S. S. **Análise da cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**. Resultados preliminares. In: VI Encontro de grupos de pesquisa. Presidente Prudente (SP), 2011.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. e BRANCO FILHO, C. C. **A produção de arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre: Assentamentos, Desenvolvimento rural e transformações sócio territoriais**. Revista FSA, 2014, v. 12, nº 1, art. 8, p. 121 – 138.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Clodomir S. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. *Caderno de Formação*, nº 11. São Paulo: MST, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MIRANDA, N. **Globalização, Soberania Nacional e Direito Internacional**. R. CEJ, Brasília, n. 27, p. 86-94, out./dez. 2004;

MOTTER, A. F.; ARRUDA, C. R. P. **Agricultura Familiar: Desafios e Dificuldades na Aproximação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Convibra Saúde – Congresso Virtual Brasileiro de Educação, gestão e promoção da saúde saúde.convibra.com.br, 2011.

NAVARRO, Zander. **O MST e a canonização da ação coletiva** (comentário ao artigo de Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura S. (Org). Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NORDER, Luiz A. C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1971>>. Acessado em: 10/01/2013.

_____. **Crise Alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária**. Correio da Cidadania. São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em: <www.andes.org.br/imprensa%5Cultimas%5Ccontatoview.asp?key> Acessado em 06/02/2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e indústria no Brasil**. Campo-território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

POCHMANN, M. **Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**. Artigos Temáticos. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social Temas e Questões**. Ed. Cortez, 2008.

ROSSET, Peter. **Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar**. In: Capturando a terra. SAUER, S.; PEREIRA, J. M. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 315-342.

_____. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos camponeses**. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SANTOS, L. M. P. et al. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. Programa Nacional de Alimentação Escolar.** In: Caderno de Saúde Pública Rio de Janeiro, 2007.

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa.** 5ª ed. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, vol. 2, nº 1, p. 35-45, jan/mar, 2001.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Produção de alimentos e Agro combustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho.** Dossiê. Revista Pegada – vol. 9 n.1, 2008.

SOUZA, A. S. **Soberania Alimentar e Agroecologia: práticas e perspectivas para a transformação no/do campo na região metropolitana de Curitiba – As experiências da AOPA e do Assentamento Contestado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2010.

VERAS, Melissa M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Os Direitos e a Política Social.** Editora Cortez, 2004.

YAZBEK M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** Ed. Cortez, 1993.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social.** Ed. Cortez, 2010.

Sites consultados:

<<http://coperav.com.br/>> - acessado em: 12/01/2015 às 21:20

<<http://eldorado.governomunicipal.com.br/>> - acessado em: 14/01/2015 às 16:40

<<http://www.viamao.rs.gov.br/>> - acessado em: 14/01/2015 às 16:45

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> - acessado em: 14/01/2015 às 16:53

< <http://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>> -
acessado em: 26/02/2015 às 18:02.

<<http://www.mundoeducacao.com/geografia/agricultura-subsistencia.htm>> -
acessado em: 13/01/15 às 17:55

< <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>> Acessado em: 14/01/2015 às 15:04

< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>> Acessado em: 14/01/2015

< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>> Acessado em: 14/01/2015

< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>> Acessado em: 16/02/2015

< <http://saladacidadania.incra.gov.br/>> Acessado em 10/03/2015

<http://www.incra.gov.br/reforma_agraria> Acessado em 10/03/2015

< <http://nacoesunidas.org/>> Acessado em 08/01/2015.

<<http://blog.planalto.gov.br/nova-unidade-de-armazenamento-de-arroz-no-rs-gera-mais-renda-a-cooperativa-de-assentados/>> Acessado em: 05/06/2015

<<http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/alimentacao/232-unidade-de-producao-de-arroz-organico-pt>> Acessado em: 10/06/2015

<<http://www.sul21.com.br/jornal/arroz-organico-produzido-em-assentamentos-ja-chega-aos-supermercados/>> Acessado em: 14/05/2015

Documentos citados

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 68, ano VI, 1987.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 101, ano X, 1991.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 104, ano X, 1991a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 202, ano XVIII, 2000.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 210, ano XIX, 2001.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 220, ano XX, 2002.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 229, ano XXI, 2003.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 241, ano XXII, 2004.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 262, ano XXIV, 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 263, ano XXIV, 2006a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 264, ano XXV, 2006b.

APÊNDICE – A

Quadro: Preparação, unitarização e codificação das informações coletadas junto aos assentados (Viamão – RS e Eldorado do Sul – RS)

Ideia Central	Respostas	Códigos emergentes
<p>Adesão ao Programa – Fase inicial (pontos positivos, negativos e potencialidades)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciou com Fome – Zero, PAA depois PNAE; - A geografia do nosso local limita as nossas possibilidades. É área de baixada, de várzea (Eldorado); - A Prefeitura se relacionou diretamente com as Escolas. Não se formou um diálogo permanente com a gente (Eldorado); - Os alimentos são definidos pelas Escolas mais Prefeitura; - Preço inicial dos produtos ruim (Eldorado); - A Prefeitura ajudou no transporte e na logística, mas sabemos que isso é algo raro (Eldorado); - A Prefeitura precisou melhorar a estrutura das Escolas para que o PNAE acontecesse realmente (Eldorado); - As Escolas não acreditavam que nós teríamos condições (Viamão); - Tivemos dificuldades para receber as visitas das Escolas no Assentamento. Nem sempre estávamos bem preparados para receber as pessoas (Viamão); - Faltava compreensão para operar com o Programa. Nossa e das Escolas (Viamão); - O Programa beneficiaria o produtor (os assentados); - Para entregar para as Escolas do Município, se exige CNPJ e Cooperativa; - Entregas grandes demais no início. Melhorou depois (Viamão); - EMATER ajudou no início (contatos, informações, etc.); 	<p>Limitação</p> <p>Vontade política</p> <p>Desconsideração</p> <p>Apoio</p> <p>Preconceito</p> <p>Desconhecimento</p> <p>Avareza</p> <p>Estrutura / Logística</p>
<p>Programa em curso – pós-adesão (pontos positivos, negativos e potencialidades)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preço dos produtos melhorou com o tempo; - Para algumas Escolas segue a dificuldade com a sua própria estrutura para trabalhar com a merenda (Eldorado); - Não conseguimos a agroindústria e isso nos limita 	<p>Desenvolvimento</p>

	<p>bastante (Eldorado);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi difícil conseguir a agroindústria (Viamão); - Quantidade de produtos deveria ser aumentada (Eldorado); - Liquidez dos pagamentos é baixa e não satisfaz (Eldorado); - Prefeitura ajudou a manter o escritório da EMATER e isso ajudou (Eldorado); - Definição de ponto de entrega ajudou; - Não está dando mais para incluir famílias na Associação por causa da renda (Eldorado); - Prefeitura mais Escolas seguem definido os alimentos para entrega; - Estão cumprindo com os 30%; - A Prefeitura absorve uma parte da nossa produção por causa do PNAE. Poderia comprar mais, porque a gente pode entregar mais (Eldorado); - Muito difícil financiar um sistema de irrigação e isso é mais um limitante (Eldorado); - Estamos tentando trazer os bancos para os conselhos agrários para melhorar a situação (Eldorado); - Descontentamento por parte dos sócios para com o funcionamento da própria Cooperativa; - Troca de gestão municipal as vezes atrapalha o andamento; - Alguns gestores municipais interpretam o Programa de forma equivocada; - Gestões municipais as vezes quebram acordos e isso prejudica a nossa organização; - Dificuldade de conseguir mais mão-de-obra; - Surgimento de Cooperativas “fantasmas” que não tem base na agricultura familiar tentando entrar no sistema; - Valorização do produto orgânico (arroz); - Valor máximo / DAP / ano é baixo; 	<p>Estrutura</p> <p>Organização</p> <p>Reorganização / ajuste</p> <p>Incentivo</p> <p>Desconsideração</p> <p>Desconhecimento</p> <p>Corrupção / Disputa</p> <p>Limitação</p>
--	--	--

<p>Relação assentados / Escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sem relação direta com as Escolas (Eldorado); - Conseguimos estabelecer um diálogo com as Escolas (Viamão); - Alguns produtos in natura são rejeitados; - Com o tempo algumas Escolas foram estruturadas e passaram a aceitar melhor os produtos in natura (Eldorado); - Há questionamentos sobre a produção orgânica; - Com as Escolas Estaduais sem estrutura não se conseguiu desenvolver o PNAE (Eldorado); 	<p>Participação</p> <p>Hábito</p> <p>Estrutura</p>
<p>Relação assentados / Cooperativas ou Associações envolvidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Entre nós da Associação é boa, mas entre a nossa Associação e a Cooperativa não (Eldorado); - Na relação assentados / COOTAP muitos se queixam que não é cooperativismo realmente; - Dificuldade de conceituar Cooperativismo; - Cooperativismo como alternativa para proporcionar mais acesso; - Descontentamento por parte de alguns sócios porque as informações não estariam circulando de forma adequada (Viamão); - Alguns afirmam que a relação interna – assentados / cooperativa é boa, mas a concordância não é de todos (Viamão); - A Cooperativa está beneficiando os assentados; - Manter a união para avançar. O trabalho individual é muito difícil (Viamão); 	<p>Disputa</p> <p>Cooperação</p> <p>Contradição</p> <p>Acessibilidade</p>
<p>Relação: Assentados e outras entidades envolvidas no Programa (ex.: EMATER, COPTec, Prefeituras)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - EMATER nos ajudou e ajuda na adesão ao PNAE; - COPTec ajuda mais no PAA (Eldorado); - COOTAP realiza a compra de produtos produzidos pelos assentados e vende para a merenda escolar em vários locais; - INCRA: viabiliza recurso específico para a mulher para investimento na produção. Elas estão investindo na produção que acaba se conectando com PNAE (Eldorado); 	<p>Apoio</p> <p>Alternativa / Mercado</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento na produção de 	

APÊNDICE – B

Quadro: Preparação, unitarização e codificação das informações coletadas junto as equipes de assistência técnica (Viamão – RS)

Ideia Central	Respostas	Códigos emergentes
Adesão ao Programa – Fase inicial (pontos positivos, negativos e potencialidades)	<ul style="list-style-type: none"> - Início em 2010. A Cooperav foi mais rápida que os outros; - A Cooperlivre acabou não se constituindo como cooptiva na prática, mas o grupo se manteve e conseguiram aderir ao PNAE. Entregam para Escolas Estaduais; - Faltava informação sobre a Política; - Pouca adesão. PNAE menos acessível que o PAA; 	<p>Desconhecimento</p> <p>Acessibilidade</p>
Programa em curso – pós-adesão (pontos positivos, negativos e potencialidades)	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda careciam de mais informação sobre a política; - Menos assentados trabalhando fora e mais trabalho interno dentro do Assentamento, principalmente mulheres; - Outros grupos de produção surgiram; 	<p>Desinformação</p> <p>Estímulo / Indução</p> <p>Reorganização</p>
Relação assentados / Escola	<ul style="list-style-type: none"> - Não sabemos bem; - A gente crê que ela é boa por causa da continuidade que visualizamos nas entregas; - Falta um trabalho nas Escolas. Mostrar de onde vem esses alimentos, falar sobre a reforma – agrária, sobre o MST, sobre o trabalho nos assentamentos, etc. 	<p>Desconhecimento</p>
Relação assentados / Cooperativas ou Associações envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns assentados entregam produtos para a COOTAP; 	<p>Desconhecimento</p>
Assentados e outras entidades envolvidas no Programa (ex.: EMATER, COPTec, Prefeituras)	<ul style="list-style-type: none"> - Nós da COPTec ajudamos no planejamento da produção, acompanhamento nos diferentes grupos e demais demandas que decorrem da atividade produtiva; 	<p>Apoio técnico</p>
Impacto na produção no Assentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Houve aumento na produção; - Hortas aumentaram em número e em área plantada; - Cresceu a produção de derivados de farinha (pães, cucas, bolachas, etc.); - Aumento na produção de milho, batata, aipim e plantas de barço (abóboras, morangas, etc.); - As iniciativas que deram certo 	<p>Desenvolvimento</p> <p>Estímulo / Indução</p>

	acabaram influenciando e mais pessoas passaram a se envolver na produção;	
Impacto na renda das famílias assentadas	- Não sabemos bem	Desconhecimento

Fonte: Sistematização do autor durante a análise dos dados.

APÊNDICE – C

Roteiro utilizado para os Grupos Focais:

- 1º) Apresentação do título do Projeto de Pesquisa;
- 2º) Explicação sobre os objetivos gerais e específicos do projeto de pesquisa;
- 3º) Explicar a todos os princípios éticos que norteiam o projeto;
- 4º) Mostrar os instrumentos de pesquisa (tópicos-guia), que serão usados nos grupos;
- 5º) Apresentar TCLE e colher as assinaturas;
- 6º) Aplicar a técnica de coleta de dados (grupo focal).

Tópicos-guia ou eixos temáticos para os assentados:

- Dificuldades, pontos positivos e potencialidades encontradas no início do processo de adesão;
- Dificuldades, pontos positivos e potencialidades encontradas com o programa em curso (Pós – adesão);
- Relação dos assentados com as escolas públicas;
- Relação dos assentados com as outras entidades envolvidas no programa (ex.: EMATER, COPTec, Prefeituras, etc.);
- Impacto do programa na renda dos assentados;
- Impacto na produção no assentamento;
- Relação entre os assentados e as cooperativas (ou outras organizações) devido ao programa;

Tópicos-guia ou eixos temáticos para os integrantes das equipes de assistência técnica ATES:

- Dificuldades, pontos positivos e potencialidades encontradas no início do processo de adesão;
- Dificuldades, pontos positivos e potencialidades encontradas com o programa em curso (Pós – adesão);

- Relação dos assentados com as escolas públicas;
- Relação dos assentados com as outras entidades envolvidas no programa (ex.: EMATER, Prefeituras e demais órgãos governamentais);
- Impacto na produção dentro do assentamento;
- Relação entre os assentados e as cooperativas (ou outras organizações) devido ao programa;

APÊNDICE – D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Eu, _____, após ter sido esclarecido (a) sobre a pesquisa que compõe a Dissertação de Mestrado em Serviço Social que está sendo desenvolvida por Augusto Alves Graeff junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, a qual tem como objeto “O Programa Nacional de Alimentação Escolar como direito para os assentamentos de reforma agrária”, autorizo o aluno mestrando a utilizar as informações por mim prestadas, através da minha participação na discussão e análise de seu objeto de investigação.

Minha participação é voluntária nos grupos focais para a coleta de informações. Os dados utilizados para fins de análise, na composição do texto de dissertação de mestrado, serão citados de forma agregada, não identificando de forma alguma os sujeitos de pesquisa. Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais, de forma que a minha identidade será preservada. Fica assegurado ainda, pelo pesquisador, a devolução das análises das informações coletadas para aqueles que participarem dos grupos focais constituídos.

Riscos: Adotando os princípios éticos vigentes os riscos que os participantes deste projeto correm são reduzidos, mas não se pode dizer que eles inexistem. Há a possibilidade de algum tipo de constrangimento, cerceamento ou até mesmo de exclusão por parte de organizações relacionadas à operacionalização do Programa, como: Escolas, Prefeituras, empresas, cooperativas e outros órgãos públicos. Existe a possibilidade de que sofram danos morais e manipulação de acordo com interesses escusos.

O presente termo será entregue em duas vias, sendo uma delas para o participante e outra para o pesquisador (Augusto A. G.).

Caso desista da participação ou caso queira mais informações sobre a pesquisa, poderei entrar em contato com o pesquisador através do e-mail: gustoalvesg@gmail.com ou gustoalves@yahoo.com.br. Também poderei realizar contato pelo telefone: (51) 8169.8128. A orientadora do aluno mestrando também poderá ser contatada através do e-mail: idilia.fernandes@pucrs.br

Assinatura do participante

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP / PUCRS) também pode ser contatado através do número: (51) 3320.3345. Horário de Atendimento: De segunda a sexta-feira, manhã: 8h30min às 12h, tarde: 13h30min às 17h (Expediente Interno).

Viamão, _____ de 2013.

Profa. Dra. Idília Fernandes

Augusto Alves Graeff

ANEXO 1 - A Lei 11.947, de 16 de junho de 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas às disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

§ 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

§ 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 6º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras das escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber. Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

Art. 7º Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE da correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão ao FNDE a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

§ 1º A autoridade responsável pela prestação de contas que inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizada na forma da lei.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de cinco anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do concedente, os documentos a que se refere o caput, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas escolas, e estarão obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

§ 3º O FNDE realizará auditoria da aplicação dos recursos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a cada exercício financeiro, por sistema de amostragem, podendo requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos necessários para tanto, ou, ainda, delegar competência a outro órgão ou entidade estatal para fazê-lo.

Art. 9º O FNDE, os entes responsáveis pelos sistemas de ensino e os órgãos de controle externo e interno federal, estadual e municipal criarão, segundo suas competências próprias ou na forma de rede integrada, mecanismos adequados à fiscalização e ao monitoramento da execução do PNAE. Parágrafo único. Os órgãos de que trata este artigo poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do programa.

Art. 10º Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União, ao Ministério Público e ao CAE as irregularidades eventualmente identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PNAE.

Art. 11º A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Art. 12º Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

Art. 13º A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 14º Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:

- I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
- II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
- III - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 15º Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Art. 16º Competem à União, por meio do FNDE, autarquia responsável pela coordenação do PNAE, as seguintes atribuições:

- I - estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do PNAE;
- II - realizar a transferência de recursos financeiros visando a execução do PNAE nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais;
- III - promover a articulação interinstitucional entre as entidades federais envolvidas direta ou indiretamente na execução do PNAE;
- IV - promover a adoção de diretrizes e metas estabelecidas nos pactos e acordos internacionais, com vistas na melhoria da qualidade de vida dos alunos da rede pública da educação básica;
- V - prestar orientações técnicas gerais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o bom desempenho do PNAE;

VI - cooperar no processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

VII - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas objetivando a avaliação das ações do PNAE, podendo ser feitos em regime de cooperação com entes públicos e privados.

Art. 17º Competem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, as seguintes atribuições, conforme disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal:

I - garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, observando as diretrizes estabelecidas nesta Lei, bem como o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal;

II - promover estudos e pesquisas que permitam avaliar as ações voltadas para a alimentação escolar, desenvolvidas no âmbito das respectivas escolas;

III - promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas sob sua responsabilidade administrativa, com o intuito de formar hábitos alimentares saudáveis aos alunos atendidos, mediante atuação conjunta dos profissionais de educação e do responsável técnico de que trata o art. 11 desta Lei;

IV - realizar, em parceria com o FNDE, a capacitação dos recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social;

V - fornecer informações, sempre que solicitado, ao FNDE, ao CAE, aos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, a respeito da execução do PNAE, sob sua responsabilidade;

VI - fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população;

VII - promover e executar ações de saneamento básico nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade, na forma da legislação pertinente;

VIII - divulgar em locais públicos informações acerca do quantitativo de recursos financeiros recebidos para execução do PNAE;

IX - prestar contas dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

X - apresentar ao CAE, na forma e no prazo estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE, o relatório anual de gestão do PNAE.

Art. 18º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 19º Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa. Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 20º Fica o FNDE autorizado a suspender os repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios:

I - não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de efetuar os ajustes necessários, visando ao seu pleno funcionamento;

II - não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos para execução do PNAE, na forma e nos prazos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

III - cometerem irregularidades na execução do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 1º Sem prejuízo do previsto no caput fica o FNDE autorizado a comunicar eventuais irregularidades na execução do PNAE ao Ministério Público e demais órgãos ou autoridades ligadas ao tema de que trata o Programa.

§ 2º O restabelecimento do repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE ocorrerá na forma definida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 21º Ocorrendo a suspensão prevista no art. 20, fica o FNDE autorizado a realizar, em conta específica, o repasse dos recursos equivalentes, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, diretamente às unidades executoras, conforme previsto no art. 6º desta Lei, correspondentes às escolas atingidas, para fornecimento da alimentação escolar, dispensando-se o procedimento licitatório para aquisição emergencial dos gêneros alimentícios, mantidas as demais regras estabelecidas para execução do PNAE, inclusive quanto à prestação de contas.

Parágrafo único. A partir da publicação desta Lei, o FNDE terá até 180 (cento e oitenta) dias para regulamentar a matéria de que trata o caput deste artigo.

Art. 22º O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, bem como às escolas mantidas por entidades de tais gêneros, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, observado o disposto no art. 24.

§ 2º A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:

I - diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

II - ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município mantenedor do estabelecimento de ensino, que não possui unidade executora própria.

Art. 23º Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Art. 24º O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas aos critérios de alocação, repasse, execução, prestação de contas dos recursos e valores per capita, bem como sobre a organização e funcionamento das unidades executoras próprias.
Parágrafo único. A fixação dos valores per capita contemplará, diferenciadamente, as escolas que oferecem educação especial de forma inclusiva ou especializada, de modo a assegurar, de acordo com os objetivos do PDDE, o adequado atendimento às necessidades dessa modalidade educacional.

Art. 25º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão inscrever, quando couber, nos respectivos orçamentos os recursos financeiros destinados aos estabelecimentos de ensino a eles vinculados, bem como prestar contas dos referidos recursos.

Art. 26º As prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PDDE, a serem apresentadas nos prazos e constituídas dos documentos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE serão feitas:

I - pelas unidades executoras próprias das escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal aos Municípios e às Secretarias de Educação a que estejam vinculadas, que se encarregarão da análise, julgamento, consolidação e encaminhamento ao FNDE, conforme estabelecido pelo seu Conselho Deliberativo;

II - pelos Municípios, Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e pelas entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público àquele Fundo.

§ 1º As prestações de contas dos recursos transferidos para atendimento das escolas que não possuem unidades executoras próprias deverão ser feitas ao FNDE, observadas as respectivas redes de ensino, pelos Municípios e pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

§ 2º Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PDDE nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo;

II - rejeição da prestação de contas;

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do PDDE, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

§ 3º Em caso de omissão no encaminhamento das prestações de contas, na forma do inciso I do caput deste artigo, fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos de todas as escolas da rede de ensino do respectivo ente federado.

§ 4º O gestor, responsável pela prestação de contas, que permitir, inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre os fatos, será responsabilizado na forma da lei.

Art. 27º Os entes federados, as unidades executoras próprias e as entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público manterão arquivados, em sua sede, em boa guarda e organização, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de julgamento da prestação de contas anual do FNDE pelo órgão de controle externo, os documentos fiscais, originais ou equivalentes, das despesas realizadas na execução das ações do PDDE.

Art. 28º A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros relativos à execução do PDDE é de competência do FNDE e dos órgãos de controle externo e interno do Poder Executivo da União e será feita mediante realização de auditorias, inspeções e análise dos processos que originarem as respectivas prestações de contas. Parágrafo único. Os órgãos incumbidos da fiscalização dos recursos destinados à execução do PDDE poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de mútua cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do Programa.

Art. 29º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União e ao Ministério Público irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PDDE.

Art. 30º Os artigos 2º e 5º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O montante dos recursos financeiros será repassado em parcelas e calculado com base no número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar oferecido pelos entes referidos no caput deste artigo.

"Art. 5º O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e aplicação dos recursos repassados à conta do PNATE serão exercidos nos respectivos Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelos conselhos previstos no § 13 do art. 24 da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007."

§ 1º Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PNATE nas seguintes hipóteses:

- I - omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo;
- II - rejeição da prestação de contas;
- III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa, conforme constatado por análise documental ou de auditoria.

Art. 31º A Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes autorizados a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

III - A participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação básica e para o sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

§ 4º Adicionalmente, poderão ser concedidas bolsas a professores que atuem em programas de formação inicial e continuada de funcionários de escola e de secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como em programas de formação profissional inicial e continuada, na forma do art. 2º desta Lei."

"Art. 3º As bolsas de que trata o art. 2º desta Lei serão concedidas diretamente ao beneficiário, por meio de crédito bancário, nos termos de normas expedidas pelas respectivas instituições concedentes, e mediante a celebração de termo de compromisso em que constem os correspondentes direitos e obrigações." "Art. 4º As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente ao FNDE e à Capes, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual."

Art. 32º Os arts. 1º e 7º da Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, devido ao servidor que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino superior público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes realizado por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE."

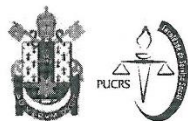
"Art. 7º As despesas decorrentes do AAE correrão à conta de dotações e limites previstos no orçamento anual consignadas a Capes, ao Inep e ao FNDE no grupo de despesas 'Outras Despesas Correntes.'"

Art. 33º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Parágrafo único. Ato do Poder Executivo disporá sobre as normas de funcionamento, execução e gestão do Programa.

Art. 34º Ficam revogados os arts. 1º a 14 da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994.

Art. 35º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 16 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República (BRASIL, Lei 11.947 de junho de 2009).

ANEXO 2 – Aprovação do Comitê Científico da PUCRS.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 14 de janeiro de 2014

Encaminho o projeto de pesquisa sob o nº 40/2013 **"O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA"** do aluno Augusto Alves Graeff.

De acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- (X) Aprovado
- () Com pendências – anexar parecer
- () Não aprovado – anexar parecer

Prof.ª. Dr.ª. Maria Isabel Barros Bellini
Coordenadora da Comissão Científica
do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681–P. 15–sala 330–CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

ANEXO 3 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – PUCRS).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Pesquisador: IDILIA FERNANDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30857114.7.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 705.843

Data da Relatoria: 03/06/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO DIREITO PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA refere-se à pesquisa do curso de Mestrado do pósgraduando Augusto Alves Graeff, sob a orientação da Dra. Idília Fernandes, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. É tema dessa pesquisa a inserção dos assentamentos de reforma agrária localizados na região metropolitana de Porto Alegre-RS no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), pós Lei 11.947/2009, que, além de regulamentar o Programa, institui, dentre outras questões, a obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal aos estados e municípios em alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, com preferência por aqueles produzidos nas próprias localidades e regiões, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Objetivo da Pesquisa:

O referido projeto tem por objetivo principal analisar como vem se dando o processo de adesão ao Programa das famílias assentadas em Viamão-RS e Eldorado do Sul-RS, a partir da análise de questões referentes às dificuldades encontradas pelos assentados no período inicial de adesão, aos entraves encontrados com o Programa em curso (pós-adesão), ao impacto na renda das

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

Continuação do Parecer: 705.843

famílias assentadas envolvidas e na produção de alimentos dentro dos assentamentos de reforma agrária, às relações sociais que se estabeleceram entre os assentados, que estão envolvidos com a produção e ao mercado que tem absorvido a produção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No texto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido registram-se riscos considerados pelos autores como reduzidos, como constrangimento, cerceamento ou até mesmo exclusão por parte de organizações relacionadas a operacionalização do Programa (Escolas, Prefeituras, empresas, cooperativas e outros órgãos públicos), além de exposição indevida, danos morais e manipulação de acordo com interesses escusos.

Não são mencionados benefícios financeiros, mas apenas referentes à experiência possivelmente enriquecedora para o participante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Em cada um dos assentamentos delimitados a partir de critérios apresentados - Filhos de Sepé (Viamão-RS) e Integração Gaúcha (Eldorado do Sul-RS) serão formados dois grupos focais: um formado pelos assentados e outro formado pelos membros das equipes do Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES). Em cada grupo focal será delimitado um número de 6 participantes, gerando assim 24 participantes no total. O mestrando desempenhará o papel de mediador nos grupos focais e utilizará gravador e diário de campo para registro das informações, as quais passarão posteriormente por processo de análise metodologicamente definido por etapas no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos anexados foram:

- Folha de rosto da CONEP
- projeto
- carta de aprovação da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS
- currículo lattes dos pesquisadores participantes
- orçamento financeiro
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- roteiro para o trabalho com os grupos focais
- folha de informações básicas do projeto
- carta de conhecimento e autorização dos responsáveis pelos assentamentos

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@puhrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 705.843

Recomendações:

As recomendações anteriormente encaminhadas foram atendidas plenamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas em parecer anterior foram solucionadas satisfatoriamente.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 02 de Julho de 2014

Assinado por:
Rodolfo Herberto Schneider
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 40, sala 505
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br